

**UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA – UFSC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

JOHANNA WOLFRAM HEUER

**A NORMATIZAÇÃO DOS SEPULTAMENTOS EM NOSSA SENHORA DO
DESTERRO: Uma história funerária**

**FLORIANÓPOLIS
2004**

JOHANNA WOLFRAM HEUER

**A NORMATIZAÇÃO DOS SEPULTAMENTOS EM NOSSA SENHORA DO
DESTERRO: Uma história Funerária**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de mestre em história cultural. Departamento de História. Centro de Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Maria Bernardete Ramos Flores

FLORIANÓPOLIS

2004

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento é para a minha orientadora Bernardete, que respeitou o meu ritmo e fez sempre intervenções acertadas. Além de ser uma profissional singular, tem grande sensibilidade.

Agradeço também ao Marlon que esteve ao meu lado e ajudou a encontrar meu caminho profissional. Obrigado pelo apoio, pelas conversas e por acreditar em mim.

Também não poderia esquecer todo o pessoal dos arquivos públicos: o Arquivo Público Estadual, a Biblioteca de Obras Raras da UFSC, o arquivo Municipal, a Cúria Estadual, o arquivo da Irmandade dos Passos e especialmente a Biblioteca Estadual. Agradeço a eles não só por mim, mas também pelos outros pesquisadores, pois eles conhecem o acervo e fazem questão de ajudar e dividir a informação.

Outro agradecimento vai à Gláucia e ao Marcos também foram muito gentis – dividindo as mesmas angústias ou guardando fontes que me interessavam.

Obrigada também à minha família, que acompanhou o processo à distância, mas sempre me apoiou e ofereceu porto seguro.

Finalmente agradeço ao meu namorado Cristiano, que tem estado ao meu lado nos últimos anos e me faz muito feliz.

RESUMO

Esta dissertação trata do surgimento dos cemitérios públicos de Nossa Senhora do Desterro. Para tanto, acompanha a transição dos enterros realizados nos cemitérios adjuntos das igrejas, até a criação das primeiras necrópoles públicas. O trabalho aborda o momento de transição da relação com o corpo morto, quando o cadáver se torna um problema para a Higiene. Assim, acompanha o debate que ocorreu em torno desta questão até a mudança de práticas em relação ao corpo morto. Apresentamos como ocorreu o processo de criação e transferência das necrópoles para longe do núcleo urbano, bem como a adequação destes espaços às novas normas higiênicas. Aqui são abordados os elementos que faziam parte das necrópoles públicas, além do funcionamento da estrutura de controle dos sepultamentos. Mostramos ainda como as práticas em relação ao sepultamento estiveram ligadas não só ao perigo que representavam os miasmas, mas também ao controle populacional. Por fim, o trabalho apresenta as questões que estiveram à criação da segunda necrópole pública de Desterro já no início do século XX.

Palavras-chave: Cemitérios públicos, Nossa Senhora do Desterro, História

ABSTRACT

This dissertation deals with the emergence of public cemeteries of Nossa Senhora do Desterro. Thus, it follows the transition of burials in the cemeteries near the churches, to the creation of the first public necropolis. The paper focuses on a moment of transition in the relationship with the dead body when the body becomes a problem for hygiene. Thus follows the debate that took place around this issue with the changing practices in relation to the dead body. The process of creation and transfer of burial away from the urban core is shown, as well as the adequacy of these spaces to the new hygiene laws. Here are discussed the elements that were part of the public cemeteries, and the operation of the structure control of the burials. We also show how the practices in relation to the burial were linked not only to the danger that represented the miasma, but also to issues of population control. Finally, the paper presents the questions that were connected to the creation of the second public cemetery of Desterro early in the twentieth century.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
CAPÍTULO 2 MORRER EM DESTERRO	16
2.1 ANTIGAS PRÁTICAS	16
2.2 O CAMPO SANTO	17
CAPÍTULO 3 O CADÁVER E A HIGIENE	28
3.1 A MUDANÇA DAS PRÁTICAS	28
3.2 O PRIMEIRO EXÍLIO DOS MORTOS	34
3.3 O CADÁVER SE TORNA UM PROBLEMA	37
CAPÍTULO 4 A CONSTITUIÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS	44
4.1 AS NOVAS NECROPÓLES	44
4.2 CIDADE DOS VIVOS, CIDADE DOS MORTOS	50
4.3 O CEMITERIO ALEMÃO	52
4.4 CEMITÉRIO COMO ESPAÇO HIGIÊNICO	54
4.5 A ARBORIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS	57
4.6 O ADMINISTRADOR E O COVEIRO	60
4.7 A RESPONSABILIDADE DO ENTERRO E A RENDA DOS CEMITÉRIOS	63
4.8 A MORTE EM NÚMEROS	65
4.9 O CONTROLE DEMOGRÁFICO	69
CAPÍTULO 5 O LUGAR DA MORTE	76
5.1 O SEGUNDO MOMENTO DAS NECRÓPOLES	76
6 CONCLUSÃO	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
FONTES PESQUISADAS	100

1 INTRODUÇÃO

A morte vem sendo há muito tempo tema privilegiado na literatura e na filosofia. Assim, temos toda a literatura romântica do século XIX, onde a morte e os temas trágicos fizeram parte da criação artística. No entanto, nas ciências humanas é percebido um silêncio em relação à ela.

Porém, a partir da década de 50 do século XX a morte também começou a ser objeto de estudo para a história e a sociologia. Se essas disciplinas estudavam áreas do cotidiano como a sexualidade, a família e o lazer, em se tratando da morte esses estudiosos se calaram. Assim, isoladamente, somente historiadores da arte fizeram trabalhos sobre a morte, a exemplo de Huizinga com o *Outono da Idade Média*.¹

Após a Segunda Guerra Mundial as relações com a morte foram redescobertas pelas disciplinas que estudam o homem, já que nesse período proliferaram escritos sobre o assunto. Em 1951, Edgar Morin escreve *L'Homme et la Mort devant L'Histoire*.² Quatro anos depois, Geoffrey Gorer escreveu *The Pornography of Death*,³ e um pouco mais tarde B. H. Gleiser e A. L. Straus publicaram *Time for Dying*.⁴ Em 1956, foi realizado nos Estados Unidos um colóquio sobre a morte que reunia profissionais de diversas áreas das ciências humanas. Após a Segunda Guerra Mundial, também foram publicados vários trabalhos na área da

¹ Neste livro, o autor estuda as representações da morte nos séculos XIV e XV, utilizando arquivos iconográficos que tratavam dos "temas macabros". Estes temas eram encontrados na ornamentação das igrejas, onde as imagens mais frequentes eram de corpos em decomposição, ou da dança macabra entre esqueletos. Para Huizinga essa representação da morte era uma ilusão diferenciada do poderio comercial da burguesia e do poder monetário dos príncipes, no entanto era compartilhada pelos contemporâneos e tinha o valor de verdade. HUIZINGA. **L'autonomie du moyen age**. Paris: Payot, 1975, p. 325.

² MORIN, Edgar **L'homme et la mort**, Paris: Correa, 1951, p. 32.

³ Segundo esse sociólogo inglês, a morte teria se tornado o grande tabu ocidental a partir do século XIX. Assim, quanto mais a sociedade vitoriana afrouxava as interdições sexuais, mais rejeitava a morte. Para ele, no cotidiano contemporâneo não havia mais espaço para a tristeza e a aflição, pois ser feliz se tornou quase uma obrigação social. A morte e o luto se tornaram então uma ruptura indesejada e um assunto proibido. GORER, G. **The pornography of death**. Nova York, Doubleday, 1963, 87 p.

⁴ Os autores tratam da alienação do moribundo, onde o direito sobre a própria morte lhe foi retirado e transferido para os médicos e enfermeiros. O poder médico também modificou a regularidade da morte, o tempo que transcorria entre os primeiros avisos e o último adeus. Agora esse momento pode ser abreviado ou prolongado, de acordo com a vontade médica e familiar. GLASER; STRAUSS, A. L. **Time for Dying**. Chicago: Aldine, 1968, 122 p.

psicologia e da psiquiatria, a exemplo da obra de Feifel (1959)⁵ *The meaning of death*. Já em *Sobre a arte de morrer*, Klüber-Ross⁶ (1969) analisa os estágios enfrentados por pessoas enlutadas.

Assim, o interesse crescente pelo assunto demonstra uma reação ao tabu que se tornou a da morte, pois segundo Ariès "os sociólogos teriam aplicado à morte e a proibição de falar nela, o exemplo que Freud deu a respeito do sexo e dos seus interditos."⁷ Se durante tanto tempo o tema foi abordado apenas na literatura, neste período, houve uma proliferação de escritos.

Com a descoberta da morte, a historiografia contemporânea se aproximou do tema, surgindo várias publicações relacionadas. Dois historiadores especificamente, dedicaram grande parte de sua vida às pesquisas sobre as relações do Ocidente com a morte. Michel Vovelle e Philippe Ariès publicaram desde os anos 60 livros e ensaios que modificaram a relação da historiografia com o tema. Apesar de muito diferentes em concepções e métodos, esses dois historiadores são referência nos estudos sobre a morte, graças às longas pesquisas despendidas sobre o assunto.

Michel Vovelle publicou em 1987 "Imagens e Imaginário na História"⁸. Neste livro aborda as várias representações da morte na mentalidade coletiva européia, em um período que vai a Idade Média até o século XX. Utilizando séries de arquivos religiosos e iconográficos, ele verifica que na longa duração, a "morte real" ganha constantemente novos significados. Para ele, a morte existe como um fato, como um fim biológico comum a todos os homens em tempos imemoriais. O que mudaria com o tempo, são as representações que cada sociedade faz dela.⁹ Segundo Vovelle, "a história da morte guarda um valor exemplar e específico, pois a morte representa um "invariante" ideal e essencial na experiência humana. É um invariante relativo todavia, visto que as relações dos homens com a morte se alteram, como também a maneira como ela os atinge, embora a conclusão permaneça a mesma: é a morte."¹⁰ Para ele existiriam duas mortes: a morte vivida, que atinge as populações e é

⁵ KOVÁCS, M. J. A morte em vida. In: M. H. P. F. Bromberg, M. J. Kovács, M. M. M. J. Carvalho, & V. A. Carvalho (Orgs.), **Vida e morte: laços da existência** (p.11-33). São Paulo: Casa do Psicólogo. 1996

⁶ Kübler-Ross, E. **Sobre a morte e o morrer** (P. Menezes, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. 1998, (Texto original publicado em 1969).

⁷ ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 2 v. 452 p. p. 143.

⁸ VOVELLE, Michel. **Imagens e imaginário na história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

⁹ É importante lembrar que a noção de representação de Vovelle diferencia-se do conceito presente nas produções de Chartier.

¹⁰ VOVELLE, op. cit., p. 246.

comprovada pelos números estatísticos, e a morte sentida, que são as representações elaboradas, encontradas nos rituais e signos fúnebres. Assim, Vovelle considera que a morte é um dado, e que as medições estatísticas podem apreender sua realidade.¹¹

Neste sentido, Philippe Ariès distancia-se de Vovelle. Se os dois pesquisadores têm como tema a morte, Ariès pesquisa sobre a constituição das relações como as conhecemos hoje. Ao contrário de Vovelle, busca saber como se constituíram verdades que se tornaram absolutas, a ponto de imaginarmos que elas sempre existiram.¹² A exemplo de suas pesquisas sobre a família, Ariès afirma que quando verdades se estabelecem, temos tendência a estabelecer origens longínquas a elas, quando na verdade, esta origem é muito recente.

No livro *a História da Morte no Ocidente*, Ariès diz que, a partir do século XVIII, teria havida uma inversão da morte, ou melhor, uma crise da morte. Se durante a Idade Média esta era familiar, "domesticada"¹³, nos últimos dois séculos teria se tornado repelida, maldita, e interdita. Se antes ela fazia parte do cotidiano medieval, a partir de então foi retirada das residências e recolhida aos hospitais, clínicas, necrotérios e cemitérios. Aos poucos, a morte se tornou então o grande tabu moderno. Se o nascimento e a concepção são hoje claramente comentados com as crianças, o mesmo não acontece com a morte. Assim, a morte se tornou um assunto desagradável e quase proibido nas famílias.¹⁴

Neste sentido, este trabalho busca aproximar-se da metodologia e das concepções de Ariès, pois, assim como ele, acreditamos que as relações contemporâneas com a morte se constituíram em um período bem recente, marcado por várias rupturas. Também consideramos que não são apenas as significações da morte que mudam ao longo do tempo, pois além de ser um fato absoluto, a sua constituição como objeto também é datada.

Para trabalhar a constituição desse objeto, utilizamos como referência os estudos de Michel Foucault sobre a vida e a morte. Para Foucault, a crise da morte

¹¹ Ibid., p. 246.

¹² As pesquisas de Ariès estão mais próximas das de Foucault, pois assim como eles, Ariès estabelece rupturas, verificando a constituição as relações e atitudes perante a morte.

¹³ O conceito de morte domesticada refere-se às relações medievais com a morte. Além de estar integrada ao cotidiano e ao ambiente das casas, a morte também era familiar ao moribundo. Se nas relações contemporâneas o direito sobre a morte foi transferido ao poder médico, na morte domesticada o moribundo sentia os sinais da morte próxima e sabia o momento em que ela iria ocorrer. ARIÈS, op. cit., p. 130.

¹⁴ ARIÈS, 1981, op. cit., p. 132.

esteve associada a um movimento maior, onde não apenas a morte, mais a finitude em geral, surgiu como problema filosófico. O pensamento clássico, por exemplo, concebia o entendimento humano como uma limitação do entendimento infinito. Assim, a morte também não era entendida como o fim da existência, mas como um momento de transferência de poderes.¹⁵

Mas, se no Antigo Regime a morte era enaltecida, a partir do século XVIII a situação começa a se modificar. Até então, o pensamento ocidental era orientado pelo princípio da infinitude, mas agora surge o conceito de finitude. O homem que era visto como uma extensão do criador se torna um ser único, irreproduzível, e também finito. Assim, a morte não é mais o momento de reintegração ao ser divino, mas o fim da existência humana. Dessa forma, a grande ritualização pública da morte, da qual participava toda a sociedade, veio progressivamente se apagando, se tornando cada vez mais discreta. Se a morte deixou de ser um ritual de transferência, para se tornar o fim do indivíduo, não havia mais espaço para as comemorações.¹⁶

Foucault diz que junto com a inversão do pensamento ocidental, surgiram novas tecnologias de poder que também alteraram as relações com a morte. Nos séculos XVII e XVIII, houve uma primeira tomada de poder do corpo, onde as tecnologias se centravam essencialmente no controle do corpo individual. Através de uma série de práticas, se estabelecia a distribuição espacial dos corpos individuais, bem como procurava-se aumentar a sua força útil através de técnicas que deveriam ser exercidas da maneira menos onerosa possível. Assim, era estabelecido todo um sistema de vigilância, hierarquias e inspeções, que podem ser chamadas de tecnologia disciplinar do trabalho. Essa tecnologia vai permanecer nos séculos posteriores, porém os seus instrumentos vão ser utilizados para outro objetivo. A partir do século XVIII, o poder não se dirige mais ao controle do homem-corpo, mas ao homem vivo, o homem espécie. Se o controle disciplinar procurava reger a multiplicidade de corpos individuais, esse novo poder se dirige à um outro corpo: "à massa global afetada por processos de conjunto como o nascimento, a doença, a reprodução e a morte, que tem o nome de população."¹⁷ Essa população não é mais a sociedade composta por uma multiplicidade de indivíduos, mas um só corpo

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 87

¹⁶ ARIÉS, 1981, op. cit., p. 88.

¹⁷ FOUCAULT, 1999, op. cit., p. 89.

múltiplo com inúmeras cabeças. Se o poder do soberano fundava-se no direito sobre a morte dos súditos, essa nova tecnologia denominada por Foucault de biopoder, se justifica pela manutenção e pela preservação da vida. A população deve ser administrada de modo que se conserve sempre um equilíbrio, uma proporção fixa entre a taxa de morbidade e de natalidade. Para isso, a biopolítica implantou diversos mecanismos reguladores que visavam estabelecer uma homeostase, uma média global nesse fluxo populacional. Assim, através de várias práticas, procurava-se aumentar o número de nascimentos e combater a doença e a morte.¹⁸

Assim, com o estabelecimento de um Estado caracterizado pelo controle da população, a morte vem sendo constantemente desqualificada. Se até o século XVIII os grandes funerais faziam parte do momento de transferência dos poderes, a partir de então, os ritos foram progressivamente diminuindo, se tornando cada vez mais discretos. No Antigo Regime "passava-se de uma instância de julgamento à outra, de um direito de vida civil ou público, para um direito que era o de vida eterna ou de danação eterna." No entanto, como todos os mecanismos do biopoder buscavam prolongar a vida e combater os desequilíbrios, "a morte é o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora em relação ao poder, sobre ela o poder só terá domínio através dos números estatísticos. Mas aí, já não é mais a morte, mas a mortalidade."¹⁹ Assim, é normal que a morte tenha se recolhido ao âmbito privado, pois nessa nova política ela se encontra fora dos domínios do biopoder.

Porém, enquanto os ritos fúnebres se retiram da esfera pública, o cadáver se torna uma questão para o novo governo. Se o destino do corpo interessava somente ao poder eclesiástico, agora o Estado se apropria do corpo morto e normatiza os ritos fúnebres. Segundo o estudo de Roberto Machado, tanto o corpo vivo, quanto o corpo morto deveriam ser adequados às mesmas normas de higiene. Para a medicina, o cadáver deve ser tratado da mesma forma, pois, "caso contrário, haverá luta entre a vida e a morte, da qual a morte certamente sairá vitoriosa."²⁰

Esse novo tratamento dispensado ao corpo morto esteve ligado à medicina vigente no século XVIII. Segundo as teorias do período, a saúde das populações estava diretamente ligada à qualidade do ar. É o caso da teoria dos fluidos que pregava a necessidade do corpo estar em constante equilíbrio, realizando trocas

¹⁸ FOUCAULT, 1999, op. cit., p. 90.

¹⁹ Ibid., p. 91.

²⁰ MACHADO, Roberto. **A danação da norma:** medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978, p. 24.

com o ambiente através dos poros e da respiração. O calor, a umidade e a secura excessiva poderiam obstruir a circulação sanguínea, desequilibrando o organismo.²¹ Outro fator que contribuía para a má qualidade do ar era a presença dos miasmas. Para os teóricos, esses gases continham corpúsculos invisíveis que permaneciam no ar, tornando-o denso e corrompido. Acreditava-se que principalmente nas cidades havia uma grande concentração dos miasmas, pois lá o ar não circulava adequadamente. Elencavam-se várias fontes produtoras de miasmas: eles eram exalados nos pântanos, nas latrinas, por animais ou vegetais em decomposição e até por doentes. As doenças não eram transmitidas diretamente de um doente à outro, mas através da corrupção que um enfermo podia provocar no ar.²²

Assim, graças à teoria miasmática o cadáver configurou-se como um problema a partir do século XVIII. Se eles dividiam o espaço das igrejas e das casas com os vivos, a partir de então, esta prática foi alvo de inúmeras críticas. Segundo os teóricos, durante a fase da putrefação o corpo morto liberaria perigosos gases, causadores dos mais diversos flagelos. Não diretamente do morto vivo, mas através da corrupção do ar, os miasmas cadavéricos espalhavam a morte em todo o seu foco de alcance.²³

Para neutralizar a ação desses gases, uma série de práticas foi estabelecida pelas autoridades higiênicas. A primeira delas foi a separação entre o mundo dos vivos e dos mortos. Se os mortos eram enterrados no meio do núcleo populacional, agora são criados espaços específicos para recebê-los. Surgem então os cemitérios públicos que, obedecendo as novas normas de higiene, vão controlar os corpos e normatizar os enterros. Todo o seu planejamento, arquitetura, organização interna e administração tem como objetivo a minimização da ação mórbida dos miasmas. A medida das sepulturas, as árvores, o muro, os espaços vazios, a capela mortuária, faziam com que os miasmas permanecessem bem longe das populações.²⁴

Mas além de controlar os miasmas, a construção dos cemitérios também teve outro objetivo. Se até então muitos enterros não entravam na contabilidade mortuária, com o surgimento das novas necrópoles essa situação se modificou. Os

²¹ MURYCY, 1998 apud MORAES, Laura do Nascimento Rêtole. **Cães, vento sul e urubus: higienização e cura em Desterro**. Florianópolis (1830-1918). Porto Alegre, 1999, 332 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, p. 48.

²² Ibid., p. 32.

²³ REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (3ª reimpr. 1999), p. 57.

²⁴ Ibid., p. 58.

cemitérios públicos fizeram parte da estrutura que permitiu conhecer a totalidade de óbitos. Assim, com base nestes números, foi possível desenvolver as medições estatísticas. Esses números eram essenciais para a administração, pois era através da estatística que a população se tornava uma realidade quantificável.

Segundo Jacques Revel, com a estatística surge um corpo coletivo, onde é produzido um espaço contínuo e abstrato em que qualquer ponto é por definição igual a outro²⁵ Se antes da estatística existiam apenas os moradores, com essa instituição surge a população. Através dos mapas demográficos, é possível conhecer informações detalhadas como as doenças que afetam a população, o grupo mais atingido e a extensão do mal causado. Assim, com base nos dados, era possível delinear estratégias de combate, diminuindo a mortalidade e aumentando o número de nascimentos.

A construção dos cemitérios públicos esteve ligada, portanto, à várias mudanças operadas nos séculos XVIII e XIX. A primeira delas era o controle dos males causados pelo cadáver. A segunda, o controle da morte em números. Mas tanto uma quanto a outra, tinham como objetivo final manter e preservar a vida, pois o controle dos miasmas impediam a propagação da morte, e o controle dos óbitos permitia gerir a população, aumentando o seu contingente.

Porém, a construção dessas novas necrópoles higiênicas não ocorreu da mesma forma em todos os lugares. Enquanto em alguns países da Europa ele ocorreu por volta do século XVIII, no Brasil e em Desterro, ele vai acontecer quase um século depois. Pode-se dizer que a história funerária contemporânea passou por dois momentos distintos. No primeiro, que teve início na Europa no século XVIII, ocorreu a construção das necrópoles extra-urbe. Essa mudança foi orientada pela teoria miasmática que proibiu os enterros religiosos, levando as necrópoles para longe das cidades.²⁶

Um segundo momento foi à volta dos cemitérios para as cidades. O crescimento das cidades ocasionou uma reaproximação dos cemitérios, já que áreas antes afastadas passaram a integrar as cidades em expansão. Além disso, a teoria microbiológica que se impôs no século XIX e o perigo do cadáver foi relativizado. Com as novas pesquisas, foi verificado que as emanções não eram tão prejudiciais

²⁵ REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990. p. 159-169.

²⁶ REIS, op. cit., p. 45.

quanto se acreditava, e que para reintegrar os mortos novamente, bastava apenas adequar algumas normas.²⁷

No entanto, se na Europa esses dois momentos foram bem cindidos, no Brasil, a história funerária teve contornos diferentes. Como o a criação das necrópoles públicas ocorreu por volta do século XIX, aqui a cisão não foi muito clara. Durante muito tempo a teoria miasmática e microbiológica coexistiram no país, orientando várias práticas da saúde pública. No final do século XIX, quando foram implantadas campanhas de combate aos micróbios, ainda se falava na existência das emanções. Foi só no início do século XX que a teoria microbiana se impôs, fornecendo arcabouço para as práticas de higiene.²⁸

Assim, se os cemitérios do início do século XIX foram orientados pela teoria dos miasmas, os do final desse século apresentam influência das duas correntes. Nos debates que antecederam essas segundas construções é possível encontrar argumentos dessas duas teorias.

Foi sobre essa normatização da morte que se pretendeu trabalhar nesta dissertação. Considerando as várias relações envolvidas, pretendeu-se observar de que forma ocorreram as mudanças que vão da antiga prática do enterro nos templos, ao estabelecimento das necrópoles higiênicas.

No entanto, não é possível dizer que este é um trabalho sobre os cemitérios públicos de Desterro, pois a intenção não é esgotar aqui uma história sobre a sua constituição. Se eles ocupam um lugar tão importante no trabalho, é para mostrar a importância da sua presença na estrutura de controle da morte. Mais do que as necrópoles higiênicas, o trabalho fala sobre a constituição do cadáver como um problema contemporâneo.

Grande parte das fontes consultadas são documentos públicos, já que intenção foi trabalhar a administração da morte. Várias informações foram encontradas em relatórios e ofícios enviados aos presidentes da Província de Santa Catarina, bem como Códigos de Posturas. Em documentos como relatórios das

²⁷ PAULIER, Armand. **Manuel d'hygiène publique e privée**. Paris, 1879. 320 p.

²⁸ As vacinas jenerianas não se tratavam de práticas da microbiologia. Apesar dessas inoculações seguirem o princípio do contágio, elas são consideradas como pré-microbianas. Somente com as pesquisas de Pasteur e Koch, o princípio dos micróbios foi descoberto. Sobre isso conferir FERNANDES, Tânia Maria. **A vacina antivaríolica (1808-1920)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999, p. 2.

paróquias e regulamentos dos cemitérios foram pesquisadas problemas como a questão higiênica e o controle da morte em números.

A consulta à outras fontes mostrou que a questão dos sepultamentos não se restringia às autoridades públicas: em vários periódicos da Província encontramos debates sobre as novas normas de sepultamento. Tanto na construção da primeira, quanto da segunda necrópole pública, artigos e correspondências contribuíram para formar opiniões sobre a questão.

Nos livros de atas das irmandades religiosas, observamos também como as instituições religiosas se adequaram às em relação à morte. Através deles pudemos acompanhar a transição dos rituais fúnebres barrocos ao sepultamento dentro das normas higiênicas.

Também não podemos deixar de comentar a contribuição de pesquisadores locais para o enriquecimento do trabalho. Na obra de Oswaldo Rodrigues Cabral, encontramos importantes informações sobre os sepultamentos nos séculos XVIII e XIX, e sobre a relação com o corpo morto. Além disso, a partir de seus estudos, seguimos indicações de fontes que nos levaram à muitos outros caminhos.

Já na pesquisa “Os Filhos da Falha” de Henrique Pereira Oliveira foi possível acompanhar as intervenções higienistas, bem como o papel destinado às irmandades nos enterros de Desterro. Além disso, pudemos ver neste trabalho, como a imprensa participou da mudança de práticas ocorrida no século XIX.

No capítulo sobre segundo momento das necrópoles, a pesquisa de Sandro da Costa trouxe relevantes dados sobre a transferência da necrópole pública, bem como sobre a remodelação do espaço urbano no início do século XX. Através destes estudos foi possível reconstituir o papel destinado ao cadáver no espaço urbano de Desterro deste período.

Assim, agradecemos tanto os pesquisadores locais, quanto os profissionais dos arquivos. Graças à eles pudemos ampliar o desenvolvimento deste trabalho e compreender como ocorreram as mudanças em relação ao corpo morto em Desterro, desde o século XVIII ao século XX.

A divisão do trabalho foi feita em 4 capítulos, que vão desde a realização dos enterros nas igrejas, até a constituição da segunda necrópole pública de Nossa Senhora do Desterro.

Na primeira parte do trabalho falamos das antigas práticas de enterro e da situação fúnebre em vários países. Trata-se, por exemplo, da influência do poder

eclesiástico nos ritos fúnebres e da função que as Irmandades desempenhavam no enterro dos indigentes. Neste primeiro capítulo, procurou-se fazer um paralelo com outros países para demonstrar a especificidade da história funerária em Desterro.

O segundo capítulo fala do momento em que o cadáver se torna um problema e inicia-se o debate sobre a construção das necrópoles públicas. Nele, veremos de que forma as práticas de intervenção urbana orientaram a construção espaços adequados para os mortos.

O terceiro capítulo analisa as características que fizeram dos cemitérios públicos espaços ideais para o controle da morte: a sua arquitetura que obedecia regras simétricas de construção, os elementos que faziam dele um espaço higiênico; a estrutura administrativa e sua subordinação à municipalidade. Assim, procurou-se demonstrar como a sua construção foi determinante não apenas para o controle do cadáver, mas também para o controle dos vários níveis da morte, como o controle da morte em números.

No quarto capítulo falamos sobre o segundo momento das necrópoles em Desterro. Se o perigo dos cadáveres já era relativizado na Europa graças às pesquisas da microbiologia, Ainda havia o medo dos miasmas e, mais uma vez, o cemitério foi transferido do núcleo urbano. No entanto, alguns preceitos da teoria microbiana orientaram alguns fatores, como por exemplo, a escolha do terreno ideal. Neste capítulo também falamos das várias outras condições que determinaram a mudança da necrópole para o bairro do Itacorubi. A remodelação urbana por que passava a cidade no período, deslocou alguns dos elementos indesejados para longe do núcleo populacional.

Assim, este trabalho procurou compreender como ocorreu a mudança – do momento em que a morte e o cadáver faziam parte do cotidiano da cidade, o instante em que esses elementos se tornam problemas e são exilados do convívio dos vivos. E a partir de então, quais foram e de que forma se constituíram os novos espaços destinados à morte.

CAPÍTULO 2 – MORRER EM DESTERRO

2.1 ANTIGAS PRÁTICAS

Antes da construção dos cemitérios públicos, não havia a separação entre o mundo dos vivos e dos mortos. A morte integrava o cotidiano desde a Idade Média, pois, o doente não falecia nos hospitais, mas nas casas onde era velado por seus familiares e vizinhos. Antes mesmo da chegada da morte, seus signos já estavam presentes: fechavam-se as janelas, o cheiro de incenso e velas se espalhava pelos aposentos e um número grande de “assistentes” vinha acompanhar os últimos momentos. Esses acompanhantes, segundo as regras religiosas, eram condição indispensável para que o moribundo tivesse uma “boa morte”. Para morrer bem, era necessário conhecer o momento de sua morte, morrer em companhia de outras pessoas e receber os sacramentos fúnebres.²⁹

Além da morte estar presente nas casas, havia outros espaços divididos pacificamente por vivos e mortos. As ruas, praças e logradouros, eram palco do cortejo fúnebre, onde boa parte dos habitantes da cidade prestavam homenagem ao falecido. O cotidiano das cidades era rompido, as atividades diárias cessavam para que se fizesse parte do ritual de despedida. A morte estava presente também em vários signos: janelas eram fechadas, casas comerciais não funcionavam em respeito, a faixa preta indicava o luto pelo falecimento.

Mas não era apenas a morte que dividia o espaço com os vivos, o corpo morto também estava integrado aos espaços. Até o século XVIII, não existia o estranhamento em relação ao velório no interior da casa, nem tampouco em relação ao enterro no interior das igrejas.

Segundo a crença do período medieval, o cadáver deveria ser enterrado próximo aos santos.³⁰ No interior das paredes, no solo, nos adros, ou nos fundos das

²⁹ ARIÉS, 1981, op.cit. p. 45.

³⁰ Na Antiguidade a necrópole existia em um espaço exterior à urbe. Somente com a ascensão do catolicismo os enterros passaram a ser feitos dentro da área religiosa. No século XVIII quando houve o exílio dos cemitérios, os defensores desta medida argumentavam que o enterro no campo santo não passava de uma tola superstição, pois os antigos romanos já enterravam seus mortos de forma correta. REIS, op.cit., p. 136.

igrejas, o enterro em solo sagrado possibilitava a intercessão dos santos no ingresso ao reino dos céus. As chances variavam conforme a proximidade do altar: quanto mais próximo o corpo fosse enterrado, mais chances o morto teria de ser absolvido. Por esse motivo, as covas no interior das paredes ou no solo eram sempre mais caras restando o enterro no pátio dos fundos para os pobres e indigentes. Roberto Machado diz que "nas igrejas os cadáveres eram sepultados por todos os lados: no pavimento, pelas paredes, debaixo dos altares, ou mesmo em cima deles"³¹

O enterro dos cadáveres nas igrejas não era incômodo aos fiéis, nem ao clero. Os mortos estavam totalmente integrados às práticas religiosas, pois, a sua presença era vista pelos religiosos como uma lembrança constante da existência do purgatório. O próprio cheiro que desprendia dos corpos, resultante da decomposição, era reconhecido como o odor da caridade cristã, o "odorato".³²

Como não existiam regras de sepultamento, muitas vezes restos de corpos acabavam ficando espalhados pelos pátios das igrejas. As feiras e espetáculos realizados nos pátios aconteciam em meio a esses restos, e não raramente, alguém tropeçava em um crânio.³³ Essa proximidade com os mortos existiu em alguns lugares até parte do século XIX. Na Bahia, por exemplo, segundo João José Reis, era comum encontrarem ossos em frente às igrejas.³⁴

2.2 O CAMPO SANTO

Em Nossa Senhora do Desterro, assim como no resto do Brasil, os enterros eram feitos dentro do espaço religioso. Seguindo as práticas medievais, os mortos eram enterrados na Igreja Matriz, ou nas capelas pertencentes às irmandades.³⁵

³⁰ Existiam várias formas de sepultura religiosa: no interior das igrejas havia as sepulturas numeradas; na área externa existiam os adros - paredes em forma de arco com gavetas; ou ainda os carneiros, galerias subterrâneas onde os cadáveres eram enterrados na parede. Algumas igrejas possuíam também um pequeno cemitério anexo ao templo, construído na frente ou nos fundos da edificação. MACHADO. op. cit., p. 54-57.

³¹ Ibid., p. 59.

³² ARIÉS, 1981, op. cit., p. 225.

³³ Ibid., p. 226.

³⁴ REIS, op.cit. p. 89.

³⁵ É importante lembrar que se no núcleo central as práticas começaram a se modificar já no século XIX, em localidades como o Ribeirão da Ilha, elas tiveram uma continuidade.

A primeira construção religiosa a receber corpos foi a ermida erguida por Francisco Dias Velho em 1674. Neste período a população era bastante reduzida e a pequena igreja era suficiente para realizar os enterros. Conta-se que até o próprio fundador do povoado havia sido enterrado nesta construção.³⁶

Um século depois, a situação de Desterro se modificava. Graças ao seu posicionamento estratégico, a Ilha foi inserida no aparelho administrativo e militar do governo metropolitano e, em 1726, foi elevada à condição de Vila de Nossa Senhora do Desterro. Com o estabelecimento de uma tropa regular e o povoamento por casais de açorianos, o número de habitantes da Ilha aumentou consideravelmente. Entre os anos de 1748 e 1756, foram transportados de Açores e da Ilha da Madeira, aproximadamente 5.000 pessoas.³⁷ Assim, o administrador da Vila, Jose da Silva Paes, considerou necessário solicitar a permissão para a elevação de uma nova igreja, onde os fiéis pudessem ser recebidos em dias festivos. Em 1756, ele encaminhou um ofício ao Rei de Portugal solicitando permissão para construir uma nova igreja, pois, segundo ele, a antiga Matriz era "muy pequena em capacidade e simetria."³⁸ Após a construção dessa nova igreja, a edificação da antiga ermida foi destruída.

Desde então, foi no espaço da Igreja Matriz que os corpos passaram a ser enterrados. Nas paredes e no chão interno, eram sepultadas as figures ilustres, e os que podiam pagar. No cemitério anexo, as pessoas com menos condições, escravos, e indigentes. Segundo Cabral, na Matriz da Vila foi enterrada quase toda gente da era colonial e como existia a crença de que os santos pudessem interferir no julgamento, as covas perto do altar eram sempre as mais disputadas.³⁹

No entanto, não eram todos os desterrenses que faziam uso do campo santo. Esse privilégio era concedido aos que professavam a religião e principalmente, contribuíam com a receita da Igreja. Aos demais, era reservado destino menos nobre: ateus, pobres e escravos eram por vezes enterrados em terrenos

³⁶ SILVA, Dalton da. **Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana**: uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na Ilha de Santa Catarina (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2002. p. 47.

³⁷ Nem todo esse contingente permaneceu em Desterro, muitos casais se fixaram em outras localidades de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Sobre essa questão conferir OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha**: assistência aos expostos e remodelação das condutas em desterro (1828-1887). (Dissertação de mestrado em História). São Paulo: PUC, 1990. p. 33.

³⁸ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Notícia, vol. 2. Florianópolis: Lunardelli, 1979, p. 407.

³⁹ Ibid. p. 408.

particulares, ou em casos mais isolados, abandonados em terrenos baldios ou praias. Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, não era difícil “encontrar corpos de escravos já cinzas e estufados, ou vermelhos e corroídos pelos peixes.”⁴⁰ Henrique Pereira diz ainda, que antes do estabelecimento da Roda dos Expostos era possível encontrar no cenário urbano corpos de crianças recém-nascidas muitas vezes mutilados por animais.⁴¹

Mas terminar a vida de tal maneira não era ambição da maioria dos habitantes. Por isso muitas pessoas ao sentirem a aproximação da morte doavam uma jóia à Igreja. Era um valor bastante elevado, que podia corresponder a vários anos de contribuição. A Ordem Terceira chegava a cobrar valor de 70 mil réis,⁴² aceitos somente em um pagamento único. Segundo Cabral, muitas pessoas chegavam a doar grande parte dos bens para garantir vaga nas covas religiosas.⁴³

Além da Igreja Matriz, existiam ainda outras alternativas aos que quisessem ser enterrados no campo santo. As irmandades surgidas em Desterro no século XVIII, ofereciam aos seus sócios o enterro em suas capelas, ou cobriam o custo do enterro na capela da Matriz. Também os que tinham menos condições, como pobres e escravos, recorriam às irmandades para ter o enterro dentro das normas religiosas. Algumas delas, como a Irmandade dos Passos e a Irmandade do Rosário, destinavam parte de sua renda para enterrar os pobres e indigentes.⁴⁴

A História das irmandades remonta o século XVIII, quando estas foram instituídas na Alemanha e depois em Portugal para que se pudesse cumprir eficientemente as Obras de Misericórdia. Dessas confrarias faziam parte inicialmente pessoas que faziam votos religiosos, como freiras, irmãos, ou sacerdotes. Mais tarde, também fizeram parte pessoas leigas, geralmente com posses econômicas.

Segundo Nereu do Vale Pereira, as práticas religiosas e culturais começaram a se organizar em Desterro durante a corrente colonizadora do século XVIII. Assim,

⁴⁰ Parece que a prática de enterrar ou abandonar escravos nas praias não era tão incomum, pois Gilberto Freire cita casos semelhantes em *Sobrados e Mocambos*. Segundo ele, os urubus, empregados da Câmara, vinham com regularidade bicar corpos que a Santa Casa não enterrava direito. Sobre essa questão conferir FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mocambos**. 6.ed.: José Olympio, 1981, p. 48.

⁴¹ OLIVEIRA, op. cit. p. 77.

⁴² Para efeito de comparação, o cemitério público de Desterro vai cobrar a quantia de 6 mil réis para que alguém ocupasse um jazigo pelo prazo de 10 nos. CABRAL, op.cit. p. 410.

⁴³ Ibid., p. 37.

⁴⁴ Ibid., p. 38.

as Irmandades que aqui se estabeleceram são na sua maioria originárias do arquipélago de Açores.⁴⁵

A primeira Confraria de Misericórdia foi fundada em Açores no ano de 1483, sendo logo em seguida criado um hospital para que se pudesse realizar as Obras de Misericórdia.⁴⁶ A Irmandade dos Passos, por exemplo, foi instituída em 1591 na cidade de Ponta Delgada por recomendação dos jesuítas que haviam se estabelecido nessa cidade. Nos anos seguintes, surgiram outras confrarias tendo o Senhor dos Passos como Padroeiro: em 1592, foi fundada a Confraria na Ilha de São Miguel; em 1581 na Ilha de Santa Maria; em 1589 em Angra do Heroísmo e em 1543 na Ilha do Faial. Ao longo do tempo foram surgindo outras Confrarias, chegando ao número de 18.⁴⁷

A mais antiga das irmandades de Desterro é a Ordem Terceira de São Francisco. Criada em 1745, através do pedido feito pela Câmara à corte do Rio de Janeiro, a Ordem veio atender à necessidade de socorro espiritual e de sacramentos por parte do povo da Vila.⁴⁸ Inicialmente os Terceiros ocuparam a antiga capela da Matriz e depois, com a construção da segunda igreja, receberam uma capela contígua. Com o crescimento do número de associados, a ordem prosperou e construiu seu próprio templo. Além dos sócios, a Ordem realizava também o enterro de algumas pessoas sem condições, utilizando para isso parte das esmolas ou doações de festas religiosas.⁴⁹

Segunda em antiguidade dentre as associações religiosas de Nossa Senhora do Desterro, a Confraria de Nossa Senhora do Rosário foi fundada em 1750.⁵⁰ Em sua grande maioria tinha como sócios escravos e negros libertos, porém, recebeu no quadro vários brancos que nela entraram "por espírito de humildade, pagamento de promessa ou por solidariedade"⁵¹ Como os sócios não tinham muitos recursos, a Confraria tinha como figura obrigatória um "andador", uma pessoa encarregada de

⁴⁵ Arquivo dos Açores apud. PEREIRA, Nereu do Vale. **Memorial histórico da irmandade do Senhor Jesus dos Passos**. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997. 2 v. p. 367.

⁴⁶ Ibid., p. 368.

⁴⁷ Ibid., p. 307.

⁴⁸ Ibid., p. 308.

⁴⁹ CABRAL, op.cit., p. 409.

⁵⁰ Existe uma discussão sobre qual das ordens teria sido a primeira a ser criada em Desterro. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário reivindica o título de mais antiga. Segundo os seus membros, a Ordem já em 1850. No entanto, os documentos e as atas das primeiras reuniões foram perdidos durante o período da invasão espanhola, o que impedia a comprovação de sua antiguidade. Os primeiros documentos da Irmandade datam de 1878. Sobre esta questão conferir Ibid., p. 4.

pedir esmolas de porta em porta, não apenas nas ocasiões de festa, mas nos dias comuns do ano.⁵²

Outra fonte de renda da Irmandade eram os imóveis. Ela possuía algumas casas que eram alugadas para cobrir as despesas anuais. Para as celebrações religiosas existia inicialmente uma pequena capela, sendo que em 1775, surgiu a iniciativa da construção de uma nova igreja, conforme constava na Ata:

Termo de Meza que se faz sobre fazer nova Igreja de Nossa Senhora do Rosário: Aos 25 dias do mês de setembro de 1775, nesta Vila de Nossa Senhora do Desterro, foi sentado por todos os irmãos que se fizesse uma nova igreja de pedra e cal pelos dinheiros e rendimentos da mesma Irmandade e esmolas. Será recorrido ao Bispo a sua licença pois, a capela existente se encontra em ruínas.⁵³

Pode-se perceber a falta de recursos da Irmandade pelo tempo que essa nova igreja levou para ser construída. Somente em 1800 tem-se notícia da conclusão da obra.⁵⁴

Os compromissos da irmandade determinavam uma série de obrigações como a celebração do culto à Nossa Senhora do Rosário, obtenção de recursos para libertação dos escravos cativos, ajuda aos irmãos orfãos.⁵⁵ Mas dentre os capítulos do compromisso, há um tema que se destaca pelo número de vezes em que é citado. Dos vinte e um itens que compõe o compromisso do Rosário, oito tratam do tema da morte. Já no primeiro Capítulo, a Irmandade do Rosário estabelece que:

Toda pessoa de qualquer qualidade que quiser ser irmão nesta Santa Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dará duas oitavas de ouro no momento de sua entrada e será aceito por Irmão. Destas duas oitavas se dirão seis missas por sua morte.⁵⁶

⁵² Ibid., p. 5.

⁵³ Relatório da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, 1875, p.3 apud. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito**. Florianópolis: A Irmandade, 1950, p. 13.

⁵⁴ Ibid., p. 14.

⁵⁵ Ibid., p. 15.

⁵⁶ Este compromisso pertence a uma irmandade de Minas Gerais. Provavelmente os seus irmãos tinham mais recursos dos que o da Irmandade de Desterro. Mas o que aproxima as duas irmandades é a preocupação com o enterro digno de seus irmãos. SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 55.

Em Minas Gerais, na localidade de Rio do Peixe e de Rio Manso, as atas da Irmandade revelam que a criação da Irmandade objetivou oferecer aos escravos um enterro digno, dentro das normas religiosas. Antes dessas instituições os escravos eram muitas vezes enterrados ou abandonados em terreno não sagrado, “como acontecia com os animais e os infiéis.”⁵⁷

Mas além do enterro do corpo no campo santo, a Irmandade também se preocupava com outros aspectos do ritual fúnebre. No momento da morte eram concedidos os sufrágios e dias após a morte, rezavam-se missas pela alma do irmão falecido. O número de missas celebrado variava conforme as posses da Irmandade: quanto mais rica, mais “encomendações” recebia o irmão.⁵⁸

Além disso, a Irmandade determinava que cada irmão fosse acompanhado no enterro pelos outros membros. Isso, segundo Julita Scarano era uma forma de conferir um certo prestígio social ao falecido.⁵⁹ Em Desterro o acompanhamento do cortejo também era previsto pelos compromissos, só deixando de ser realizado por ocasião dos surtos epidêmicos. Segundo Cabral, apesar das ameaças da Irmandade, os irmãos não se arriscavam a chegar tão próximo dos cadáveres em época de epidemias.⁶⁰

Em Minas Gerais, consta que o cortejo era uma das poucas ocasiões onde os senhores não negavam a saída dos escravos. Apesar de não encontrarmos registros sobre a resistência dos senhores em Desterro, parece que a Irmandade encontrava certa dificuldade em preencher o cargo de andador. Em 1817, em relatório à Mesa, José Pereira de Medeiros explicava o motivo:

A Irmandade do Rosário não encontra quem queira servir ao lugar de andador, pois a maior parte da Irmandade é composta de escravos cativos e não podem acudir as campanhas quando ocorre de falecer algum irmão.⁶¹

Assim, muitos senhores não concordavam que seus escravos se ausentassem constantemente de seus afazeres para comunicar aos irmãos a ocorrência de uma morte.

⁵⁷ Ibid., p. 53.

⁵⁸ Ibid., p. 54.

⁵⁹ Ibid., p. 56.

⁶⁰ CABRAL, 1979. op. cit. p. 20.

⁶¹ Relatório da Irmandade Nossa Senhora do Rosário, 1817, apud. CABRAL, 1950, op. cit. p. 3.

O campo santo da Irmandade do Rosário foi construído no terreno dos fundos da nova igreja. Com o término das obras em 1800, foi destinado um terreno para o enterro dos irmãos, bem como para a construção de catacumbas.⁶² Conclui-se que o sepultamento era uma questão relevante para a Ordem, pois, em 1811 a Mesa determinou que a pompa das missas deveria ser reduzida, bem como toda despesa supérflua. O objetivo maior era melhorar as condições do cemitério e das catacumbas para oferecer um enterro digno aos seus irmãos.⁶³ Esta Irmandade teve importante papel na história de Desterro pois garantiu que os escravos pudessem ser enterrados de acordo com as normas religiosas.

Outra importante irmandade foi a do Senhor Jesus dos Passos, criada em 1762 por Joana de Gusmão. Normalmente, o cuidado dos doentes e os sepultamentos do pobres e indigentes era realizado em outras cidades brasileiras pelas Santas Casas de Misericórdia. Como em Desterro nunca houve tal instituição, esse trabalho era feito pela Irmandade dos Passos que administrava o Hospital de Caridade. Esse hospital foi inaugurado em janeiro de 1879, com a finalidade primeira de atender ao doente pobre e lhe prestar assistência material e espiritual.⁶⁴

Alguns anos antes, a Irmandade já demonstrava intenção de criar um hospital, assim, em 1872, a Mesa deliberou que a Irmandade construiria um hospital para o remédio dos pobres e necessitados. Em seguida mandou afixar na porta principal da Matriz um comunicado informando que a Irmandade havia tomado a

[...] resolução de exercitar, com os que forem pobres, toda a caridade que couber nas limitadas forças com que se acha, dando-lhes não somente sepultura na sua Igreja, mas ainda contribuindo com algumas esmolas para o seu curativo; e no caso de serem absolutamente destituídas de todo socorro, também os mandara recolher em casa particular, onde sejam assistidos pelo amor de Deus, porque esperam que todas as pessoas, a quem a Providência divina tem feito menos necessitadas nesta Vila, contribuição com suas esmolas para ajudar a estabelecer uma obra que será agradável aos olhos de Deus e muito meritória para os que a praticarem.⁶⁵

No mesmo ano a Irmandade enviou à Rainha D. Maria I um requerimento solicitando autorização para a construção do hospital e para a obtenção dos direitos cedidos às Santas Casas de Misericórdia, alegando que havia

⁶² CABRAL, 1979, op.cit. p. 8.

⁶³ Ibid., p. 9.

⁶⁴ Antes disso, os doentes era recolhidos nas próprias casas e lá eram tratados. Ibid. p. 247.

⁶⁵ Relatório Irmandade Senhor Jesus dos Passos, 1872 apud OLIVEIRA, 1990, op. cit., p. 104.

Grande pobreza na Ilha, e a falta de socorros, que experimentam os ditos pobres que aqui habitam por não se haver estabelecido ainda em Nossa Senhora do Desterro a Santa Casa de Misericórdia, nem algum outro hospital de Caridade, e só assim o militar⁶⁶

O hospital não conseguiu receber os mesmos benefícios que as Casas de Misericórdia. Passou a funcionar a partir de 1789, recebendo a pensão anual de 300.000 reis.⁶⁷

Assim como os demais hospitais criados pelas irmandades, o Hospital de Caridade era o espaço onde eram realizadas a segunda e a sétima obrigação das "sete obras corporais" que eram tratar dos enfermos pobres e conceder sepultura aos necessitados. Essa obrigação foi prevista pelo compromisso de Misericórdia de Lisboa, estabelecido em 1515, e incorporado mais tarde aos objetivos de diversas irmandades fundadas posteriormente em Portugal e seus domínios.⁶⁸

O compromisso era composto ao todo por Quatorze Obras de Misericórdia, divididas de acordo com sua natureza em dois grupos. O das obras espirituais consistia em:

Ensinar os simples (catequese), dar conselhos a quem pede, castigar os que erram, consolar os desconsolados, sofrer injurias com paciência e rezar pelos vivos e pelos mortos. No segundo grupo denominado obras corporais estavam: redimir os cativos, visitar os presos, curar os enfermos, cobrir os nus, dar de comer aos famintos dar de beber a quem tem sede, dar pouso aos peregrinos e cobrir os mortos.⁶⁹

Dentre as Obras de Misericórdia, destaca-se a caridade para com os irmãos enfermos, pobres e desvalidos. Assim, os jornais da época diziam que:

Não havendo na Ilha de Santa Catarina a Santa Casa de Misericórdia, "era a "Irmandade Senhor Jesus dos Passos que devia cuidar dos doentes, curando até que estivessem estabelecidos, ou dando mortalha e sepultura na capela aos que falecessem.⁷⁰

⁶⁶ Relatório Irmandade Senhor Jesus dos Passos, 1872 apud OLIVEIRA, 1990, op. cit, p. 104.

⁶⁷ Ibid., p. 166.

⁶⁸ As sete obras corporais consistiam em: resgatar cativos e visitar prisioneiros; tratar dos doentes; vestir os nus; alimentar os famintos; dar de beber aos sedentos; abrigar os viajantes e os pobres; sepultar os mortos. RUSSEL-WOOD, **Fidalgo e filantropo: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia: 1550-1755**. Brasília, UNB 1981. p. 32.

⁶⁹ PEREIRA, Nereu do Vale. **Memorial histórico da irmandade do Senhor Jesus dos Passos**. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997. 2v. p. 361.

⁷⁰ Jornal Argos, 21 de Agosto de 1858, p. 3.

Para realizar as Obras de Misericórdia a Irmandade contava com um patrimônio imobiliário, que assim como o da Irmandade do Rosário era alugado para reverter em renda. Também havia a figura do andador que em nome da caridade cristã, solicitava a contribuição.

Além do atendimento aos enfermos, também era realizado pela Irmandade o sepultamento dos pobres. Inicialmente, os enterros eram realizados na própria construção da igreja, entre a estrutura das paredes, ou no chão. Em 1826, foi construído um cemitério nos fundos para os enterros gerais. Outros enterros também eram feitos nas catacumbas que foram instituídas pela Irmandade Senhor Jesus dos Passos no ano de 1860.⁷¹

Ao que parece, os enterros ocupavam um papel relevante entre as Obras de Caridade. Em 1832 o Livro de Atas da Irmandade dos Passos recomendava que o pouco dinheiro arrecadado nas esmolas, fosse destinado ao cumprimento das obras, pois, segundo ele,

As esmolas devem pertencer à caridade dos pobres e de nenhuma forma terem destino diverso. Que se evitem despesas supérfluas com festas e comemorações, que se reduzam as despesas, pois o principal objetivo deve ser a cura dos enfermos e o sepultamento dos mortos.⁷²

Além de se responsabilizar pelo enterro dos irmãos pobres, a Irmandade também realizava o sepultamento dos pacientes que faleciam no Hospital de Caridade.

Devido a questões higiênicas que vamos ver mais tarde, em 1852 a Irmandade obteve autorização da Câmara para que pudesse construir um seu cemitério particular nos fundos do Hospital de Caridade.

Além do enterro dos doentes que se internavam para lá falecer, o Hospital de Caridade também arcava com o custo do enterro dos expostos. A Mesa de 7 de julho de 1832 informou que a renda anual necessária para atender aos expostos seria de 2:102\$800, sem incluir neste montante os 800 réis gastos com a mortalha que envolvia o corpo.⁷³ Da quantia necessária para o cuidado com os expostos, a Câmara Municipal se comprometia em fornecer quatrocentos mil réis. No entanto,

⁷¹ PEREIRA, op. cit. p. 365.

⁷² LIVRO de Atas da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, 1832

⁷³ Relatório da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, 1832, p. 73, apud. OLIVEIRA, 1990, op. cit. p. 154.

neste ano nenhuma parcela havia sido concedida, fazendo com que a Irmandade acumulasse uma dívida de 3:014\$040. A Irmandade garantia também o enterro e a sepultura dos expostos no cemitério Menino Deus, pertencente ao hospital.⁷⁴

O enterro dos mais pobres também foi realizado por outras associações religiosas que surgiram em Desterro durante os séculos XVIII e XIX. Foram elas: a Irmandade do Espírito Santo, a do Santíssimo Sacramento, a de São Sebastião e do Glorioso Arcanjo São Miguel das Almas. Esta última, curiosamente, tinha como função apenas o enterro dos corpos e sufrágio das almas. Segundo Cabral, as suas comemorações eram exclusivamente fúnebres, e uma vez por ano, a Irmandade realizava uma procissão onde se cantava o Libera Me e as urnas eram expostas.⁷⁵

Um pouco mais tarde, as Irmandades parecem questionar a sua obrigação de prestar assistência ao enterro dos pobres e indigentes. Um relatório da Irmandade do Senhor dos Passos, diz que

[...] o estado financeiro da Irmandade seria mais próspero, se os poderes públicos olhassem com mais carinho a Instituição, considerando os serviços que esta presta ao Estado e ao Município, enterrando os seus indigentes sem qualquer remuneração.⁷⁶

Como veremos mais adiante, essa obrigação deixou de caber às associações religiosas e foi assumida pela Câmara. No entanto, além da municipalidade, existiram também outras associações legais que ofereciam o custeio dos rituais fúnebres. Em 1862, a Sociedade União e Beneficência publicava um anúncio no jornal onde dizia que: "ao sócio que por ventura vier a falecer se fará o funeral de 3ª classe, incluindo caixão, quatro tocheiros, cova, encomendação, missa de sétimo dia e convite de todos os membros pelo jornal."⁷⁷

Também o exército se responsabilizava pelo enterro de seus oficiais menos favorecidos. Assim, em 1852, a viúva Rita Maria publica no jornal Cruzeiro do Sul a seguinte reivindicação: "eu, Rita Maria de Carvalho, viúva do capitão integrante da

⁷⁴ Relatório da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos 1832 apud OLIVEIRA, 1990, p. 152.

⁷⁵ Não existe no jornal a informação sobre a natureza dessas urnas, porém é possível deduzir que se tratam dos caixões que a Irmandade possuía para o enterro dos irmãos desfavorecidos. Como veremos adiante, as urnas da irmandade serviam apenas para o momento do cortejo, sendo devolvidas após o enterro do corpo. CABRAL, 1979, op. cit., p. 15.

⁷⁶ Relatório, da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, 1924, p. 2, apud OLIVEIRA, 1990, op. cit.,

⁷⁷ Jornal Argos, 6.02.1862.

primeira linha João Manoel de Carvalho, venho solicitar que me seja abonada a quantia destinada ao custeio dos funerais e enterros dos oficiais pobres.”⁷⁸

Mas os enterramentos não representavam apenas custos financeiros às irmandades. Aos que podiam pagar, elas cobravam taxas pelos sufrágios, mortalhas, esquifes ou caixões e, principalmente, pela ocupação dos jazigos. Em 1808, a Ordem Terceira cobrava 920 réis por sepultura que se abrisse dentro de sua capela (valor considerado alto, se comparado aos 320 réis cobrados pela Câmara no cemitério público em 1841). A receita das Irmandades contava ainda com o aluguel de utensílios funerários aos seus sócios.⁷⁹

Como até metade do século XIX não existiam esquifes ou caixões privativos, as irmandades dispunham de um ou dois que eram cedidos ou alugados aos membros para o transporte dos corpos. Após a procissão, os corpos eram retirados dos caixões que voltavam à sacristia da igreja para servir à outros irmãos. No entanto, se comparada à receita total das irmandades, a renda com os rituais e jazigos não era muito grande. No livro de atas da Irmandade dos Passos, de uma renda anual de 33.316\$00, os jazigos renderam 1:591\$000, o serviço de encomendamento 9:495\$000 e o aluguel dos caixões 1:481\$000. O valor das jóias naquele ano, chegou a 5:890\$000.⁸⁰

⁷⁸ As corporações militares se comprometiam a ajudar nos funerais dos oficiais mais pobres. Estes também seriam enterrados na parte geral do cemitério público. O CRUZEIRO do Sul, 1.10.1852.

⁷⁹ CABRAL, 1979, op. cit., p. 457.

⁸⁰ LIVRO de Atas da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, 1874, p. 4

CAPÍTULO 3 O CADÁVER E A HIGIENE

3.1 A MUDANÇA DAS PRÁTICAS

No entanto, não foram as despesas ou receitas, que ocasionaram mudanças nas formas de se enterrar em Desterro. Juntamente com outras modificações no espaço urbano, os enterros nos espaços das igrejas passaram a ser criticados, até serem totalmente proibidos em 1841. Mas esse processo não foi uniforme, nem ocorreu de maneira pacífica. A atual forma de enterro só se estabeleceu após um longo embate, onde as práticas baseadas no costume resistiam muitas vezes, as leis e estruturas de controle.

Desde o final do século XVIII, a produção do saber médico sobre o espaço urbano vem modificando os contornos, a distribuição e os fluxos. A nova cidade, higiênica nasce dentro de uma racionalidade, onde certas práticas e condutas são desclassificadas. O saber médico se torna a partir desse período, detentor das verdades humanas e parâmetro de avaliação.

Dentro das novas teorias higiênicas, a configuração da cidade constituía um perigo à saúde das populações. As ruas estreitas e sem planejamento, os hospitais, enfermarias, o lixo, excrementos, e animais mortos, a concentração populacional, todos os elementos que constituíam a paisagem urbana no período, eram responsáveis pela má qualidade do ar.

A preocupação com o ar era fundamental para os reformadores, pois, segundo as teorias do período, a saúde das populações estava diretamente ligada à sua qualidade. É o caso da teoria dos fluidos que pregava a necessidade do corpo estar em constante equilíbrio, realizando trocas com o ambiente através dos poros e da respiração. O calor, a umidade e a secura excessiva poderiam obstruir a circulação sanguínea, desequilibrando o organismo.⁸¹

Assim, na primeira metade do século XIX, o centro urbano de Desterro foi o espaço de intervenções, onde vários focos e irregularidades sanitárias foram

⁸¹ MORAES, op. cit, p. 48.

detectadas. Ameaças a saúde pública, foram apontadas: as barracas de comércio, o hospital militar, o enterro no interior dos templos, o lixo, os animais mortos, etc...⁸²

Em 1842, uma enfermaria militar no centro da cidade de Desterro foi vista como perigoso foco de contaminação e propagação de doenças. Naquele ano a cidade passou por um surto epidêmico de “febre cerebral”, fazendo com que as enfermarias ficassem superlotadas. Assim, a Câmara de Desterro solicitou ao Presidente da Província que mandasse remover o “Hospital Militar do Quartel,” por ser “um grande manancial pestilento.”⁸³

Em 1855, por ocasião de uma epidemia de cólera, um novo pedido foi feito, porém sem resultados. A enfermaria foi removida para controlar uma nova epidemia em 1862, porém, durante a Guerra do Paraguai, por questão de economia, a enfermaria volta ao centro da cidade. Somente em 1872, a enfermaria foi finalmente removida, sendo construído um prédio ao lado do Hospital de Caridade para abrigá-la.⁸⁴

Outras intervenções no núcleo urbano também ocorreram nessa segunda metade do século XIX. Uma das mais significativas foi a demolição das “barraquinhas” do largo da Matriz. Em 1831, a Câmara de Desterro solicitou ao Presidente da Câmara a permissão para demolição das barracas pois

O dano publico é resultado pelas barracas por conta da Fazenda nacional, alugadas a pessoas imorais e ate escravos, e que desde a sua origem tem sido receptáculo de roubos e lugar de todo gênero de prostituição, além de ridículo que faz apresentar a praia da praça da Cidade.⁸⁵

Segundo o requerimento enviado à Sociedade Patriótica pelo engenheiro Patrício Sepúlveda, era necessário solicitar a Câmara providências “a fim de se demolirem as barracas d’Estado em frente à Praça, acabando-se assim com esta guarita de vagabundos e escravos vadios.”⁸⁶ As barraquinhas permaneceram no largo da Matriz, até 1845, quando se tornou “necessária” a remoção por ocasião da visita do Imperador D. Pedro II.

A produção do saber médico sobre o espaço urbano não tencionava apenas criar um novo modelo de cidade – higiênico e controlado – mas também

⁸² MORAES, op. cit. p. 127.

⁸³ CABRAL, 1979, p. 198.

⁸⁴ Ibid., p.199.

⁸⁵ Ibid, p. 201.

⁸⁶ Ibid, p. 202.

disciplinarizar condutas, reorganizar os fluxos, delimitar espaços. “O objetivo da medicina era produzir um novo tipo de indivíduo e de população, combatendo a periculosidade social.”⁸⁷

Assim, quando o novo mercado foi construído, o regulamento estabelecia que ficava proibido o ajuntamento de escravos e a circulação de negros e mendigos, bem como os jogos, danças, tocatas e outros divertimentos. Além dessas medidas o documento também regulamentava o comércio, prevendo uma fiscalização das condições sanitárias das mercadorias.⁸⁸

Mas todas essas intervenções no núcleo urbano de Desterro, não foram apregoadas unicamente pelos médicos, ou sanitaristas. As mudanças de prática eram defendidas por outras vozes, como as de engenheiros, cronistas dos jornais, os poetas, comerciantes, autoridades do governo provincial, etc. Afinal, é importante lembrar que neste período a idéia de modernização e civilização estava ligada à Higiene.

O principal veículo que difundiu as novas idéias higiênicas foi a imprensa periódica vinda da Corte, ou publicada na Ilha. Segundo Henrique Pereira Oliveira, os jornais desempenharam uma função primordial na remodelação das condutas no meio urbano. Através deles circulavam os ideais da higiene urbana, na forma de crônicas, notícias, ou comunicados.

Durante a segunda metade do século XIX, os jornais tinham um grande alcance junto à população, pois os assuntos publicados viravam tema de discussão em vários locais públicos.⁸⁹ Cabral diz que no início do século XIX, era comum que os fregueses de casas comerciais se reunissem para ler e discutir as notícias do dia. Os principais periódicos que circulavam no período foram: o Novo Iris, O Correio, O Catarinense, A Revelação, O Conservador, O Mensageiro, O Argos, O Botafogo e O Santelmo.⁹⁰

⁸⁷ COSTA, Jurandir Freire da. **Ordem médica e norma familiar**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 282.

⁸⁸ É importante lembrar que o fato de existir proibindo tais práticas indica a dificuldade em coibi-las, bem como a resistência da população em se adequar. REGULAMENTO para praça do Mercado de Nossa Senhora do Desterro da Província de Santa Catarina. 21.12.1850 apud. OLIVEIRA, 1999, op. cit. p. 204.

⁸⁹ O alcance dessas publicações aumentou também graças ao maior número de pessoas alfabetizadas. Em 1872, havia em Desterro 5.073 pessoas alfabetizadas, em 1890, esse número aumentou para 7.011 e em 1903, subiu para 13.474 pessoas. PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994. 210p, p.33

⁹⁰ CABRAL, 1979, op. cit, p. 103.

Os jornais exerceram no período uma dupla função. Além de difundirem o discurso médico, promovendo uma reeducação, os jornais também atuavam como instâncias de vigilância. Segundo Oliveira, a vigilância exercida pelos jornais era invisível, pois, as pequenas denúncias muitas vezes eram publicadas através de pseudônimos. Assim,

O jornal tornou-se um meio para exercer a vigilância e correção dos comportamentos nos espaços públicos e algumas vezes ate mesmo condutas em espaços privados. Em qualquer lugar poderia haver um olhar passível de registrar, anonimamente, seu estranhamento diante das práticas cotidianas da população. Um olhar de carne, mas também um olhar invisível. Desta forma a imprensa funcionava como uma espécie de panóptico sem torre, multipresente.⁹¹

Os habitantes denunciavam através do jornal praticas ofensivas a higiene, solicitando que as autoridades tomassem providências. Assim, em 1853, o jornal Correio Catarinense publicou a reivindicação de um habitante que assinava sob o pseudônimo de “O amante da limpeza”:

Por muito obséquio, ao Sr. Fiscal, queira dar um passeio pela rua do Príncipe, do canto da do livramento ate o da Paz, a examinar da forma que esta com imundícies, e das 9 da noite em diante os despejos que na praia se fazem de tigres obrigando os moradores a fecharem as portas e janelas por não suportar o mau hálito, quando querem tomar o fresco; com isto fará um grande serviço ao público.⁹²

Algumas vezes as publicações dos leitores dirigiam as criticas as próprias instâncias fiscalizadoras. Segundo eles, as irregularidades ocorriam devido a convivência ou falta de repreensão por parte das autoridades.

Alem da função pedagógica e de vigilância, o jornal era o espaço de intercessão entre o público e o privado, de enfrentamentos e disputas políticas, de veiculação de modelos de subjetivação.

Por todas as funções a que se prestavam os jornais, eles foram elementos muito importantes na mudança das formas de enterro em Desterro. Através deles foram desqualificadas antigas práticas, difundidas teorias médicas, denunciadas irregularidades. No período anterior a construção do cemitério, os jornais veiculavam o discurso médico, seja na fala de engenheiros, Inspetores de Saúde, moradores ilustrados. O enterro nos templos começava a ser considerado um perigo a saúde e

⁹¹ OLIVEIRA, 1990, op. cit., p. 228.

⁹² O Correio Catarinense, 19.01.1853, apud. OLIVEIRA, 1990, p. 229.

os jornais questionavam essa prática, cobravam providências, ensinavam a população a se prevenir dos males causados pelo cadáver.

Em 1839, um clérigo publica no jornal O Conciliador que :

E preciso muita coragem, muita fé e bom nariz para se entrar nas igrejas, onde já faltavam sepulturas vagas, achando-se todas com cadáver por consumir e estando a terra do interior das mesmas tão embebidas já dos óleos que fluem dos corpos que já não tem mais força para consumir os que se lhe lançam , e notando-se que pelas paredes, mesmo das catacumbas, onde ha, filtram esses óleos, do que, tanto nos corpos das Igrejas como nessas catacumbas, resultam exalações que infectam o ar que respiramos.⁹³

Mais tarde, quando o enterro fora dos cemitérios públicos foi proibido, os jornais contribuíram para coibir as resistências da população. Através das denúncias de moradores ou autoridades, os jornais tornavam públicos delitos como o abandono de corpos em praias, ou terrenos baldios. Não se sabe qual era o destino dos infratores. Dada a falta de registros, é possível que os delitos não fossem investigados e punidos. No entanto a visibilização desses delitos funcionava como alerta, coibindo a ocorrência de novos casos. O jornal lembrava constantemente que a partir de então as práticas de sepultamento eram controladas e vigiadas. No ano de 1861, passados vinte anos da construção do cemitério público (no local que abrigaria mais tarde a cabeceira da Ponte Hercílio Luz), um leitor escreve ao jornal Argos denunciando que: O corpo de João Antonio Ferreira, foi encontrado insepulto, sendo conduzido em rede até a igreja Matriz, onde foi feito o exame de corpo de delito.”⁹⁴ Em 1883, o Jornal A verdade publica a notícia de que o corpo de um escravo que foi achado dentro de uma propriedade particular:

O cadáver do escravo Bento, de propriedade do Senhor Francisco Martins, foi encontrado no lugar de “Paixão” desta cidade. Ao encontrar o cadáver a autoridade policial procedeu em seguida o exame médico e verificou que a morte foi causada por asfixia e submersão.⁹⁵

Além de denunciar as contravenções da população, os jornais também eram espaços onde se criticava a administração pública. Em 1882, o jornal Argos fala sobre o descaso da Câmara em relação à conservação e cuidado do cemitério municipal. O artigo diz que:

⁹³ O CONCILIADOR, 12.08.1839, p. 3 apud. CABRAL, 1979, op. cit. p. 470.

⁹⁴ Jornal Argos, 12.04.1861, p. 5.

⁹⁵ Jornal A Verdade, 04.11.1883, p. 2.

A missão da Câmara Municipal é difícil e tem como único prêmio a gratidão do povo. O calçamento das ruas da cidade, o aformoseamento de suas praças, a limpeza de suas ruas. A Câmara apresenta o triste espetáculo de praias cheias de cães e outros animais mortos. O cemitério público, onde repousam restos de pessoas caras estava em tal estado de abandono que o Excelentíssimo Presidente não pode deixar de fazer sentir a Câmara Municipal. Para que a morada dos mortos seja respeitada, será necessário voltar ao enterramento nos templos como faziam os antigos cristãos, convencidos que ali descansam mais pacificamente? Acabe a Câmara com esse espetáculo e dê exemplo ao povo, para que eles saibam que os senhores se consagram ao serviço público.⁹⁶

Um jornal também noticiou um caso de negligência do administrador do cemitério público. Segundo a publicação, uma Irmã da Ordem Terceira estava enterrada no cemitério quando, por ocasião do reaproveitamento da cova, seu corpo foi deixado dias insepulto sem que estivesse decomposto. O jornal diz que a Câmara só não dispensou o administrador, considerando a escassez de candidatos para ocupar a vaga.⁹⁷

Assim, em vários momentos da história dos enterros em Desterro, os jornais exerceram importante papel. No momento em que as teorias médicas começavam a se impor, os jornais faziam circular as novas teorias, exerciam uma função pedagógica, ensinavam a população a reconhecer e combater as práticas baseadas no costume. Os jornais também estiveram presentes no período da construção do cemitério público. Neles era possível acompanhar as idas e vindas dessa negociação, os debates, as correntes defensoras, a discussão sobre qual o local mais adequado.

Quando o corpo morto se torna um problema para a higiene, os jornais vão ensinar a se proteger dos gases exalados, como proceder nos casos de morte em família, e qual a maneira segura de acompanhar um enterro. E já no século XX, quando o cemitério público é transferido para a localidade do Itacorubi, os jornais vão ser um dos espaços onde se debate sobre a conveniência da mudança.

⁹⁶ Jornal Argos, 21.01.1862, p. 6.

⁹⁷ CABRAL, 1979, op. cit. p. 470.

3.2 O PRIMEIRO EXÍLIO DOS MORTOS

Como vimos anteriormente, no movimento de profilaxia urbana, vários elementos eram vistos como ameaças a boa qualidade do ar: pântanos, hospitais, enfermarias, casas mal ventiladas, lixo, animais mortos, vegetais em decomposição, matadouros, ruas estreitas, doentes, etc...

Nesse quadro de combate aos miasmas, o cadáver começa a ser apontado como mais um dos causadores de doenças e flagelos da população. Segundo os teóricos do período, durante a fase de putrefação o cadáver liberava miasmas extremamente nocivos à saúde humana. E como essa fase ocorria justamente no interior dos templos, os reformadores consideravam imprescindível a transferência dos corpos para locais mais adequados.

Na Europa, o enterro nos templos começou a receber críticas isoladas a partir do século XVI. Porém foi só no século XVIII que o movimento toma proporções significativas. Em 1706, o Monsenhor Maria Lancisi aconselhou o Papa Clemente XI a construir um cemitério fora do perímetro urbano de Roma.⁹⁸ Em Portugal, no ano de 1800, Dr. Vicente Coelho de Seabra escreveu sobre os prejuízos causados pelas sepulturas nos templos. Em 1835, foi publicada na Inglaterra uma memória falando sobre os perigos do enterro dentro das igrejas.⁹⁹

A França, já no início do século XVIII, foi o primeiro país a fazer um estudo sistematizado sobre o perigo das inumações. O governo de Paris, preocupado com as epidemias, designou uma comissão de médicos para estudar os efeitos das emanações cadavéricas. Os médicos, por sua vez, colecionavam exemplos das tragédias provocadas pelos gases. A mais célebre das pesquisas, publicada em 1743 por Haugenot, relata o caso das crianças que se reuniram na igreja de Borgonha para fazer a primeira comunhão, quando uma exalação maligna teria se elevado de um dos túmulos escavados sob as lages da igreja. O eflúvio se difundiu e provocou uma catástrofe: o cura, o vigário, 40 crianças e 200 paroquianos morreram envenenados.

⁹⁸ CATROGA, Fernando. **O Céu da memória**: cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911) Coimbra: Minerva, 1999, p.112.

⁹⁹ CATROGA, op. cit. p. 128.

Outro médico parisiense, Huges Maret denunciou as exalações metíficas lançadas dos sepulcros sobre o ar enclausurado dos templos. Para ele, as covas abertas na Igreja de Nossa Senhora de Motpellier permitiram perceber um vapor fétido que impregnava as roupas e o corpo.¹⁰⁰

Para comprovar o perigo desses vapores, Maret jogou nas covas gatos e cachorros que, segundo ele, teriam morrido em meio a convulsões. Ele cita ainda o curioso caso de um coveiro que teria morrido dez dias após abrir a cova de um obeso.¹⁰¹

Essas discussões sobre os enterros só chegaram ao Brasil um século mais tarde, mais ou menos nas primeiras décadas do século XIX. Enquanto Paris passava por um segundo momento nas práticas fúnebres, os médicos brasileiros traziam para o Brasil o questionamento sobre as teorias miasmáticas. Dois médicos especificamente, contribuíram para a difusão das teorias sobre a inumação. Maurício Rebouças e José Correa Picanço estudaram nas mesmas escolas de medicina que Maret e Haugenot, trazendo para o Brasil as teorias e experiências realizadas na França. Picanço publicou em 1812 um ensaio sobre o perigo dos enterros nos templos, enquanto Mauricio Rebouças defendeu uma tese sobre o assunto em Paris. Em 1832, a tese de Rebouças foi publicada no Brasil.¹⁰²

Nos relatórios da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro, há vários casos de tragédias locais citados por médicos. Dizia-se que na Bahia, vários fiéis morreram ao abrirem pela manhã as portas da igreja de São Francisco. Também foi relatado o caso de um coveiro que ao mexer em uma cova recém fechada foi subitamente atacado por uma infecção asmática. No Rio de Janeiro, a questão também provocava críticas por parte dos médicos. Dizia-se que a igreja de Santo Antônio era perigosa, pois nela se depositava uma grande quantidade de cadáveres, formando sobre a cidade uma nuvem mais grave do que o ar que se precipitava sobre a cidade.¹⁰³

Segundo os médicos brasileiros, o perigo das emanações dava-se pela manhã, já que durante a noite os gases permaneciam estagnados dentro da construção. Assim, recomendava-se que ninguém fosse a missa neste horário,

¹⁰⁰ REIS, op. cit., p. 90.

¹⁰¹ Além do perigo das covas recém abertas, considerava-se que pessoas obesas ofereciam mais perigo a saúde em decorrência da decomposição de sua gordura corpórea. REIS, op. cit., p. 257.

¹⁰² REIS, op. cit., p. 40.

¹⁰³ Ibid., p. 256.

especialmente as mulheres, que eram mais suscetíveis aos miasmas “graças à predominância do sistema linfático”¹⁰⁴ Para eles, a própria arquitetura das igrejas, com paredes grossas e poucas janelas, favorecia a concentração dos miasmas, que eram potencializados pela respiração dos fiéis e pelo calor das velas e do incenso. Como exemplo do perigo, era citado o caso da irmã do médico Lino Coutinho que teria sido acometida de uma febre pútrida após ir à missa pela manhã.

Mas não era só dentro das igrejas que os cadáveres precipitavam os seus males. Todo o ambiente que circundava os templos estava sujeito aos gases mortíferos. Na Bahia, por exemplo, se dizia que todas as casas próximas as igrejas eram inabitáveis e doentias. Havia no pé de uma freguesia uma casa que a cada dez dias era ocupada por um novo morador. Segundo os médicos, uma substância oleaginosa escorria pelas paredes e corrompia toda a água e os alimentos. Um pouco mais tarde, os miasmas cadavéricos são acusados de também causar surtos epidêmicos nas populações próximas aos cemitérios.¹⁰⁵

Em lugares como Paris, a crítica aos enterros nos templos ocorreu a partir do século XVIII. Em 1763, o parlamento parisiense nomeou uma comissão de médicos para estudar a salubridade dos enterros. Com base nestas conclusões, se tentou proibir os enterros através de um decreto do mesmo ano. No entanto, o enterro nas igrejas só foi proibido definitivamente em 1780. Conta-se que a transferência das ossadas foi um espetáculo tétrico: sob a luz de tochas, inúmeras carroças carregavam os restos para a periferia. Porém o volume era tanto que muitos ossos acabavam caindo da carroça se espalhando pelas ruas da cidade.¹⁰⁶

Apesar desse movimento ter tomado forma no início do século XVIII, a especificidade de cada local deu à história dos sepultamentos contornos diferentes. Em alguns países europeus as práticas mudaram no mesmo período. Na Espanha, por exemplo, o sepultamento nos templos foi proibido em 1787. Mas em outros países do continente, a convivência foi tolerada até o início do século seguinte. Em Portugal, Segundo Fernando Catroga, somente após vários surtos epidêmicos do século XIX, o governo resolve tomar providências. Em 1835 um decreto referendado pelo estadista Rodrigo Fonseca de Magalhães proibiu inumações dentro dos

¹⁰⁴ Ibid., p. 257.

¹⁰⁵ Ibid., p. 257.

¹⁰⁶ CATROGA, op. cit. p. 285.

templos. Ele diz que essa era “uma prática funesta à saúde dos seus cidadãos, vindo a fazer um tráfico de pestilência e de morte”¹⁰⁷

Em 11 de Janeiro de 1801, o príncipe Regente de Portugal enviou uma Carta Régia aos governadores provinciais do Brasil, recomendando que fosse feita a construção de cemitérios públicos distante dos núcleos urbanos.¹⁰⁸ No entanto, parece que esta determinação não foi cumprida em Desterro, pois os enterros continuavam a ser feitos na Igreja Matriz. Como vamos verificar, a mudança dos enterros em Desterro não ocorreu em função de nenhuma determinação externa, mas a partir da crescente mudança na relação da cidade com o corpo morto.

3.3 O CADÁVER SE TORNA UM PROBLEMA

Desde o início da constituição do povoado de Nossa Senhora do Desterro, os mortos eram enterrados no Campo Santo. No interior do templo, ou no cemitério adjunto, o corpo morto era integrado ao cotidiano da igreja. Esta prática ocorria tanto no núcleo central, quanto nos povoados, a exemplo do Ribeirão da Ilha e Rio Vermelho. Nestes locais os fiéis faziam suas orações em meio ao odor dos corpos em decomposição, sem que isso se constituísse um problema.

As teorias higiênicas dos séculos XVIII e XIX modificaram a relação da população com o cadáver. Quando o núcleo urbano de Desterro passou por diversas intervenções, vários elementos foram apontados como corruptores do ar. E um dos primeiros problemas a ser apontado foi o cadáver.

Vários jornais começam a criticar as práticas tradicionais de enterro. As teorias sobre o enterro nos templos, muitas vezes veiculadas por jornais de outras localidades, apontavam o cadáver como um dos grandes responsáveis pela má qualidade do ar. Em 1838, um jornal local dizia que o enterro nos templos tornava

Mal sadio o local da cidade, outrora tão salubre, manifestando-se nela, amiúde, doenças de mau caráter. O mal epidêmico que ora lavra e que tantos estragos tem feito, causa terríveis acidentes de que somos testemunhas e que todos lamentamos.¹⁰⁹

¹⁰⁷ CABRAL, 1979, op. cit. p. 480.

¹⁰⁸ SILVA, 2002, op. cit. p. 113.

¹⁰⁹ ARGOS, 1838 apud CABRAL, 1979, op. cit. p. 480.

Uma das grandes mudanças na relação com o cadáver foi a modificação na percepção do cheiro do cadáver. Se até então este odor era associado à piedade cristã, passou a ser identificado como algo negativo, um alerta que indicava a presença do perigo. Os médicos adjetivavam negativamente o odor cadavérico, classificando-o como insuportável, desagradável, pernicioso, insultante, repugnante, ingrato, atormentador, mau. A vigilância olfativa tornou perceptível o cheiro do cadáver, ensinando a evitar permanecer em sua presença.

Para as autoridades religiosas, o odor do cadáver não deve mais fazer parte do espaço da Igreja. Ao invés de lembrar os fiéis a existência da imortalidade, o cheiro agora impede a concentração e a prática da oração. Assim, no interior da Ilha o Monsenhor Manuel Joaquim da Paixão solicita ao Presidente da Província que tome providências em relação ao sepultamento dentro da igreja.

Desde o tempo em que me acho empregado na qualidade de Parocho desta matriz, um fétido odor sai dos corpos, a ponto de não poder-se entrar Na igreja sem que haja um grande incômodo. Peço a V. Excelência para tomar providências necessárias para que o público não sofra com esse ar corrupto e pestífero¹¹⁰.

O Presidente da Província vai mais longe ainda, dizendo que esta prática ofende à divindade e que está ligada à motivos menos nobres como a vaidade. Além disso, os cemitérios públicos são citados como signos da modernidade e da civilização.

é preciso acabar de uma vez por todas com essa prática insultante à Divindade, quanto prejudicial à saúde pública, de converter os templos em túmulos, práticas que a despeito do exemplo dado na Capital do Mundo Cristão, a despeito do exemplo do que tem determinado os Concílios e Leis Canônicas e as civis mais bem calculadas, pôde por séculos fazer vingar entre nós a estúpida vaidade, o orgulho ridículo e aferro insensato a frívolas distinções.¹¹¹

E, além do odor cadavérico, outros elementos despertam reações contrárias. Se o enterro fazia parte do cotidiano das igrejas, agora a visão dos corpos em

¹¹⁰ MONSENHOR Manuel Joaquim da Paixão. Igreja Nossa Senhora do Ribeirão. Ofício enviado ao Presidente da Província. 23 de janeiro de 1849

¹¹¹ Relatório do Presidente da Província, 1841. apud CABRAL, 1979, op. cit. p. 410.

decomposição também causa choque. Um viajante de passagem por São Francisco do Sul relata a reação dos fiéis diante de um sepultamento:

além de imoral, repugna o âmagô da civilização. No dia 2 de junho, a Igreja Matriz festejava o Espírito Santo e sucedeu de haver um enterro o qual fui assistir. Eram 7 horas da tarde, quando acabou a encomendação do cadáver e no meio da Igreja se abria uma cova para dar asilo ao defunto. Repentinamente, exala da cova um fétido que de tão enjoativo que era, alcançou o vigário que passava pela porta. Quase todos os circunstantes saíram espavoridos. E faça idéia, senhor editor, do quanto é imundo ver sair os pedaços de um cadáver putreficado. Nisto manda o sacristão aprofundar a sepultura e lançar dentro o cadáver encomendado, com os fragmentos do outro. Eis que vem chegando o povo para a novena, e senhoras houveram que encontrando o mau cheiro na porta, retiraram-se para as suas casas. Aí então fiz comigo uma reflexão e lembrei-me do quanto é útil termos cemitérios públicos em cidades civilizadas. Deveria-se mandar proibir o enterro de cadáveres dentro dos templos, já que o próprio vigário roga para que isso seja feito.¹¹²

Para combater os perigos causados pelos cadáveres, uma série de intervenções ocorreram nos enterros. A primeira delas foi no tempo tradicional dos rituais. Segundo o Código de Posturas de Desterro de 1828, nenhum corpo poderia permanecer na casa por mais de 24 horas após a morte.¹¹³

No entanto, a modificação das práticas de enterro, não ocorreu de maneira uniforme. Como toda mudança de práticas, o movimento ocorreu de forma desigual e muitos ainda respeitavam o tempo tradicional dos funerais. Isso ocorria principalmente, em regiões mais afastadas do núcleo urbano. Em um ofício enviado em 1828 ao Presidente da Província, o Sub-comissário de Polícia diz que:

na localidade de Ganchos de Dentro o povo é tão teimoso, que o material fecal é depositado ao redor da casa e os cadáveres são conservados nas casas por um período superior a vinte quatro horas.¹¹⁴

Porém, apesar de não obedecer uma trajetória retilínea, as antigas práticas de enterro eram coibidas através da criminalização. O mesmo ofício sugere que, para que não ocorram semelhantes práticas, a punição aos infratores deve ser

¹¹² Jornal Novo Íris 12.10.1851, p. 4.

¹¹³ Código de Posturas de Desterro, 1828, p. 5.

¹¹⁴ Ofício enviado por Felizardo José Sagaz (sub-comissário de Polícia) para o Presidente da Província Manoel Joaquim Machado, 1828, p. 2.

aumentada. Assim, “para impedir que ocorram tais absurdos, não bastam apenas multas, mas devem ser efetuadas prisões nesses casos de negligência”.¹¹⁵

A regulamentação, a punição e a reeducação, aos poucos tornaram menor o tempo entre a morte e o sepultamento. Principalmente nos períodos de epidemia, a população se mostrava receosa em manter contato prolongado com o cadáver. Através dos obituários é possível verificar que os enterros eram realizados em um período inferior a 12 horas após a morte. Entre 1862 e 1870, foram publicados os seguintes obituários:

Faleceu ontem as 3 horas da madrugada depois de longo padecimento, o Sr. Joaquim Xavier Nunes, o qual foi sepultado ontem as 9 horas da manhã.¹¹⁶

Faleceu ontem as 7 horas da manhã e foi sepultado na tarde de ontem, o coronel Bonifácio de Andrade, membro da repartição de terras e da Assembléia Provincial.¹¹⁷

Faleceu ontem as 4 da madrugada e enterrou-se hoje, as 11 da manhã, José Fernandes de Oliveira Magalhães.¹¹⁸

Se até então, o tempo dos rituais respeitava as normas religiosas do velório, percebe-se através das publicações que a população se mostrava receosa em manter contato com o corpo morto. O tempo entre a morte e o sepultamento, muitas vezes era inferior ao máximo permitido pela legislação.

Segundo as teorias médicas do período, existiam algumas soluções com o poder de neutralizar os miasmas cadavéricos. A *Terapêutica Brasileira*, escrita por Urias da Silveira, dizia que

[...] ao falecer um doente, o seu rosto devia ser coberto com uma toalha embebida em desinfetante a fim de que os líquidos cadavéricos entrassem em contato com o agente anti-séptico. Ao se introduzir o corpo no caixão, deve-se forrá-lo com panos velhos molhados na solução, para evitar que durante o trajeto ao cemitério derrame-se no caixão os líquidos cadavéricos. Se os acompanhantes fossem senhoras ou crianças, em vez do ácido fênico, cujo cheiro é incômodo, se devia dar preferência à solução feita de ácido sublimado.¹¹⁹

¹¹⁵ Ofício felizardo José Sagaz..., p. 3

¹¹⁶ Jornal Argos, 16.04.1862, p. 3.

¹¹⁷ O Constitucional, 8.10.1870, p. 7.

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ SILVEIRA, Urias da. **Terapêutica brasileira**: o tesouro do médico prático. Rio de Janeiro: B L. Garnier, 1889. p. 87.

Para este autor, não bastava a neutralização do corpo morto, mas também de tudo que tivesse tido contato com ele. A roupa e o leito, por exemplo, deviam ser lançados ao fogo, e as casas desinfetadas com solução fenicada e cal.

[...] para evitar o contato com o cadáver, é necessário não se demorar nos locais de sua passagem como os hospitais, salas mortuárias, necrotérios e habitações particulares de cadáveres. Como medida mais drástica, nos casos de cólera, deve-se sitiar a casa do falecido e os vizinhos deveriam mudar-se para outras ruas. Em alguns é aconselhado até cortar a comunicação com outras cidades, à exemplo do que se fez em Prest, na Hungria.¹²⁰

Algumas dessas medidas também foram tomadas em Desterro, com relação ao tratamento dos cadáveres. Segundo Cabral, no trajeto entre a casa e a sepultura, os cadáveres eram envolvidos em lençóis embebidos em soluções neutralizadoras. Os acompanhantes também levavam junto ao nariz lenços para proteger-se.

[...] ricos e pobres deviam embrulhar os cadáveres numa camisa, e também num lençol fumigado por ácido muriático oxigenado. Era assim que os mortos deviam ser conduzidos, em caixões ou tumbas fechadas, sem que os encarregados do transporte não deixassem de ter o cuidado de colocar junto à boca e o nariz, lenços molhados em vinagre ordinário."¹²¹

Segundo a teoria miasmática, o envolvimento do corpo reduzia a propagação dos miasmas. Assim, a mortalha – signo do ritual religioso – recebe agora uma nova função. É ela que vai se constituir na primeira barreira de isolamento do corpo morto. Assim, o Código de Posturas de Desterro determinou que a partir de 1832 ficava

[...] proibido enterrar escravos sem mortalha, sob a pena de hum mil reis de multa. E nenhuma pessoa, por mais miserável que fosse, será sepultada sem ser envolvida em qualquer mortalha de stofo. Se o falecido ou seus parentes não tivessem recursos, essa mortalha seria doada pela Câmara para garantir o enterro correto.¹²²

No entanto, na nova relação com o cadáver, esta forma de transporte deixou de ser suficiente para proteger os acompanhantes das emanações. Ainda em 1836, as Posturas de Desterro determinavam a extinção dos esquifes das irmandades, os substituindo por um transporte mais adequado, onde o corpo seria duplamente

¹²⁰ Ibid. p. 88.

¹²¹ CABRAL, 1979, op. cit., p. 411.

¹²² Código de Posturas de Desterro, 03. 1836, p. 4.

isolado. Assim, surge também a obrigatoriedade do uso do caixão. Ao contrário do esquife onde o morto desfilava à céu aberto, o caixão funcionava como uma segunda barreira, isolando não só as emanções, como também os fluidos corpóreos. Para isso as Irmandades dispunham de um ou dois caixões para servir aos seus irmãos. Também a Igreja Matriz ofereceria o serviço mediante esmola arbitrada em favor da fábrica.¹²³

No início do século XIX, a obrigatoriedade do caixão fechado se restringia somente aos casos de doença contagiosa. Em 1836, o artigo 9 das Posturas dizia que "nenhum corpo, de qualquer tamanho que fosse, seria conduzido sem ser em caixão fechado, quando o facultativo houver declarado que a enfermidade do falecido é contagiosa."¹²⁴

Para os que não cumprissem a determinação, a Câmara estabelecia o pagamento de uma multa no valor de 8\$000,00. Um ano depois, o combate aos miasmas se tornou mais intensivo: não apenas nos casos de epidemia, mas em qualquer causa mortis, o caixão seria conduzido fechado.¹²⁵ No entanto, apesar da legislação e das multas impostas, houve alguma resistência por parte da população. Um jornal de 1876 noticiava que apesar de ser proibida por lei, a condução continuava a ser feita em ataúdes abertos, onde o cidadão era carregado "à céu aberto, de papo pro ar, à vista de seus conterrâneos, amigos e parentes".¹²⁶

Apesar do caixão ter sido escolhido como o invólucro perfeito para a condução, muitas vezes ele era o responsável pela corrupção do ar das casas. Por ser um artigo caro, muitas pessoas acabavam utilizando os caixões da Matriz ou das Irmandades. Mas como essa urna era usada e reutilizada por diversas vezes, elas acumulavam inevitavelmente restos de vários cadáveres. Assim, muitas vezes eles levavam para a casa "todas as sobras do defunto velho, tudo aquilo que já escapara ao seu vital controle."¹²⁷

Para os que não escolhessem um ataúde vindo de outro enterro, havia a opção do aluguel de caixões em empresas privadas. Esses caixões por não serem gratuitos, eram normalmente mais limpos do que os das Irmandades ou da Câmara. Em 1858 a Firma Fernando Antônio d'Avila anunciava "a venda e aluguel de caixões

¹²³ Código de Posturas, 1836 p. 4.

¹²⁴ Código de Posturas, 1836 p. 5.

¹²⁵ CÓDIGO de Posturas de Nossa Senhora do Desterro, 05.1857, p. 13

¹²⁶ CABRAL, 1979, op. cit., p. 509.

¹²⁷ CABRAL, 1979, op. cit., p. 509.

para todos os tamanhos de defuntos e conforme as circunstâncias que se precisar."¹²⁸ Outra empresa, essa de propriedade de Joaquim da Silva alugava "caixões para anjos e adultos, por preços diferentes para pobre e ricos."¹²⁹ A própria Irmandade do Glorioso Arcanjo São Miguel explorava o mercado e alugava caixões para interessados.¹³⁰ Essa prática incomodou as autoridades e, em 1876, a Câmara Municipal solicitava ao Presidente da Província que fosse proibida a condução de pessoas em caixões de aluguel. Mas depois de 6 anos esse tipo de comércio ainda existia em Desterro.¹³¹

Assim, no início do controle da morte, o sudário e o caixão constituíram-se como as primeiras medidas de combate aos miasmas. Funcionando como barreiras no isolamento das emanações, estes artefatos envolviam o corpo no momento do transporte, minimizando os perigos cadavéricos. No entanto, a normatização dos enterros não se restringiu apenas ao momento do transporte. Era necessário criar também um espaço adequado ao controle e tratamento do cadáver. Assim, iniciou-se o debate sobre a construção das novas necrópoles higiênicas. E é sobre esse novo espaço destinado à morte que falaremos no próximo capítulo.

¹²⁸ Ibid., p. 510.

¹²⁹ O CONCILIADOR, 12. 03. 1876, p. 4

¹³⁰ CABRAL, 1979, op. cit., p. 509.

¹³¹ Ibid., p. 510.

CAPÍTULO 4 A CONSTITUIÇÃO DOS NOVOS ESPAÇOS

4.1 AS NOVAS NECROPÓLES

Se o sudário e o caixão foram as primeiras medidas de combate às emanções cadavéricas, eles ofereciam proteção apenas no momento do transporte. Como os caixões não eram privativos, no momento do enterro eles retornavam às irmandades, o corpo era enterrado sem qualquer proteção. Assim, os presentes eram expostos aos miasmas do morto recém-chegado e aos dos que descansavam na cova reaproveitada.

Além dessa exposição temporária, havia a exposição constante dos freqüentadores das igrejas. Todo o processo de decomposição se completava dentro dos templos, e o óleo cadavérico que escorria pelas paredes corrompia o ar do interior e da periferia. E mais do que isso, se espalhava pela cidade graças aos ventos fortes e constantes que sopravam na Ilha. As autoridades higiênicas se preocupavam com a localização da Matriz, pois, o ponto elevado em que ela se encontrava, facilitava a propagação das emanções sobre a cidade.

Assim, não bastava mais apenas isolar em caixões, era necessário também deslocar a presença dos cadáveres para longe da cidade. Autoridades higiênicas, eclesiásticas e a opinião pública pediam a proibição dos enterros nas igrejas, principalmente nos períodos epidêmicos. Foi assim que em 1841, após um grave surto de febre amarela, os enterros nos templos foram definitivamente proibidos pela lei Provincial 137.¹³²

Mas para que esta determinação pudesse ser cumprida, era necessário criar um espaço adequado para o tratamento da morte e do cadáver. O cemitério público foi o ambiente ideal produzido pelo pensamento higiênico do século XIX. Como veremos mais adiante, o cemitério de Desterro tinha todas as condições necessárias para proteger os vivos dos males do cadáver: a sua localização, a arquitetura, e a subordinação da administração à municipalidade. Todas essas características desautorizavam o templo como moradia dos mortos, coibindo a prática secular do

¹³² CABRAL, 1979, op. cit., p. 305.

enterro ad sanctus. Assim, a construção do cemitério de Desterro marcou nesse momento, a ruptura na convivência entre vivos e mortos, separando definitivamente os dois mundos.

O debate sobre os enterros iniciou-se em Desterro no início do século XIX. A separação da necrópole, porém, só foi posta em questão em 1832, quando um representante da Sociedade Patriótica apresentou à Câmara a proposta da criação de um cemitério público. A idéia de Jerônimo Coelho foi aceita, porém levou dez anos para ser efetivada. Durante todo este tempo os enterros continuaram a ser feitos nos templos. Naquele mesmo ano, a Câmara Municipal designou uma comissão para avaliar qual terreno oferecia melhores condições à construção do cemitério. Como nos demais cemitérios construídos neste período da reforma funerária, a preocupação maior era de que ele fosse bem distante do núcleo populacional. Outra preocupação da Câmara era que o terreno escolhido fosse bem ativo e ventilado, de preferência longe dos ventos Leste e Sudeste.¹³³

Depois de avaliar durante um ano quais seriam os melhores terrenos, a comissão sugeriu a chácara situada no Morro do Vieira, próximo ao Forte de Sant'ana. Este local, no entanto já havia sido escolhido para abrigar o novo matadouro, adiando a escolha do terreno para o ano seguinte. Em seguida cogitou-se construir o cemitério em terreno concedido em usufruto à Irmandade dos Passos, mas a idéia não foi bem aceita, já que a localização do terreno, no alto da Boa Vista, seria próximo demais da cidade. Segundo declarava um relatório

Jamais deveria ser construído um cemitério nos terrenos do Menino Deus, de onde sopram furiosos ventos Leste e Sudeste, que precipitam os miasmas sobre toda a cidade, o que evidentemente as colhe da infecção sobre aquele bairro, derrama o imundo cemitério do Hospital de Misericórdia, de maneira que torna aquele local e vizinhança num dos bairros mais doentios da cidade.¹³⁴

Assim, como esse terreno oferecia os mesmos perigos da Matriz, a comissão acabou escolhendo a chácara de propriedade de José Vieira de Castro. Em 1840, ela foi então desapropriada pela Câmara que alegou utilidade pública.¹³⁵ A Câmara designou para planejar a construção o engenheiro Patrício Sepúlveda,

¹³³ Ibid., p. 407.

¹³⁴ CABRAL, 1979, op. cit., p. 408.

¹³⁵ Regulamento do Cemitério Público de Desterro, 1841, p. 2.

responsável também por várias reformas posteriores. Atendendo a solicitação do Presidente da Província, o engenheiro enviou em 1840, o seguinte ofício:

Cumprindo o que Vossa Excelência ordenou em Ofício de 21 de maio, tenho a honra de enviar-se a planta do cemitério da capela a construir em terreno que foi de José Vieira. O local é bom, altivado e ao norte da cidade, impedindo que esta seja infectada pelos miasmas exalados dos corpos em decomposição.¹³⁶

Em 1841, foi inaugurada então, a primeira necrópole de Desterro. A partir daí foi determinada pelo Presidente da Província a proibição do enterro de qualquer cadáver, seja no interior das igrejas quanto nas catacumbas de fábrica. Segundo a resolução de 1 de junho de 1841, todos os que morressem na cidade, seriam enterrados no cemitério público.¹³⁷

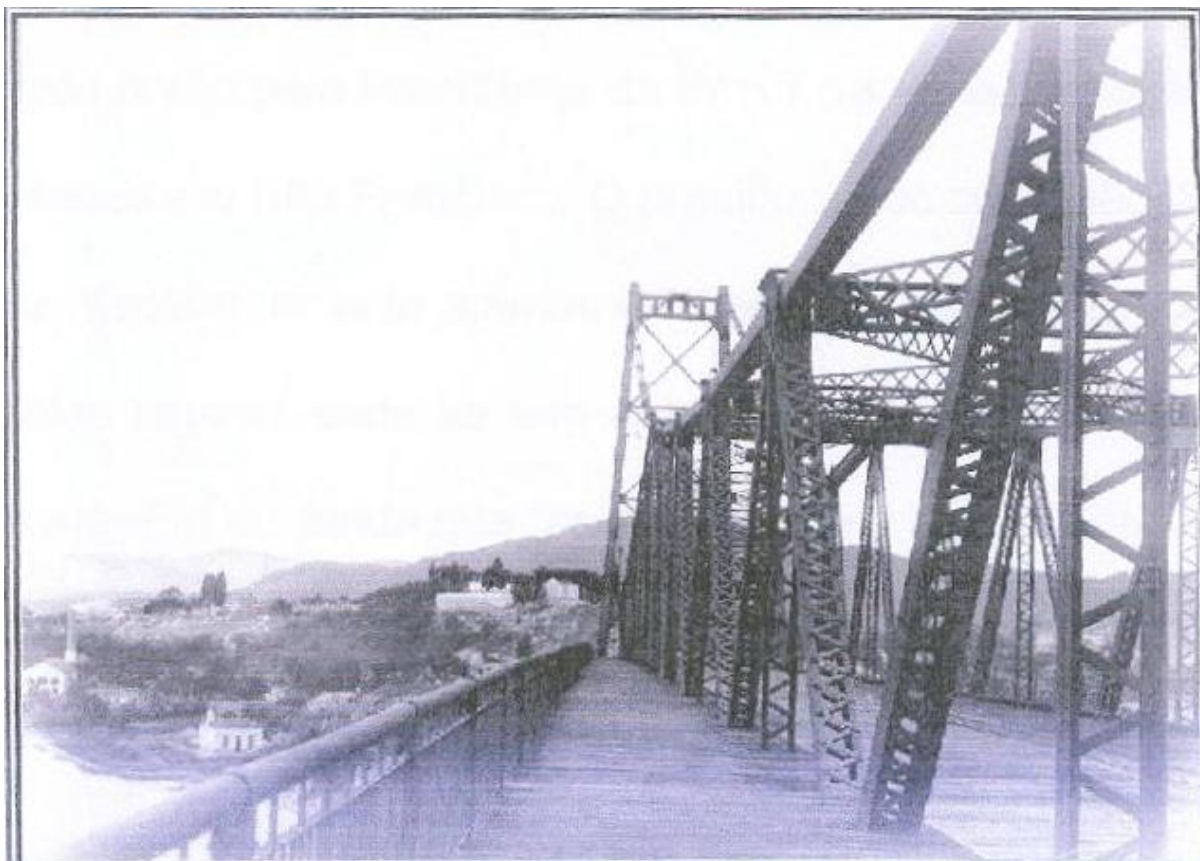


Foto tirada do Continente para a Ilha em 1922. O cemitério localizava-se distante do centro urbano.¹³⁸

¹³⁶ Ofício enviado pelo engenheiro Patrício Sepúlveda ao Presidente da Província, 1840, p. 1.

¹³⁷ CABRAL, 1979, op. cit., p. 502.

¹³⁸ Vista do cemitério público. Data 1920. Acervo: Paulo Ricardo Caminha



Vista da Ponte Hercílio Luz, à esquerda, o cemitério público, o forno de lixo e a ETE – Estação de Tratamento de Esgoto. Data em torno de 1925.
Acervo: Paulo Ricardo Caminha.

O primeiro cemitério público do Estado foi o de Desterro, localizado na cabeceira da futura Ponte Hercílio Luz, próximo ao Forte de Sant'Ana.

Em vários locais da Província também existia o debate sobre a construção das necrópoles públicas. Durante o mês de abril de 1851, o jornal Novo Íris publicou correspondências com a oposição de Francisco Camacho à construção do cemitério. O vereador teria se oposto à proposta apresentada à Câmara, alegando que na cidade já haviam 7 cemitérios. O relator da proposta do cemitério responde dizendo que os sete cemitérios citados por Camacho eram na verdade, terrenos baldios, onde as pessoas por conta própria, realizavam os enterros. Cemitério verdadeiro a cidade teria apenas o pequeno junto à Matriz "que não serve senão para sepultar escravos e pessoas miseráveis, pois está em desuso a inumação dos cadáveres dentro da igreja."¹³⁹

Foi designado então pelo Presidente da Província, uma comissão para avaliar a situação dos enterros em São Francisco. O presidente da comissão João de

¹³⁹ Jornal Novo Iris, 22.04.1851, p. 4.

Souza Alvim, por sua vez, declara ter visto apenas um cemitério, e que Francisco Camacho chama de necrópoles lugares onde se tem enterrado algumas pessoas apenas por extrema necessidade. O problema maior, segundo ele, era que o vigário não permitia que fossem enterrados fora do local sagrado, nem os cadáveres falecidos por epidemias. "Há muitos anos", dizia João de Souza Alvim,

[...] foram enterrados na Ilha da Vaca, Morro do Hospital e Paranaguá Mirim, as pessoas falecidas da epidemia de câibra, mas nas ocasiões das epidemias de bexiga e febre amarela, aos cadáveres foram enterrados no interior da igreja ou no cemitério junto à ela.¹⁴⁰

Outro caso que contribuiu para a transferência dos mortos foi o relato já citado do viajante que presenciou um enterro no interior da Catedral de São Francisco. O viajante publicou no mesmo jornal um relato onde se mostrava profundamente chocado com os efeitos que a visão e o cheiro do cadáver provocavam nas pessoas que freqüentavam a igreja. Ele pedia que as autoridades tomassem providência e dessem fim à esse bárbaro costume. Outra publicação do jornal dizia que o local ideal para a construção do cemitério seria um terreno próximo à chácara do Deyrolle, "pois nada melhor do que ventos que não se deitam sobre a cidade."¹⁴¹ Após todos esses pedidos, em 23 de maio de 1851, a Câmara aprovou o projeto apresentado pela comissão de redação. E em 1851, foi inaugurada a nova necrópole da cidade de São Francisco do Sul.

Os outros cemitérios públicos do Estado foram construídos décadas mais tarde. A cidade também litorânea de Itajaí teve o seu cemitério somente no ano de 1874. Já nas cidades de colonização alemã, a história dos ritos fúnebres é um pouco diferenciada das cidades litorâneas mais antigas. Nessas regiões nunca existiram os enterros dentro das igrejas, pois estas foram cidades que já nasceram dentro das normas de higienização.

Mas apesar das particularidades de cada região, os regulamentos dos cemitérios das várias cidades são bastante parecidos. Tanto a arquitetura, quanto a parte administrativa seguiam o modelo de outros cemitérios existentes no país. Estes, por sua vez, eram quase cópias dos cemitérios europeus, principalmente os parisienses. Assim, se compararmos o regulamento dos cemitérios de São Francisco, Desterro, Itajaí, com o de Paris, excetuando-se a parte administrativa,

¹⁴⁰ Ibid., p. 5.

¹⁴¹ Jornal Novo Iris, 06.05.1851, p. 4.

eles vão ser quase idênticos.¹⁴² Esses regulamentos, expedidos pelo Presidente da Província determinavam como deveria ocorrer todo o funcionamento dos cemitérios públicos. Como o controle da morte foi transferido das autoridades eclesiásticas para a autoridade municipal, foi através dos regulamentos que as novas normas de sepultamento foram colocadas em prática. Eles determinavam vários aspectos, indo da arquitetura dos cemitérios, até as penalidades impostas aos infratores.

A arquitetura, por exemplo, era planejada pelos engenheiros contratados. A abertura das sepulturas, porém, ficava ao encargo do administrador e era determinada pelos regulamentos. Assim, eles especificavam quais seriam as dimensões corretas, o espaçamento entre elas e a sua localização, sempre atentando para que se mantivesse uma coerência com as regras de construção. O administrador do cemitério devia cuidar para que as sepulturas seguissem as regras do planejamento geométrico, estabelecendo a melhor simetria possível. A apresentação também estava ligada à outra questão. Mais do que uma preocupação com a simetria, a localização de cada elemento visava garantir também as boas condições do enterro dos cadáveres. Além disso, o regulamento determinava ainda a localização das árvores e os espaços mantidos vazios para a boa circulação do ar.¹⁴³

As condições de enterro também eram controladas nestes documentos. Segundo eles, um cadáver não poderia ser enterrado sem a proteção do caixão, ou ainda, fora do tempo previsto pela lei. A cova para receber o morto devia ser aberta pelo funcionário do cemitério, ou por alguém escolhido pelo responsável pelo morto. Porém, se deveria atentar para que esse escolhido cumprisse as normas do cemitério, abrindo a cova nas dimensões corretas e, principalmente, fechando hermeticamente.

As normas de sepultamento tinham como objetivo não apenas o controle do cadáver e dos miasmas, mas também da morte em números. Através do registro do óbito no livro do administrador, a Inspetoria de Higiene tinha as informações precisas sobre a morte. Com esses dados era possível saber quantas pessoas haviam morrido, as principais causas de morte e qual parcela da população foi mais atingida

¹⁴² Em Paris, existiam vários cemitérios públicos que eram subordinados às prefeituras de cada bairro. Também a equipe responsável pelos cemitérios era bem mais numerosa que dos cemitérios brasileiros. Enquanto aqui o número de funcionários era no máximo três, lá existiam até 12 funcionários. Regulamento do Cemitério Público de Paris, 1830, p. 7.

¹⁴³ Regulamento do Cemitério Público de Desterro, 1841

pelos flagelos. Como veremos mais adiante, através dessas informações eram elaboradas políticas de combate aos inimigos da saúde pública.

Mas para que toda essa estrutura funcionasse corretamente, os regulamentos também eram específicos quanto à parte administrativa, determinando o número de funcionários suficiente, as obrigações competentes a cada função, o nível hierárquico, as penalidades impostas aos infratores e as instâncias exteriores que fiscalizariam o bom cumprimento das obrigações de cada um. Assim, determinando cada detalhe, os regulamentos garantiam que estes espaços fossem os ambientes mais apropriados para o enterro. A nova necrópole, portanto, nasceu com normas próprias, que permitiram um completo controle da morte.

4.2 CIDADE DOS VIVOS, CIDADE DOS MORTOS

Quando os enterros foram proibidos nas igrejas, segundo Fernando Catroga, as novas necrópoles criadas tentaram reproduzir o ambiente dos vivos. Seguindo as mesmas normas de construção, assim, foram-se elevando réplicas de cidades, ordenadas segundo as regras da disciplina geométrica. Na Europa, surgiram vários modelos de construção dos cemitérios. Em Paris, a divisão do cemitério era feita através de avenidas onduladas, enquanto que o de Portugal seguia o desenho de uma cruz, com vários blocos retangulares, como os de uma cidade moderna.¹⁴⁴

Os cemitérios brasileiros parecem ter seguido o modelo português, determinando-se para cada espécie de enterro, uma área determinada. Existia neles a divisão para a sepultura das irmandades, os enterros leigos, e também, para as covas rasas.¹⁴⁵

No ofício enviado pelo engenheiro Patrício Sepúlveda, pode-se imaginar como se configurava o desenho do cemitério público de Desterro. Nele constata-se uma preocupação em construir o cemitério dentro da disciplina geométrica utilizada nas cidades contemporâneas. Segundo Sepúlveda,

¹⁴⁴ CATROGA, op. cit., p. 307.

¹⁴⁵ Ibid., p. 306.

foi difícil planejar o cemitério, pois o terreno destinado era muitíssimo falho e quase todo irregular. Eu tomei a parte mais plana fixada pelas linhas e construí 26 braços quadrados, e só não estabeleci mais simetria e beleza na obra, pois o terreno era todo irregular e pedregoso.¹⁴⁶

A necrópole era cercada por uma parede de tijolos rebaixada em igual altura com pilares de braço a braço, com uma abertura protegida por um portão de ferro. Em uma linha que seguia reta a partir da entrada, eram plantadas árvores que formavam um caminho até o final do cemitério. Ao lado dessas árvores vinham as sepulturas que segundo o Presidente da Província, seriam:

construídas simetricamente e distribuídas da seguinte forma: a quarta parte seria para a Igreja Matriz, e as outras três seriam divididas proporcionalmente entre as Irmandades do Sacramento, Nossa Senhora do Rosário, Ordem Terceira, e Espírito Santo.¹⁴⁷

Uma pequena parte do cemitério seria destinada ainda aos que professam outras religiões. Os mesmos princípios governavam outros cemitérios públicos da Província, como os de São Francisco. Segundo as normas deste, as Irmandades deveriam construir os seus jazigos na forma de catacumbas, compreendendo a largura de 6 palmos, localizando-se no espaço junto ao muro lateral ali existente. Estas seriam dispostas umas sobre as outras, formando uma fileira uniforme de dois andares. O espaçamento entre as sepulturas também era regulado, devendo ter a largura de três palmos, que seriam ladrilhados e cobertos com a mesma cobertura das catacumbas, para se abrigarem as pessoas que acompanham os cadáveres. Apenas na extensão de fundo e frente do cemitério, em frente ao portão, o espaço ficaria vazio para circulação do ar. Em toda a extensão de frente e de fundo e também na largura do portão, não se abriria qualquer sepultura, ficando todo esse espaço livre para a rua. Esse corredor seria bordado de alegretes e ciprestes que deviam medir, no máximo, vinte palmos de comprimento. A divisão do cemitério seria feita da seguinte forma: ao lado do muro lateral, ficariam as catacumbas destinadas às Irmandades, logo após, viriam os jazigos temporários ou permanentes, e depois, as covas rasas. No meio do cemitério viriam as árvores, que plantadas em linha reta, formavam um corredor vazio, em frente ao portão.¹⁴⁸

¹⁴⁶ Ofício enviado pelo Engenheiro Patrício Sepúlveda...op.cit., p. 5.

¹⁴⁷ Coleção de Leis da Província de Santa Catarina, 1840, p. 5.

¹⁴⁸ Regulamento do Cemitério Público de São Francisco, 5. 04.1855, p. 2.

No cemitério público de Itajaí, além de determinar a localização de cada sepultura, o regulamento também especificava as dimensões corretas das covas e de seu espaçamento. O administrador deveria fiscalizar para que não fossem abertas sepulturas com dimensão inferior a 1,98 de comprimento, 0,66 de largura e 1,54 de profundidade. Isso no caso dos adultos. Quando fosse enterrado um menor, a sepultura deveria ter no mínimo 1,32 de comprimento, 0,44 de largura e 1,32 de profundidade. O espaçamento entre as sepulturas era um pouco maior do que o exigido em Desterro. Ao invés de três palmos, era necessário deixar 6 palmos nas laterais. Entre a cabeça e os pés do morto, era preciso deixar a distância de dois palmos.¹⁴⁹

É possível deduzir através dos ofícios e dos regulamentos qual era a configuração formada pelos elementos dos cemitérios públicos. E, ao que parece, salvo pequenas diferenças, eles seguiam a mesma forma de divisão. A dos tipos de sepulturas partia do muro lateral e seguia até o meio do cemitério, onde havia um espaço vazio formado por um corredor de árvores. Em frente deste corredor ficava o portão de entrada do cemitério e nos fundos a capela destinada à realização dos velórios e sacramentos. Ao contrário da divisão dos cemitérios portugueses (onde havia pequenos blocos retangulares reproduzindo a divisão dos bairros), os cemitérios da Província tinham grandes blocos ininterruptos, que seguiam do final do cemitério até sua entrada. Também é possível ver que em todos eles existe a preocupação em seguir normas simétricas de construção, já que em todos os regulamentos existe a recomendação ao administrador de não permitir a abertura de sepulturas ou a ereção de monumentos que desrespeitem essas regras.

4.3 O CEMITERIO ALEMÃO

Depois da construção do cemitério público, outro cemitério veio juntar-se à este um pouco mais tarde. Em 1869, a comunidade alemã de Desterro iniciava a construção de um cemitério próprio, localizado no terreno ao lado da necrópole municipal.

¹⁴⁹ Regulamento do Cemitério Público de Itajaí, 13.05.1874 p. 6.

Segundo João Klug, o grupo alemão que se fixou em Florianópolis professava em sua maioria a religião Luterana. Como se instalaram em uma região já constituída, com características lusitanas, a religião serviu neste momento como instrumento de coesão étnica. Assim, a partir de 1860, surgiram várias associações alemãs, que visavam a ajuda mútua e a continuidade das práticas culturais. Dentre essas associações estavam o Clube Germânia (recreativo-cultural), a Associação Escolar Alemã (educacional), a Associação dos Atiradores (recreativa-cultural), Comunidade Evangélica Alemã (religiosa) e a Associação do Cemitério da Comunidade alemã.

O enterro dos não católicos em cemitérios públicos era assegurado pelo governo brasileiro desde 1863. Segundo decreto, o registro dos óbitos dos não católicos devia ser feito pelo escrivão do juízo de paz em livro apropriado. Assim também, os cemitérios públicos seriam obrigados a reservar um espaço específico para o enterro dos não católicos.¹⁵⁰ No entanto, já em 1879, o deputado Barros Pimentel diz que o decreto não resolveu o problema em muitas localidades. E até mesmo depois da proclamação da República clérigos católicos continuavam a proibir os enterros.¹⁵¹

O espaço para os que professavam outras religiões existia desde a sua construção, determinado pelo regulamento de 1841.¹⁵² No entanto, não havia ainda uma total separação entre o domínio religioso e leigo. Apesar do cemitério público ser totalmente controlado pela Câmara, ele deveria ser abençoado por uma autoridade religiosa católica, o que conferia uma identidade religiosa ao cemitério. A construção do cemitério alemão esteve ligada à tentativa de coesão do grupo. Tanto isso se confirma que, em 1882, a comunidade resolveu ceder uma área aos alemães católicos, alegando que o acesso ao cemitério deveria ser possível à todos os alemães, independente do credo.¹⁵³

Em 1868, a Câmara Municipal concedeu permissão para a instalação do cemitério alemão. Foi formada uma comissão para cuidar do assunto, onde foi decidido que o cemitério seria mantido por contribuintes da associação. A

¹⁵⁰ GUEDES, 1987, apud. KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina**: a comunidade alemã de Desterro- Florianópolis: Papa-Livro, 1994, 240p, p. 154.

¹⁵¹ RIBEIRO, Boanerges. 1973 apud. Ibid., p. 155.

¹⁵² Regulamento do Cemitério Público de Nossa Senhora do Desterro...op.cit., p. 3

¹⁵³ PBDEGF (1869-1907) apud. KLUG, op. cit., p. 155.

comunidade comprou o terreno, que ficava ao lado do cemitério público, e o material para a construção.¹⁵⁴

Outras questões relativas ao cemitério também eram de responsabilidade da comunidade. Se o Cemitério Público era administrado por funcionários da municipalidade, o alemão possuía o seu próprio encarregado. Já Em 1869 o Sr. Kranz se prontificou a cuidar do local, arborizar e controlar os enterros. Mas apesar do cemitério alemão possuir uma certa autonomia, ele ainda estava subordinado à Câmara. Quando foi decidido o acesso aos alemães católicos, a Sociedade teve que enviar à Câmara um pedido de permissão.¹⁵⁵ Assim também o controle das normas higiênicas era exercido pela Câmara.

Quando o novo cemitério do Itacorubi foi construído, lá se destinou uma área para o enterro dos luteranos, bem como dos que professavam outras religiões.

4.4 CEMITÉRIO COMO ESPAÇO HIGIÊNICO

Mas as regras de construção dos cemitérios não existiam apenas para adequá-los aos padrões de simetria, como metáforas das cidades. Mais do que espaços ordenados pela geometria, os cemitérios deveriam ter as condições ideais para o enterro dos cadáveres. A neutralização dos efeitos do cadáver era um dos objetivos da construção dos cemitérios e, segundo Roberto Machado, o projeto médico em relação aos cemitérios se estrutura em dois princípios: a sua localização e a organização interna.¹⁵⁶

Em relação à esta última, uma das principais mudanças ocorridas foi a individualização das sepulturas. Com os cemitérios religiosos já havia as sepulturas individuais, mas esta não era a única forma de enterro. Os pobres eram enterrados coletivamente nas valas comuns, o que segundo Catroga, reproduzia a diferenciação social existente na cidade dos vivos. Mas nem todos os países tiveram a vala comum proibida nas novas necrópoles. Na França e na Itália, elas continuaram a existir por vários anos. Porém em Portugal, Catroga diz que não

¹⁵⁴ CABRAL, 1979, op. cit., p. 483.

¹⁵⁵ Ibid., p. 157.

¹⁵⁶ MACHADO, op. cit., p. 291.

houve o hábito do enterro na vala comum."¹⁵⁷ Em Desterro, a nova necrópole já nasceu com essa separação.

A individuação da sepultura tinha para a higiene uma função bastante prática. Para pesquisadores franceses, a terra era o melhor lugar para o sepultamento, pois ela possui a capacidade de consumir mais rapidamente os corpos. No entanto, quando havia um excesso de cadáveres enterrados em um mesmo local, a terra ficava embebida pelos fluidos cadavéricos e a decomposição tornava-se mais lenta. Segundo Ricardo Jorge Almeida, os cemitérios de Paris apresentavam um número tão excessivo de cadáveres, que após a reabertura da cova o corpo se encontrava quase intacto.¹⁵⁸ Além de saturamento do solo, os miasmas cadavéricos não deveriam se misturar. Segundo Roberto Machado, de cada cadáver partiam raios de corpúsculos fétidos, que podiam ser medidos. Desta forma, os limites de cada raio deveriam, no máximo, coincidir com os limites de outro raio corporal, pois a interpenetração das duas mortes concentraria emanações pútridas e alteraria o ar. Assim, a individuação das sepulturas minimizava o perigo dos cadáveres permitindo a eliminação completa do corpo.¹⁵⁹

Além de serem individuais, as covas também deveriam respeitar a medida padrão estabelecida. Esses números eram definidos de acordo com a medição dos raios miasmáticos. Segundo esses cálculos, a distância entre os cadáveres deveria levar em conta também a terra dos cemitérios. A mesma, apesar de permeável aos vapores, atrapalhava os fluxos que saíam dos corpos, sendo a sua ação proporcional a espessura das camadas. Para dificultar a saída dos gases deletérios as sepulturas deveriam ser cavadas dentro de uma determinação mínima¹⁶⁰ Assim, seguindo o modelo de outros cemitérios, o regulamento de Desterro determinava medidas mínimas de segurança para isolamento dos miasmas.¹⁶¹

Outra preocupação nos cemitérios era a eliminação completa dos corpos e seus fluidos. Se nas igrejas as sepulturas eram reabertas antes que o corpo se consumasse, nos cemitérios havia a determinação de que nenhuma sepultura seria aberta num prazo inferior a dois anos. Esse era o tempo estimado para que se completasse o processo de decomposição sem que fosse oferecido perigo aos

¹⁵⁷ CATROGA, op. cit., p. 238.

¹⁵⁸ ALMEIDA, Ricardo Jorge. **Higiene Social**. Porto: Liv. Civilização, 1855, p. 54.

¹⁵⁹ MACHADO, op. cit., p. 291.

¹⁶⁰ Ibid., p. 292.

¹⁶¹ Regulamento do cemitério público de Nossa Senhora do Desterro, 1841, p. 6.

vivos. Para que isso ocorresse, além de coibir o reaproveitamento prematuro das covas, os regulamentos determinavam que a área desocupada do cemitério deveria ser três vezes maior do que a área que preenchida por sepulturas. A metragem do terreno também deveria levar em conta o número de habitantes da cidade, para que não fosse necessário abrir sepulturas recentes.¹⁶²

Quanto à sua localização, já foi visto que um dos critérios de escolha era a distância do centro urbano da cidade. Além disso, o terreno deveria preencher, sempre que possível, determinadas exigências em relação ao ar e suas características. As condições atmosféricas para impedir a concentração das emanções pútridas era a temperatura baixa, o ar seco e movimentado. Segundo a teoria miasmática, a temperatura baixa condensaria o ar e fecharia os poros exalantes dos animais, o ar seco aumentava a capacidade do ar em absorver as partículas maléficas e a movimentação dispersaria a matéria exalada. Em oposição à essas condições, estão a temperatura alta, que opõe pouca resistência às exalações, o ar úmido, que absorve pouca matéria por ser muito aquoso; e o ar imóvel onde havia muita concentração de partículas no mesmo local.¹⁶³ Assim, o cemitério se localizava no alto de um morro, com permanentes ventos secos e frescos.

Na organização interna do cemitério, também havia a mesma preocupação em relação à qualidade do ar. Em frente ao portão havia um corredor vazio ornamentado nas laterais por uma vegetação de no máximo vinte palmos de comprimento. Nesse corredor, segundo os regulamentos, não poderiam ser abertas sepulturas, nem tampouco erguidos monumentos. Para facilitar a circulação do ar, as árvores plantadas também não poderiam ter a copa muito aberta nem ultrapassar a altura máxima permitida. Assim, aconselhava-se que fossem plantadas árvores especificadas como salgueiros ou ciprestes. A profundidade das covas, por sua vez, ajudava a conter os miasmas em segurança abaixo do solo. A mortalha, o caixão, o cal, e, por fim, uma camada de terra, deveriam conter os miasmas bem longe dos vivos. Para conter as emanções existiam ainda, as árvores, que formavam uma barreira ao redor do cemitério, evitando que os miasmas cadavéricos alcançassem a cidade. O cemitério possuía ainda uma capela mortuária utilizada para velórios o que retirava parte dos rituais fúnebres do centro urbano.

¹⁶² Regulamento cemitério público de sterro, p. 7.

¹⁶³ MACHADO, op. cit., p. 291.

Assim, a construção da nova necrópole obedeceu à critérios específicos determinados pelas teorias da época. Todo esse conjunto arquitetônico se apresentava para o pensamento higiênico como o espaço ideal para os enterros modernos. Substituindo os templos, todos os detalhes de sua construção visavam garantir a segurança da população e neutralizar os perigos do corpo morto. Na nova necrópole, o corpo se decompunha adequadamente, os miasmas eram contidos por várias barreiras e os enterros realizados de forma controlada. Nenhum elemento estava lá por acaso. Toda a construção foi cuidadosamente planejada para que o cemitério se tornasse a nova morada higiênica dos mortos.

4.5 A ARBORIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS

Outro elemento que contribuiu com a higiene dos cemitérios públicos foi a existência de árvores. Durante a Idade Média, os cemitérios religiosos eram pouco adornados e quase desprovidos de vegetação, com exceção das nogueiras, utilizadas para fazer os óleos rituais.¹⁶⁴ Mas no final do século XVIII, um tipo específico de vegetação passou a compor o cenário cemiterial. A vegetação conífera, segundo os higienistas, era a mais adequada ao plantio em cemitérios, pois não impedia a circulação do ar e tinha a propriedade de purificar emanações malignas.

Cientistas franceses realizavam experiências com uma dessas árvores em 1880, na Argélia. Nas áreas em que foram feitas grandes plantações de cipreste, houve uma diminuição significativa na incidência de doenças infecto-contagiosas.

O cipreste além de ser uma bela árvore, tem o poder de tornar salubre as regiões afetadas por paludismo ou por emanações. Por isso a sociedade de ciências recomenda o seu plantio em locais como cemitérios ou regiões pantanosas ¹⁶⁵

afirma a revista que publicou a pesquisa. A partir do século XIX as outras coníferas passaram então a fazer parte do cenário dos cemitérios. Em 1804, uma lei francesa aconselhava o plantio dessas árvores, "pois é sabido que elas servem para

¹⁶⁴ CATROGA, op. cit., p. 121.

¹⁶⁵ FIGUIER, Louis. **L'anée scientifique**. Paris: Librairie Hachette, 1883, p. 32

purificar o ar, e em nenhuma parte ele precisa ser tão puro quanto nos cemitérios."¹⁶⁶

Em Nossa Senhora do Desterro, desde a criação dos cemitérios públicos, a vegetação conífera esteve presente. Ainda no seu projeto, o engenheiro Patrício Sepúlveda dizia que a porta da entrada seria de ferro e as divisões do terreno seriam feitas com cravos do Líbano. Para embelezar e purificar o estabelecimento, seriam plantados chorões e ciprestes.¹⁶⁷ Em outros cemitérios, no entanto, a vegetação ficou restrita às bordas e à entrada do cemitério. Em São Francisco, por exemplo, determinou-se que não se abria sepultura em toda a extensão do cemitério, e esse espaço seria bordado de alegretes de vinte palmos de comprimento para o plantio de ervas aromáticas. Ficava proibido o plantio de árvores no interior do cemitério.¹⁶⁸

Os ciprestes foram se impondo então, como o elemento botânico característico dos cemitérios, sendo identificado como mais um signo da morte. Segundo Catroga, os poetas utilizaram o cipreste como tema, relacionando sua figura "triste e lúgubre" com as dores da morte. Assim, na literatura do século XIX, são encontradas diversas referências à esse signo, como no trecho do poema épico O Uruguai, de Basílio da Gama:

Lá reclinada, como quem dormia
Na branda selva e nas mimosas flores
Tinha a face na mão e a mão no tronco
De um fúnebre cipreste, que espalhava
Melancolia e sombra"¹⁶⁹

Também podemos encontrar o cipreste em poemas como as Sete Damas, de Alphonsus de Guimaraens:

Sete Damas por mim passaram.
E todas sete me beijaram.

E quer eu queira quer não queira.
Elas vêm cada sexta-feira.

Sei que plantaram sete ciprestes.
Nas remotas solidões agrestes.

¹⁶⁶ CATROGA, op. cit., p. 123.

¹⁶⁷ Ofício enviado pelo engenheiro Patrício Sepúlveda...op.cit., p. 2.

¹⁶⁸ Regulamento do Cemitério Público de São Francisco, 21.03.1855, p. 3.

¹⁶⁹ GAMA, 1769. Apud CATROGA, op. cit., p. 205.

Deixaram-me como um mendigo...
Se elas vão acabar comigo!

Todas, rezando os Sete Salmos.
No chão cavaram sete palmos.¹⁷⁰

Leonor de Almeida se reporta ainda aos ciprestes para chorar a morte de sua filha:

Sombra da noite, lúgubres ciprestes,
Que o sol medroso, da sua luz não toca
Vós guardais um tesouro, que rodeia
Mil gemidos maternos¹⁷¹

Mas estes não foram os únicos poetas que utilizaram a figura do cipreste como tema. Segundo Catroga, "seria fastidioso citar todas as múltiplas referências à paisagem cemiterial deste período."¹⁷² Podemos citar ainda a marquesa de Aloma, Luís Rafael Soyé, Manuela Barnardo de Souza e Melo e Bocage. Catroga diz que desde a metade do século XIX até a década de 30 do século XX, proliferaram textos espalhados por diversas revistas literárias.¹⁷³

Em Desterro, os escritores locais também fizeram uso do cipreste em seus escritos sobre a morte. Em 1911, o almanaque de Santa Catarina publicou o seguinte texto:

Os ciprestes que eretos ergue-se nas alamedas do saudoso jardim dos mortos, parecem imersos em profunda agonia, como que embalando as sepulturas na sua infinita e triste mudez. Aqui se levanta sem beleza a ornamentação de flores sem perfume, das sombras verdes que emurhecidas pelo calor vivente do sol, vem guarnecer a triste morada dos mortos.¹⁷⁴

Outra revista literária, de 1862, relaciona o cipreste a outros signos da morte:

Fi-lo frio como a terra sepulcral, imerso no sono eterno. Ontem ainda te vi cheio de vida, colhendo flores, e hoje, nas trevas do sepulcro, à sombra do cipreste, dormes tranqüilo.¹⁷⁵

¹⁷⁰ GUIMARAENS, Alphonsus de, - Poesia Completa. Nova Aguilar, 2001, 652 p.

¹⁷¹ ALMEIDA, 1844 apud. CATROGA, op. cit., p. 205.

¹⁷² Ibid., p. 206.

¹⁷³ Ibid., p.122.

¹⁷⁴ O Almanaque, 10. 06. 1911, p. 7.

¹⁷⁵ O Pajaça, 02.06.1862, p. 5.

4.6 O ADMINISTRADOR E O COVEIRO

Um dos componentes fundamentais na estrutura que passou a controlar a morte foram os responsáveis pelo funcionamento dos cemitérios públicos. Os cemitérios de Desterro, ao contrário dos parisienses, contavam com apenas duas ou três pessoas. No entanto, ainda era possível ter o controle sobre os cadáveres e a morte em números, graças à rede a qual esses funcionários passaram a fazer parte. Com o enterro nos templos, os coveiros eram subordinados às autoridades eclesiásticas, responsáveis pela remuneração, correções e dispensas no caso de inapetência. Mas a situação se modifica no século XIX com a construção dos cemitérios públicos. Segundo Jorge Crespo,

O regulamento dos coveiros foi modificado em 1817, substituindo o de 1646, criado por D. João VI. Nesse novo regulamento os administradores foram subordinados às autoridades locais e o poder das entidades religiosas foi neutralizado, ¹⁷⁶

O administrador do cemitério era nomeado e juramentado pela Câmara Municipal, sendo conservado "enquanto servir à população."¹⁷⁷ Como o horário dos enterros era imprevisível, ele deveria morar o mais próximo possível do cemitério, em casas alugadas por sua conta. As vezes, chegava a morar dentro do próprio cemitério em uma casa construída pela Câmara. A função do administrador era quase indispensável na estrutura de controle, pois este não poderia se ausentar da cidade sem antes pedir licença à Câmara e designar um substituto. Essa era inclusive a maior infração que podia ser cometida pelo administrador. No regulamento do cemitério público de Desterro, o abandono temporário do cargo estabelecia uma multa de 4\$000, que era quase o dobro das estabelecidas à outras infrações. E até nos casos de doença, o administrador só poderia se ausentar se a Câmara considerasse idôneo o substituto indicado.

O administrador era responsável por todos os registros no cemitérios, verificando se todos os documentos do morto estavam em ordem, registrando os enterramentos e confeccionando os mapas de óbitos. O regulamento do cemitério público de Desterro também determinava que o administrador não consentisse o

¹⁷⁶ CRESPO, Jorge. **História do Corpo**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990, p. 239

¹⁷⁷ Regulamento do Cemitério Público de Nossa Senhora do Desterro...op.cit., p. 3.

enterro de nenhum cadáver sem que lhe fosse apresentada uma permissão escrita, assinada pelo delegado, ou sub-delegado de polícia a rubricada no verso pelo vigário da Matriz. Assim, depois de conferidas todas as informações sobre o morto, o administrador dava a permissão e lavrava o termo de enterramento, registrando todos os dados do falecido. A Câmara fornecia ao administrador um livro de assentamentos onde eram registradas as informações da seguinte maneira: à margem do nome do falecido se anotava o dia, mês e ano do sepultamento, o lugar de enterro, o número da catacumba, a idade, o estado civil e o nome do cônjuge. Também deveria constar a filiação, naturalidade, a hora do falecimento, local e causa mortis. Através das informações deste livro, o administrador confeccionava os mapas de óbitos que deveriam ser entregues à Câmara no início de cada mês. Assim, o controle sobre o movimento demográfico era realizado através do trabalho do administrador. Era ele quem garantia o cumprimento da normatização dos enterros e detinha o poder sobre as informações da morte.

Também era responsabilidade do administrador garantir que o cemitério funcionasse dentro das normas higiênicas. O regulamento de 1841 determinava que era de sua responsabilidade marcar o local de abertura das sepulturas, verificar se as mesmas obedeciam as medidas e se o fechamento foi hermético. Como dispunha do mapa de enterros, zelava também para que as sepulturas não fossem reaproveitadas em um prazo inferior a dois anos do último enterro. O administrador deveria ainda vigiar para que não entrassem no cemitério "cães e outros animais que possam revolver as sepulturas, bem como que o recinto do cemitério esteja sempre no melhor estado de asseio."¹⁷⁸ Todas essas atribuições eram fiscalizadas pelo fiscal da Câmara. Ele verificava o cemitério e o livro de enterros, denunciando qualquer irregularidade ou omissão ao Estado. Além do fiscal, a própria população fiscalizava o cumprimento dos deveres do administrador. Em um dos trechos, o relatório diz que: "qualquer cidadão pode denunciar a falta de cumprimento dos deveres do administrador, e a vista da denuncia, por participação da Câmara e as autoridades competentes." ¹⁷⁹

Mas dessa estrutura fazia parte também outro funcionário, subordinado ao administrador do cemitério. Se o administrador fiscalizava o cumprimento das normas cemiteriais, o coveiro as executava. Ele era designado pelo administrador, e

¹⁷⁸ Ibid., p. 3.

¹⁷⁹ Regulamento do Cemitério Público de Nossa Senhora do Desterro...op.cit., p. 8

tinha como função a abertura das covas e catacumbas, bem como o cuidado com a segurança e a limpeza. Assim como o administrador, o coveiro também estava sujeito à penalidades quando não cumpria com os seus deveres. Se não enterrasse corretamente, ou deixasse um corpo insepulto, na primeira falta receberia multa de 1\$000 e, na segunda, seria destituído do cargo. No entanto, ao que parece, a Câmara era mais condescendente com os coveiros, pois este não era um cargo muito fácil de ser preenchido. Segundo Cabral "por medo dos mortos, ou das epidemias, poucos estavam interessados em ocupar tão tétrica função. Ninguém em tempos de epidemia queria ter como trabalho diário o manuseio dos cadáveres."¹⁸⁰

Os coveiros eram vistos pela população como pessoas com o caráter diferenciado dos demais. Não apenas por se exporem ao perigo dos miasmas, mas também por lidarem diariamente com a morte sem sofrer grandes abalos. Através das publicações sobre o assunto é possível ter uma idéia de como esse profissional era visto. Em 1907, a revista literária *Crisântemo* publica o seguinte texto:

Dentre todos os que compõe uma imensa multidão, destaca-se pela fisionomia, cujo riso sarcástico pelos golpes alheios, acentua-se com cunho indelével. O coveiro é um homem rude e simples, que apesar de seus bons sentimentos mal compreendidos, parece imprimir no circunstantes o agouro e o pânico. O que causa mais estranheza é a naturalidade com que o coveiro lida com as situações diárias da morte. Ele é tão estranho às lágrimas, como as depredações que se esbulham sobre os esquifes, enfrentando com indizível impassibilidade a aflição e a dor que a esfaimada adversária da vida leva aos lares. Nada comove aquele coração afeito às rudezas da vida, que tudo observa sereno com a pá adunca no ombro. Apesar de humilde e desprezado, o coveiro é mais digno do que muitos cidadãos, pois representa a austeridade de um juiz, nivelando sem distinção de classe e de cor, todos os homens.¹⁸¹

O rendimento dos funcionários do cemitério era responsabilidade da municipalidade. No início da criação do cemitério público, essa obrigação era dividida com as Irmandades e com a Matriz,¹⁸² mas já em 1848, a tabela de despesa da municipalidade mostra que o salário era pago integralmente pela Câmara. A despesa total com o administrador do cemitério contabilizava 1:020\$000 por ano, e a com o coveiro 720\$000. Mas além do rendimento mensal pago pelo município, os coveiros e os administradores recebiam uma espécie de comissão pelos enterros realizados no cemitério. O administrador do cemitério da Capital fazia

¹⁸⁰ CABRAL, 1979, op. cit., p. 405.

¹⁸¹ O *Crisântemo*, 06.11.1907, p. 4.

¹⁸² Metade do pagamento era feito pelas entidades religiosas, que também entregavam um regulamento religioso a ser obedecido pelos funcionários. CABRAL, 1979, op. cit., p. 506.

a cobrança das espórtulas recebendo a metade para si e a outra metade para o coveiro. Se o responsável pelo enterro não quisesse utilizar os serviços do coveiro, poderia fazer por si mesmo, ou contratar outra pessoa, desde que fossem respeitadas as normas de enterro. Por esse serviço a Câmara receberia 3\$000 quando a sepultura fosse de adulto e 2\$000 para um menor.

4.7 A RESPONSABILIDADE DO ENTERRO E A RENDA DOS CEMITÉRIOS

Até o início do século XIX, os custos da mortalha e do caixão, do enterro e da sepultura eram arcadas pela Igreja e pelas irmandades. Dar sepultura aos desfavorecidos fazia parte das sete obras corporais previstas no Compromisso das Obras de Misericórdia. Em 1828, o livro de Atas da Irmandade dos Passos diz que:

quanto aos enterros, a Irmandade deve ter um livro onde conste a despesa que por amor a Deus se teve com os pobres, onde se deve constar o nome dos que foram enterrados em nossa capela. Deve-se declarar o nome do defunto, o número da sepultura e o ano em que foi enterrado.¹⁸³

Em 1855, foi apresentada na Assembléia Provincial uma lei que determinava a contribuição de 10 réis por alqueire e por arrobo de todos os grãos de produção da Província que fossem exportados, em benefício do Imperial Hospital de Caridade. O produto da contribuição seria recolhido pelo Presidente da Província e repassado à administração do Hospital que não poderia "aplicar as quantias em nenhum outro objeto que não fosse o tratamento dos enfermos nela existentes e nas despesas com os possíveis enterramentos."¹⁸⁴ Mas ao que parece a lei não foi aprovada pela Câmara, e na noite de 8 de maio, o sino da Matriz tocou em sinal de funeral pela queda da lei.¹⁸⁵ Assim, o Hospital de Caridade continuava a cuidar do enterro dos indigentes, sendo que a Câmara era responsável apenas pelo fornecimento da mortalha e do caixão.

Mas se durante todo o século XVIII, essa era uma obrigação tida como natural pela caridade cristã, no século XIX, os enterros continuam a ser assistidos pelas

¹⁸³ Livro de Atas da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, 1828, p. 5

¹⁸⁴ O Constitucional, 08.05.1855, p. 6

¹⁸⁵ Ibid., p. 6.

igrejas, porém a obrigatoriedade começa a ser questionada. Em relatório já citado, a Irmandade dos Passos diz que o Estado financeiro da Irmandade vai mal, pois ela cuida desses enterros, que na verdade, seriam obrigação do Município.¹⁸⁶ No entanto, durante todo o século XIX, essa obrigação foi dividida pela Câmara e pelas irmandades que assistiam os pobres. Parte dos falecidos eram enterrados no Hospital de Caridade, e parte no cemitério público. Em 1874 o regulamento do cemitério, diz que: "[...] todas as sepulturas dos cadáveres de pessoas miseráveis e expostos serão abertas às custas do Hospital de Caridade e quando este não existir, serão abertas às custas da Câmara."¹⁸⁷

Somente em 1936, o Município passou a ser totalmente responsável pelos enterros com a interdição do cemitério do Hospital de Caridade.¹⁸⁸ Assim, como o controle da morte mudou de domínio, também as despesas com os enterros passaram a ser do Município. Antes dos cemitérios públicos, a Câmara pagava à Igreja Matriz as espórtulas pelas covas abertas no templo. Com os cemitérios, a situação se inverteu, a renda da Igreja e Irmandades sofreu uma baixa, pois eram elas que pagavam ao cemitério os valores pelas covas. Na verdade, quem pagava, eram os seus irmãos associados. Enquanto aos enterros gerais era cobrada a quantia de 640\$000 no caso das catacumbas e jazigos das irmandades, eram cobrados apenas 400 réis.¹⁸⁹ A renda dos cemitérios públicos era de 3\$000 por 0,22 metros quadrados em Desterro. Dessa forma, se a morte passou a ser controlada pelo Estado, também coube a ele dar amparo aos que não tinham condições de pagar o enterro. Se antes isso era feito pelas igrejas e irmandades, agora é a Câmara responsável pelo enterro dos desfavorecidos. Os enterros não são mais realizados graças à piedade cristã, mas pelo Estado que tem obrigação de assistir aos menos favorecidos.

¹⁸⁶ Relatório da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, 1874 p. 4.

¹⁸⁷ Regulamento do cemitério Público de Desterro, 1874

¹⁸⁸ Relatório da Irmandade Nosso Senhor Jesus dos Passos, 1936, p. 10

¹⁸⁹ Regulamento do Cemitério Público de Desterro, 1874 op.cit., p.2

4.8 A MORTE EM NÚMEROS

A criação dos cemitérios públicos esteve ligada também a outra forma de controle. Além de normatizar o corpo morto, os cemitérios também fizeram parte da estrutura de controle demográfico que surgiu no século XIX.

Desde 1775, a Ilha de Nossa Senhora do Desterro foi constantemente atingida por surtos epidêmicos. Em cada uma de suas visitas as epidemias deixavam um número de mortos superior ao de um ano inteiro. Na maioria das vezes as epidemias chegavam pelo mar, trazidas pelos navios que descarregavam mercadorias e notícias. Foi assim com o barco hamburguês Charles Ross, que atracou na Ilha, deixando toda a tripulação contaminada pelo “vômito negro”. Segundo o Presidente da Província, metade da população foi contaminada e 87 pessoas morreram¹⁹⁰.

Se o mar era a porta de entrada para epidemias, aqui chegando, elas encontravam o ambiente propício para se desenvolver. Para os profissionais da saúde, a Ilha reunia todas as condições desfavoráveis à boa saúde da população: mangues, pântanos e ventos úmidos. Esses fatores eram apontados como os responsáveis pelo estado sanitário da cidade, não havendo muito que se fazer diante de tal situação. Assim, quando a natureza não contribuía, a morte era um tributo a ser pago, uma fatalidade que escapava ao controle do governo. Restava às autoridades apenas resignar-se, ou pedir que soprassem os ventos do oeste, “estes sim, secos e saudáveis”.¹⁹¹

Os relatórios enviados pelos Inspectores de Higiene e Comissários de Polícia deixam claro esse sentimento de impotência ante as doenças. Em 1861, o Inspetor lamenta o pouco que se podia fazer diante desses flagelos que dizimavam

famílias inteiras, destruindo existências produtivas e saberes laboriosamente conquistados”. É pois, contraditório abrir as portas do país incentivando a imigração, quando não é possível salvar nem as vidas que aqui estão.¹⁹²

¹⁹⁰ CABRAL, 1979, op. cit., p. 469.

¹⁹¹ Ibid., p. 469.

¹⁹² Relatório da Inspetoria de Higiene enviado ao Presidente da Província, 1861, p. 12.

Assim, pode-se dizer que os surtos epidêmicos dos séculos XVIII e XIX foram momentos limites na história da saúde pública de Desterro. Não é o caso de colocá-las aqui como problemas propulsores de solução, porém, ocorre que, diferentemente das epidemias da Idade Média, esses surtos desequilibraram a saúde de um novo corpo. A noção da população surgida no século XVIII não se refere a uma multiplicidade de corpos, mas sim, a um só corpo que é afetado pelos mesmos “fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, mortalidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência de doenças, formas de alimentação e habitat.”¹⁹³

A saúde desse corpo dependia, dentre outras coisas, de uma espécie de homeostase, um equilíbrio entre a proporção de nascimentos e óbitos. A saúde pública então, não vai combater toda e qualquer morte, mas apenas a que afeta esse delicado fluxo. Os surtos epidêmicos, são portanto, um momento limite, pois rompem bruscamente com uma média já esperada.

Desde o início do século XIX, já se observava uma preocupação com o aumento populacional da Vila. Na Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina, escrita por Paulo José Miguel de Brito, estão elencadas as causas que, na avaliação do autor, dificultavam a conservação e o aumento da população. Segundo ele, as causas do lento aumento populacional não se deviam a causas físicas como o clima, topografia, solo, mas sim à características morais da população e a inapetência administrativa do governo. Segundo ele, o governo deveria investir mais esforços no aumento da população, pois esta seria a verdadeira riqueza dos Estados. Brito constatou que no ano 1810, a Vila de Nossa Senhora do Desterro contava com uma população de 5.250 pessoas. Entre os anos de 1774 e 1813, observou que o aumento foi estacionário por uns anos, retrógrado em outros e lentamente progressivo em outros. Um dos meios de conservar e aumentar a população era para Brito o controle demográfico, feito a partir de mapas populacionais enviados pelas capitanias ao Ministério. Ele observa no entanto que nos mapas enviados

apenas se faz menção do número dos habitantes de ambos os sexos, livres ou escravos, omitindo-se a proporção da população com a extensão do território, e a dos sexos, nascimentos, casamentos, óbitos, idades, filhos naturais, e legítimos, com cada uma das classes e delas com a população

¹⁹³ Oliveira, 1990, op. cit., p. 78.

total, omite-se igualmente qual seja a relação com os recrutamentos e com cada uma das classes da nação que se empregam nas artes, nos ofícios, e n'outros modos de vida, quais sejam as causas físicas ou políticas da mortalidade prematuro e da maior ou menor propagação.¹⁹⁴

Até parte do século XIX, o controle do fluxo populacional era feito de modo incipiente, baseado exclusivamente nas atas das igrejas. Através do registro dos batismos e enterros os vigários remetiam um resumo da população, e, assim era composto o fluxo populacional da Província. No entanto, muitas pessoas eram enterradas fora do domínio religioso, ficando de fora desta contabilidade. Nas cartas enviadas ao presidente da Província, por exemplo, os vigários de várias localidades se queixam da dificuldade de executar o serviço solicitado. Em 1830, o Vigário Cordeiro de Souza declara ter recebido, junto com a correspondência, um modelo de mapa, mas que não teve acesso aos números de nascimentos e mortes da vila.¹⁹⁵ O vigário da localidade de Ribeirão também se desculpa em 1823, por não ter conseguido enviar os mapas.¹⁹⁶

Em 1828, o Vigário da comarca de Lages envia ao presidente da Província a seguinte carta:

Remeto a V^aEx^a o mapa desta Vila seguindo o modelo que tenho em meu poder, indo anexo o resumo da população da Freguesia, cuja infalibilidade eu não afirmo, pois extrai das listas diligenciadas pelo emprego do capitão-mor desta Vila. Quase muito afirmo sobre obitar porque são muitos os que morrem e algumas vezes em cujas casas falecem em cujas casas não dão parte e não os sepultam em campo santo. E apesar de eu os ameaçar com penas impostas pela Igreja, eles ainda fazem pouco caso. Portanto, rogo a V^aEx^a haja de remediar semelhante mal a fim de que eu possa desempenhar com aptidão o que V^a Ex^a me incumbiu.¹⁹⁷

Mas, além dos enterros fora dos campos santos a própria estrutura religiosa não era adequada para o levantamento demográfico. Normalmente existia apenas um vigário em cada paróquia e a sua função era cuidar da saúde religiosa da Vila, realizando cultos e administrando sacramentos. Como muitas pessoas moravam longe da paróquia era impossível ao pároco se ausentar tanto tempo para colher os dados.

¹⁹⁴ BRITO, 1932 apud OLIVEIRA, 1990, op.cit., p. 78.

¹⁹⁵ Correspondência enviada pelo vigário Cordeiro de Souza ao Presidente da Província, 1830, p. 1

¹⁹⁶ Correspondência enviada pelo vigário Francisco Xavier ao Presidente da Província, Comarca de Ribeirão, 1823, p. 4.

¹⁹⁷ Carta enviada por Anacleto Dias Baptista ao Presidente da Província. Comarca de Lages, 1828, p. 5.

Para a administração pública, o modelo de coleta de dados das paróquias não era eficiente, pois não revelava dados muito importantes sobre o fluxo populacional. Além de conhecer os números exatos de nascimentos e mortes, as autoridades queriam ter controle sobre as causas das mortes, a sua natureza, o grupo atingido e extensão dos flagelos. Para eles era impossível delinear estratégias de combate às doenças e à morte, sem saber com precisão o que exatamente estava sendo combatido. Como nas estratégias de guerra, a saúde pública buscava levantar o maior número possível de informações sobre o inimigo. Em 1835, o Inspetor de Higiene Pública diz que

a demografia é a contabilidade da higiene. E é por meio dela que podemos conhecer a nossa riqueza e o nosso capital, representado pela massa total da população. Das questões de higiene pública que a demografia compete elucidar, nenhuma com certeza tem mais importância do que o estudo da mortalidade, principalmente se encararmos sob o duplo ponto de vista dos meios de diminuí-la. Quando o sábio Broca foi perguntado sobre as medidas empregadas para diminuir a mortalidade infantil em França, respondeu que só conhecia uma que concretiza todas as outras: uma boa estatística dos vivos e dos mortos. E com efeito, como é possível combater qualquer mal, sem conhecer previamente seu grau de intensidade e o grupo da coletividade humana mais dizimado? Empregar os poderosos recursos de que dispõe a higiene, é como caminhar nas trevas, é inutilizar esforços, tempo e dinheiro, é desmoralizar a grande ciência e mentir a seus elevados intuitos. A demografia mais sensível do que a higiene, denuncia o mal aonde não se havia suspeitado e ensina a higiene a procurá-lo.¹⁹⁸

Para ele o conhecimento demográfico não devia ser visto como uma despesa, mas como um instrumento da saúde pública, que traria economia aos cofres do Estado. Pois,

mais cara do que a moléstia, é a morte. Portanto, toda a despesa com a higiene é na verdade, uma grande economia. Notável sumidade médica calculou que a moléstia e a morte custaram à França um bilhão e setecentos de francos, e diz Rochard que este grande país reduziu à um décimo sua mortalidade, realizando uma economia de 165 milhões. Economia essa que só foi possível, graças ao poderoso instrumento da demografia.¹⁹⁹

Para utilizar corretamente esse instrumento, foram criados em Desterro vários mecanismos de controle da morte. No entanto, o conhecimento demográfico era

¹⁹⁸ Relatório da Inspeção de Higiene Pública enviado ao Presidente da Província, 1835, p. 3.

¹⁹⁹ Ibid., p. 3.

motivo de queixas até o final do século XIX. Em 1876, um relatório da Inspetoria de Saúde Pública diz que

com os dados que por intermédio da Presidência podemos conseguir, ainda assim muito incompletos, bem pouco nos foi facilitado estudar a estatística patológica e demográfica da Província. Segundo o ultimo recenseamento, a Província de Santa Catarina consta de 159,802 habitantes distribuídos em 45 paróquias. Destas apenas 26 enviaram a relação do obituário durante o ano de 1876. E sobre essa relação que baseamos os nossos cálculos, posto que bem limitada confiança nos mereçam.²⁰⁰

Em 1885, outro Inspetor solicita ao governo da Província que torne obrigatório o envio dos mapas. Ele diz no relatório que

teria grande satisfação de apresentar uma estatística completa, porém, como a Secretaria não teve acesso aos mapas de assentamento, seria de conveniência que V. Excelência obrigasse as Vilas a remeter os mapas estatísticos.²⁰¹

Quase dez anos depois, parece que a situação não fora ainda resolvida. O relator declara que não pode cumprir

às ordens expedidas no ofício de 16 de fevereiro de 95, onde determinado o envio dos mapas no dia 15 de cada mês, pois foram dirigidos 67 quase infrutíferos ofícios à delegados e escrivães de todas as localidades. Debalde! Muitos nem resposta deram a essa repartição. Algumas estatísticas realmente foram enviadas a essa Inspetoria, porem defeituosas de modo que poucas são as que preenchem ao fim útil E indispensável pois que se crie uma lei que torne obrigatório aos seus escrivães o fornecimento de seus assentamentos. Apenas dessa forma posso apresentar a estatística de mortalidade dessa Capital.²⁰²

4.9 O CONTROLE DEMOGRÁFICO

A prática do enterro nos templos fazia com que os mapas estatísticos das Freguesias fossem incompletos não atendendo ao fim destinado. Como a estrutura da Igreja não era adequada, uma primeira maneira de contabilizar essas mortes foi tornar obrigatória a sua comunicação. Assim, em 1836, o código de Posturas da

²⁰⁰ Relatório da Inspetoria de Saúde Pública enviado ao Presidente da Província, 1876, p. 5.

²⁰¹ Relatório da Inspetoria de Saúde Pública enviado ao Presidente da Província, 1885, p. 2

²⁰² Ibid., 1894, p. 3.

cidade de Joinville prevê que: “todas as pessoas que enterrarem corpos fora dos recintos dos cemitérios religiosos, e não comunicarem o fato à autoridade policial, serão multados em 10\$000 reis e nas reincidências o dobro”.²⁰³

A própria população acaba fazendo parte dessa estrutura de controle. No mesmo código, existe um artigo afirmando que “todo aquele que tiver conhecimento de um sepultamento fora dos recintos permitidos e não comunicar o fato às autoridades policiais, será igualmente multado no valor de 10\$000 réis e na reincidência o dobro”²⁰⁴

Porém, foi só a partir da criação dos cemitérios públicos que o controle do número de mortos foi sistematizado. Os espaços sujeitos ao controle administrativo eram constituídos por uma estrutura específica, permitindo o conhecimento mais aproximado da mortalidade das Freguesias. Assim, após a constituição do cemitério público de Desterro, a administração pública determinou que fora desses locais, ficava proibido o enterro de qualquer cadáver. A coleção de Leis de Santa Catarina diz em 1843 que, de 1º de janeiro em diante, só no cemitério público se sepultarão os cadáveres das pessoas que falecerem no distrito da capital”.²⁰⁵ Também em outras localidades, a prática do enterro fora desses espaços se torna proibida. O código de Posturas de Lages, diz em 1852 que “a Câmara indicará os cemitérios onde devem ter lugar os enterros públicos, ficando sujeito à multa de 10\$000, os enterros que fora deles se realizarem”.²⁰⁶ Assim, foi somente com a criação dos cemitérios públicos que a mortalidade passa a ser conhecida se tornando uma realidade passível de controle.

Mas para que o controle demográfico fosse exercido de maneira adequada, outros elementos também foram integrados à estrutura. Desde a criação dos cemitérios públicos, a figura da autoridade policial começou a fazer parte do processo de enterro dos corpos. Exercendo práticas de controle, disciplinarização e registro de saberes, ela criou condições de possibilidade para que o número de mortos entrassem na contabilidade administrativo.

A história da Polícia está ligada ao processo em que o Estado ocidental deixa de restringir suas funções a defesa da paz e do direito, e passa a exercer uma série de funções antes exercidas pela Igreja ou por particulares. Inicialmente, as funções

²⁰³ Código de Posturas da Cidade de Joinville, 1872, p. 12.

²⁰⁴ Ibid., p. 12.

²⁰⁵ Coleção de Leis da Província de Santa Catarina, 1843, p. 8.

²⁰⁶ Código de Posturas da Cidade de Lages...op.cit., p. 4.

da Polícia deveriam garantir a segurança interna e externa e o aumento das riquezas e felicidade públicas. No entanto, as funções se modificam quando ela passa a fazer parte de uma nova forma de governo caracterizada pelo governo da população.

Nessa transição do Estado soberano para o Estado administrativo, a Polícia não vai ser a instância que pune ou que julga, mas um dispositivo tutelar que permite a observância das leis.²⁰⁷ Segundo Oliveira, a Polícia não pode ser confundida nem com o código, nem com a instância que julga e pune. A Polícia atua como um dispositivo auxiliar no controle da conduta dos indivíduos, criando condições para que estes ajam dentro das normas legais.

Assim, na normatização dos enterros em Desterro, a Polícia era a instância que verificava o cumprimento das normas e coibia as antigas práticas. Se a administração Provincial regulamentou as formas de enterro, a Polícia que criou condições para que a população adequasse à nova legislação. Através dos Códigos de Postura os delegados e inspetores foram investidos de várias formas de autoridade que não se restringiam ao momento do enterro. Desde o momento em que ocorria a morte, até a descida do corpo à sepultura, eram os delegados e inspetores que tutelavam a normatização dos enterros.

Em vários locais da Província, a figura dos inspetores começa a fazer parte dos enterros. Além da obrigatoriedade da comunicação, a legislação previa também a presença indispensável dos delegados e inspetores no momento do enterro. A partir de 1830, os códigos de Postura determinam que nenhum enterro poderia ser realizado sem o acompanhamento da autoridade policial. E, em 1836, o código de Posturas de Lages diz que: “nenhum corpo poderá ser dado à sepultura sem a prévia participação do Juiz de Paz ou do respectivo inspetor responsável pelo quarteirão, ficando sujeito a multa de 10\$000 reais, quem desrespeitar a norma.”²⁰⁸

Dois anos depois, em 1838, as de Posturas de Desterro dizem que nenhum corpo seria: “dado a sepultura sem a prévia participação do sub-delegado respectivo da cidade de freguesias, e aos inspetores de quarteirões nos distritos, declarando-se o lugar em que se vai fazer o enterro”.²⁰⁹

²⁰⁷ OLIVEIRA, 1990, op. cit., p. 81.

²⁰⁸ Código de Posturas de Lages...op.cit., p. 5.

²⁰⁹ Código de Posturas de Nossa Senhora do Desterro, 1832, p. 2.

Para que os números da morte fossem apreendidos pela estrutura de controle, já no momento posterior à morte o responsável deveria comunicar o ocorrido à autoridade policial do Distrito. Assim, o falecimento deixava de interessar somente ao núcleo próximo ao morto, passando a integrar o levantamento estatístico. O Código de Posturas de Desterro determinava em 1842, que “o dono da casa onde alguém vier a falecer, ou a pessoa encarregada do enterro do morto, é obrigada a declarar no momento seguinte a morte, o fato ocorrido à autoridade policial do distrito da sua residência”.²¹⁰

Com a criação dos cemitérios públicos, a presença dos Inspectores e delegados no momento do enterro objetivava que o enterro ocorresse dentro das normas higiênicas. Além das orientações que o administrador e o coveiro deveriam seguir, a autoridade policial se constituía como um testemunho autorizado, avalizando o sepultamento.

Dentro da nova regulamentação, um enterro só poderia ser realizado na presença do administrador e da autoridade policial, mediante uma autorização por escrito. Assim, o regulamento do cemitério público de Desterro determina que o sepultamento só poderá ocorrer mediante a apresentação de uma permissão assinada pelo delegado ou sub-delegado de polícia, tendo no verso a seguinte nota:

Fica feito o assentamento de óbito, rubricada pelo vigário da Matriz (a quem para isso será antes apresentada) pela qual nota lavrará o mesmo administrador o termo de encerramento, declarando-se nele: o nome do falecido, a idade, a cor, o estado, sendo casado, o nome da pessoa com quem era, o nome do pai e da mãe, se forem conhecidos, a naturalidade, a data do falecimento.²¹¹

A partir deste momento, era impossível realizar qualquer enterro em Desterro sem o cumprimento dessas etapas. Em 1845, um inspetor de Desterro não liberou o enterro de dois soldados, pois o quartel não havia lhe mandado as informações necessárias sobre os mortos. Por se tratar de dois militares, o caso acabou gerando polêmica e foi levado ao Presidente da Província. O Inspetor obteve o apoio provincial, pois estava atentando para as normas de enterro²¹²

Além de verificar as condições higiênicas, a Polícia foi investida de outras formas de autoridade. Como muitas vezes os doentes não recebiam

²¹⁰ Código de Posturas de Nossa Senhora do Desterro...op.cit., p. 2.

²¹¹ Regulamento do Cemitério Público de Desterro, 1841...op.cit., p. 2.

²¹² CABRAL, 1979, op. cit., p. 410.

acompanhamento médico, a causa-mortis era desconhecida. Na falta do cirurgião que declarasse o motivo do falecimento, a Polícia deveria relacionar a causa da morte, colhendo informações com os responsáveis pelo morto. O código de Posturas de 1838, diz que nos casos onde

não houvesse assistente, ou que a morte tivesse sido repentina, os respectivos subdelegados na cidade e freguesias e os inspetores de quarteirão nos distritos, tomarão no mais curto espaço de tempo as informações e esclarecimentos precisos sobre a enfermidade, para procederem como for de direito.²¹³

Essa atribuição policial era de suma importância, pois, a elaboração dos mapas estatísticos dependia do conhecimento da mortalidade e de causas. Mais tarde, porém, a Polícia vai perder a autoridade do diagnóstico. Para um conhecimento mais exato das doenças que afetam a população, é necessário que a voz autorizada do médico determine a causa-mortis. Assim, para se realizar um enterro, passa a ser obrigatório também, o atestado do cirurgião. Em 1868, as Posturas de São José dizem que a pessoa encarregada do enterro era

[...] obrigada a declarar à autoridade policial do distrito de sua residência, o nome, idade, cor, filiação, naturalidade, profissão do morto e hora do falecimento, assim com apresentar um atestado do cirurgião que assistiu a morte, do Juiz de Paz ou pároco da freguesia, incluindo a causa da morte e a sua hora.²¹⁴

Além de verificar o óbito e declarar a causa-mortis, os Inspectores também deveriam atestar se a morte em questão não estava relacionada a nenhum crime. Em outubro de 1877, um jornal noticiou que

Na madrugada de 3 corrente, foi encontrado boiando o corpo do infeliz comandante que foi conduzido à terra pelo sub-delegado e por dois médicos. O corpo foi depositado na capela do cemitério para ser sepultado na manhã seguinte. O mui zeloso chefe de Polícia, secundado pelo não menos zeloso sub-delegado da Capital, ordenou que se fizesse na manhã seguinte um minucioso exame feito as 9 horas pelo ilustrado Dr. Argolo Fanão.²¹⁵

Em 1893, o Inspetor se nega a conceder a autorização para o enterro de um corpo, por suspeitar da ocorrência de um crime

²¹³ Código de Posturas de Desterro, 1838 p. 2.

²¹⁴ Código de Posturas de São José, 1868.

²¹⁵ Gazeta de Joinville, 23.10.1877, p. 7.

No dia 5, pelas 6 horas da manhã foi José Jascke a casa do Inspetor do quartirão pedir-lhe o atestado para enterrar a mulher Joana que havia falecido, Segundo ele de hidropisia. Ali chegando, o inspetor, a fim de verificar pessoalmente o óbito, encontrou o cadáver já amortalhado e coberto. O inspetor descobriu o cadáver e notou um ferimento sobre a fronte. Determinou então aquela autoridade, que o cadáver não fosse enterrado sem a autorização do Comissário de Polícia. Este seguiu a casa acompanhado do escrivão Machado da Costa e pelo Dr. Carlos Large.²¹⁶

As informações relacionadas nas declarações dos inspetores eram imprescindíveis ao conhecimento demográfico e a elaboração de estratégias de ação. Além do número de mortes e das causas, era possível conhecer informações mais específicas como a faixa etária mais atingida, o sexo, a cor e classe social. Assim, se nos livros de assentamento das igrejas era anotado apenas o nome, o número da sepultura e o ano em que foi enterrado, o termo de enterramento dos cadáveres era feito segundo o seguinte modelo:

[...] a margem do nome do falecido e dentro das margens: aos dias do mês de ano for sepultado neste cemitério público, no lugar que tem o sinal tal, ou catacumba nº o corpo de ... idade ... solteiro ou casado com ... filho de ... e de ... ou de pais desconhecidos, natural de ... falecido aos ... do mês de ... do ano de [...]²¹⁷

Segundo os regulamentos, a Câmara determinava que o livro de termos seria apresentado nas sessões ordinárias da Câmara de três em três meses. Para auxiliar o trabalho da Câmara, o administrador entregava junto com o livro um mapa correspondente a três meses.

Mas, além das informações transmitidas pelos administradores, as autoridades contavam com uma segunda fonte. Os Inspetores ou subdelegados deveriam remeter semanalmente a relação dos óbitos ocorridos na semana anterior. Nessa declaração, constavam apenas informações básicas como o nome, a idade, e a cor do falecido.²¹⁸

Dessa forma, os cemitérios públicos e a estrutura de controle conseguiram diminuir em muito a margem de erro na contabilidade mortuária. No entanto, desde que foi estabelecido, o controle demográfico levou muito tempo para ser aperfeiçoado e oferecer dados confiáveis. Além da resistência da população às

²¹⁶ Gazeta de Joinville, 03.09.1893, p. 3

²¹⁷ Regulamento do Cemitério Público de Nossa Senhora do Desterro, 1841 op.cit., p. 2.

²¹⁸ Ibid., p. 2.

novas normas de enterro, havia muitas falhas no envio dos mapas pelas Freguesias. Algumas vezes até, os sepultamentos de cemitérios particulares não entravam na contabilidade oficial da Província. Em 1878, um jornal de Laguna publica um comunicado administrativo dizendo que

Conforme puderam ver os leitores através do obituário publicado no número passado, a mortalidade nesta quinzena foi extraordinária, comparada à dos meses anteriores. Esses números podem ser mais preocupantes se considerarmos que no obituário não se encontram os enterrados nos cemitérios particulares.²¹⁹

Se essas denúncias não eram feitas diretamente às autoridades policiais, muitas vezes elas ocorriam na forma de publicações anônimas nos jornais. Como já vimos anteriormente, os jornais permitiam uma constante vigilância e ajudavam a coibir novas ocorrências. Ao tornarem os casos públicos, os jornais lembravam que as práticas de enterro eram agora controladas.

Em 1853, doze anos após a criação do cemitério público de Desterro, o jornal *Correio Catarinense* publicou o seguinte comunicado:

As 6 horas da tarde do dia 11 do corrente, foi encontrado na praia do finado Francisco Caetano, ao pé de uma pedra, mal sepultado, o cadáver de uma criatura, que parecia ser branca, e a poucos dias nascida, em um caixão próprio para ser sepultado, coberto com paninho cor de rosa, muito bem arranjado, trazia travesseiro com renda e uma grinalda de flores. Foi logo sepultado no cemitério público por ordem da sub-delegacia, que prossegue nas competentes averiguações. Esta comunicação nos foi feita por pessoa fidedigna e por isso a reputamos exata, entretanto suspendemos o nosso juízo pelo que respeita a causa que ocasionou semelhante desumanidade; e prometemos publicar o que a respeito soubermos.²²⁰

Dentro das novas regras que regem a morte, as autoridades policiais desempenham um importante papel: são elas que vão garantir que os enterros ocorram dentro das normas higiênicas além de centralizar as informações sobre o número de mortes.

²¹⁹ O Município, 13.03.1878, p. 5.

²²⁰ O Correio Catarinense. 14.12.1853 p. 3-4.

CAPÍTULO 5 O LUGAR DA MORTE

5.1 O SEGUNDO MOMENTO DAS NECRÓPOLES

A história dos sepultamentos passou por dois momentos distintos na Europa. O primeiro, que se iniciou em alguns países no século XVIII, foi a transferência da necrópole para longe dos núcleos urbanos. Na França, depois de muito debate, foi construído o cemitério Mary sur Oise, distante 22 km da cidade de Paris. Na Inglaterra, o Common Cemetery ficava a 36 km de Londres, sendo criada uma linha férrea com gare especial para o despacho dos caixões. São Petersburgo seguiu o mesmo exemplo e até o Rio de Janeiro teve o projeto de um cemitério distante cinco léguas da corte.²²¹

Durante o século XIX, dois novos fatores ocasionam mudanças significativas na relação com as necrópoles. O primeiro foi o crescimento das metrópoles, que aos poucos, engoliram novamente os cemitérios. Paralelamente a isso, ocorreu uma mudança teórica nos debates sobre os sepultamentos.

Duas teorias sobre a origem das doenças se rivalizaram durante o século XVIII e XIX. A primeira, chamada de infeccionista, era a teoria dos miasmas que dizia que a transmissão das doenças ocorria através da corrupção do ar causada pelos miasmas.

Já a teoria do contágio, dizia que as doenças eram transmitidas de um indivíduo à outro através do toque, ou de objetos contaminados. Os contagionistas acreditavam que uma moléstia aparecia sempre que um veneno se reproduzia no indivíduo doente e se espalhava pela comunidade.²²²

Durante os séculos XVIII e XIX, nem uma das duas teorias havia se consolidado, havendo um grande debate entre os teóricos dos dois lados. No entanto, foi a teoria infeccionista que durante um período longo acabou orientando a reformulação urbana. Toda a reforma funerária também foi orientada por ela. O exílio dos cadáveres, as necrópoles higiênicas foram decorrência do medo dos miasmas

²²¹ FERNANDES, op. cit., p. 35.

²²² CHALUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 47.

Os anti-cemiteristas²²³ diziam que os gases resultantes da putrefação subiam a superfície e envenenavam todo o ambiente ao redor.

A teoria do contágio, apesar de menos prestigiada, também orientou algumas ações da saúde pública. De inspiração contagionista, surgiram as famosas quarentenas nos navios e também as campanhas de vacinação jenerianas²²⁴. Os infeccionistas, por exemplo, diziam que de pouco adiantavam as quarentenas nos navios, se o ar das cidades estava corrompido.

No século XIX, no entanto, várias pesquisas realizadas por contagionistas acabaram sobrepondo essa teoria à primeira. Se com a vacina jeneriana havia o princípio do contágio, as pesquisas de Pasteur Koch e Miquel, trouxeram à discussão novos elementos que eram os micróbios. As causas das moléstias não eram mais os invisíveis e mal cheirosos miasmas, mas sim, microscópicos seres que penetravam no corpo humano através de vários agentes.²²⁵

Para a história funerária, a sobreposição da teoria contagionista teve várias conseqüências. Se no primeiro momento da reforma funerária os miasmas exilaram o cadáver e as necrópoles para longe das cidades, na metade do século XIX, a teoria dos micróbios reaproximou novamente os dois mundos. O cadáver foi objeto de estudo dos microbiologistas, que verificaram que as temidas emanações cadavéricas não eram tão perigosas quanto se imaginava.

Os gases emanados dos cadáveres foram divididos em dois grupos. O primeiro deles, produzido na fase anterior à mineralização, era responsável pelo mau cheiro que desprendia do cadáver. No entanto, os ácidos butírico, valérico, propiônico, capílico e não causavam qualquer mal o homem. Assim, o temido odor cadavérico foi inocentado pelos microbiologistas, pois, “nem sempre o fedor é ofensivo, mas sim, uma outra ordem de entidades que podem ou não acompanhá-los.”²²⁶

²²³ Na Europa houve debates entre correntes que defendiam e outras que criticavam a existência dos cemitérios dentro das cidades. No final do século XIX, quando as necrópoles foram reintegradas às cidades, os “cemiteristas” adeptos da teoria da microbiologia, diziam que os perigos dos miasmas não passavam de uma crença ultrapassada, da mesma forma os “anti-cemiteristas” diziam que era uma inconseqüência trazer novamente as necrópoles para as cidades. ALMEIDA, op. cit., p. 32.

²²⁴ A campanha de vacinação jeneriana é considerada, como uma fase anterior à microbiologia. Já havia o princípio do contágio, mas os fundamentos da microbiologia foram elaborados numa fase posterior com os experimentos de Pasteur e Koch. ALMEIDA, op. cit., p. 32.

²²⁵ FERNANDES, op. cit., p. 30.

²²⁶ ALMEIDA, op. cit., p. 14.

Essa ordem de entidades era a dos corpúsculos sólidos, lançados pelo cadáver na fase que antecedia à mineralização. Estes, não eram mais os miasmas mefíticos de Maret, que se lançavam como raios deletérios a partir da cova, mas sim, “um ser animado, um pigmeu, porém gigante, que a experiência conferiu o nome de micróbio”.²²⁷

Afirmava-se ainda que na última fase de transformação cadavérica, as substâncias corpóreas se modificavam, transformando-se em minerais. Nesta etapa, o corpo produzia um outro grupo de gases, dos quais os principais eram o amoníaco e o gás-carbônico. Este último era considerado pelos pesquisadores como o responsável pelos acidentes ocorridos nos templos e cemitérios. Segundo eles, os trabalhadores não eram acometidos por envenenamentos miasmáticos, mas sim por asfixia causada pelo excesso de gás-carbônico e falta de oxigênio.

Assim, em 1879, o Conselho Municipal de Paris designou uma comissão formada por químicos e microbiologistas para analisar o solo, a água, e o ar dos cemitérios parisienses. Em 1880, foi concluído o relatório e no mesmo ano foram publicados vários trabalhos secundando a nova corrente de idéias. Dentre eles, se destacam as dissertações de Robinet, Martin e Du Mesnil.²²⁸

Em 1879, o químico Schutsenberg analisou o solo cemiterial à profundidades variáveis entre 4 e 8 cm. O solo extraído desse experimento encontrava-se impregnado de gás carbônico em uma proporção de 4 a 12%. Já nas covas abertas e nos carneiros, o ar era abundante em gás carbônico. O pesquisador alegava, no entanto, que não era possível confundir as condições dos carneiros com a dos cemitérios, pois a quantidade de gás carbônico encontrado nos cemitérios era quase inofensiva aos vivos. Segundo ele, o gás carbônico era perigoso em espaços fechados, mas era diluído em locais abertos.

Para demonstrar a teoria, Robinet fez um cálculo baseado nos cemitérios parisienses. Segundo ele, eram enterrados nos campos de repouso 157.500kg de materiais orgânicos por ano, mas os cadáveres não teriam mais do que 32% de substância combustível, o que dá por ano, 50.400kg. Disso, a parte oxidável é de 80%, o que dá 40.000kg, resultando assim, em uma oxidação de 147.840kg. Segundo ele, só a companhia de iluminação produz 9:073:68kg por ano, o que dá oito vezes mais do que toda a massa de cadáveres enterrada em 5 anos. Portanto,

²²⁷ ALMEIDA, op. citi, p. 14.

²²⁸ Ibid., p. 15.

se considerarmos toda a quantidade de gás produzida pelas fornalhas, respiração humana e animal, essa quantidade se torna insignificante.²²⁹

O nível microbiológico dos cemitérios também foi analisado por Miguel. O pesquisador fez a contagem dos micróbios desde a periferia de Paris, até o centro da cidade. Segundo as suas pesquisa, o nível de micróbios aumentava espantosamente a medida que se penetrava nas cidades e nos bairros imundos. A contagem de micróbios no parque Montsouris, na periferia de Paris, ficava em 6 a 8%. No interior de Paris, na rue Rivoli, a cifra era 10 vezes maior, enquanto que nos hospitais, chegava a ser até 100 vezes maior. Enquanto isso, a contagem feita no cemitério de Montparnasse, mostrava um número apenas 2 vezes maior do que o parque de Motsouris. Assim, “na grande capital, só podiam se emparelhar com os cemitérios, do ponto de vista da microbicidade, os grandes parques arborizados”.²³⁰

Uma última análise foi feita com a água próxima aos cemitérios. Alegava-se que os fluidos cadavéricos entrariam no solo contaminariam os lençóis próximos. No entanto, a climatologia telúrica, que analisava a composição e os processos biológicos que ocorriam no solo, concluiu que todas as emanações e fluidos do cadáver eram retidos e transformados em outros elementos. O amoníaco, por exemplo, era transformado em ácido nítrico, desde que a composição do solo fosse rica em silicatos básicos e óxidos de ferro. O hidrogênio sulfurado era imediatamente reduzido pelas bases do solo, transformando-os em sulfuretos e sulfatos.

Assim, os relatórios concluíram que um cemitério em boas condições era mais seguro do que muitos locais dentro das próprias cidades. Os bairros imundos, com suas latrinas abertas e hospitais cheios de micróbios, eram mais perigosos à saúde do que um cemitério normatizado.

Dessa forma, para eles, não era mais necessário construir os cemitérios tão afastados das cidades, o corpo morto poderia ser novamente integrado ao espaço urbano, desde que fossem observadas determinadas regras. Para a climatologia telúrica, o solo mais favorável à instalação dos cemitérios era o de poros médios, “[...] pois é necessária para a decomposição do cadáver, o ar e o calor, e essa operação oscila, como toda decomposição orgânica, entre a combustão rápida e a putrefação lenta”.²³¹

²²⁹ Ibid., p. 25.

²³⁰ Ibid., p. 31.

²³¹ ARNAULD, Jules. **Nouveaux elements d'hygiene**. Librairie J. B. Baillière et Fils: Paris, 1889, p. 25.

O solo deveria ser alcalino ou calcar, ferruginoso, conter óxidos de ferro, e carbonatos de cal, neutralizando os gases cadavéricos e acelerando a decomposição. Assim, Pettenkopfer dizia que a famosa saturação dos anticemiteristas não era causada pelo excesso de cadáveres, mas sim, pela composição incorreta dos solos. Em solos de composição arsênica, com pouca porosidade, os corpos levavam mais de cinco anos para se decompor, deixando o solo encharcado de fluidos.

Para os novos pesquisadores, isso era suficiente, pois a putrefação cemiterial não se passava livre e rapidamente ao ar. Ela era subterrânea e lenta, pois a camada de terra espessa retinha os gases no interior do solo, influenciando poderosamente sobre o processo de decomposição graças às suas propriedades físicas e químicas. O solo do cemitério agia “como um finíssimo sendal, onde se enrolava o hábito pestilento do cadáver pobre”.²³²

Outro elemento que contribuía para a saúde dos cemitérios era a vegetação. As árvores foram bem vindas neste segundo momento dos cemitérios, pois elas produziram o oxigênio, contrapondo o gás-carbônico produzido pela putrefação. Além disso, elas também funcionariam como barreiras e filtros para o ar, “[...] pois em suas folhas são abandonados muitos corpúsculos, já que eles não podem atravessar alguns obstáculos como tecidos de algodão, e ficam retidos nas folhas das árvores”.²³³

Como o gás carbônico era diluído no espaço aberto, os pesquisadores também aconselhavam que os cemitérios fossem bem ventilados, recebessem correntes de vento. Para isso, os cemitérios deveriam se localizar em espaços “largos, arborizados e livres, desempenhando assim, o papel sanitário das praças espaçosas e jardins arborizados.”²³⁴

Assim, nesse segundo momento, a teoria microbiológica modificou a relação com os cadáveres. Os cemitérios não precisavam mais ser construídos o mais longe das cidades, bastava apenas que ele fosse adequado à normas de segurança. Assim, em 1889, um manual de higiene de Paris, diz que “[...] dentro de condições

²³² ALMEIDA, op. cit., p. 12.

²³³ Ibid., p. 12.

²³⁴ Ibid., p. 13.

naturais vantajosas, e precauções sanitárias bem cumpridas e aplicadas, os cemitérios são dos lugares mais inofensivos de uma cidade”.²³⁵

No final do século XIX, os cemitérios foram então reabilitados pela saúde pública.

No entanto, se na Europa houve uma divisão bem distinta desses dois momentos, essa situação não correu da mesma forma no Brasil. Aqui, o movimento de expulsão dos mortos ocorreu quase um século depois da Europa. Assim, enquanto a França vivia o seu segundo momento na história fúnebre, no Brasil, os enterros nos templos começavam a se tornar incômodos. Aqui não houve uma grande ruptura na teoria. Durante o século XIX, práticas orientadas pelas duas teorias conviveram juntas. Somente no final do século XIX, a microbiologia se consolida no Brasil, no entanto, mesmo nesse período ainda se falava nos perigos dos miasmas.

Em Desterro, a crítica aos enterros nos templos iniciou por volta de 1830, sendo esta prática proibida por lei provincial, em 1841. Nesse momento, foi criado o cemitério público de Desterro, localizado onde hoje se encontra a cabeceira da Ponte Hercílio Luz. Se hoje esta área está integrada ao núcleo urbano, no período a localização era relativamente afastada, pois não lançava sobre a cidade os miasmas trazidos pelos ventos (a exemplo do cemitério do Menino Deus).

Ao contrário da Europa, não houve em Desterro, uma ruptura significativa entre esses dois momentos dos cemitérios públicos. Como no Brasil, as teorias miasmáticas e microbiologistas coexistiram até o início do século XX. Em Desterro observa-se a mesma situação: na construção do segundo cemitério público, na segunda década do século XX, houve influência tanto da teoria miasmática, quanto da microbiana.

Depois do cemitério público da cabeceira da ponte, somente no final do século XIX, por volta da década de 70, a construção de um novo cemitério começa a ser objeto de discussão.

Em 1876, um relatório da Inspetoria de Higiene defende a construção de um novo cemitério público, utilizando ainda o discurso da teoria miasmática. Segundo ele, os cemitérios existentes já haviam esgotado sua capacidade máxima, dificultando assim a decomposição dos corpos. A saturação do solo, Segundo os

²³⁵ ARNAULD, op. cit., p. 2.

teóricos dos miasmas, era dos maiores perigos dos cemitérios. Quando o corpo não se decompunha adequadamente, os gases subiam à superfície corrompendo o ar.²³⁶

No discurso do relator também percebe-se a preocupação com a localização do cemitério. Se no momento da construção, o cemitério da cabeceira da Ponte Hercílio Luz encontrava-se afastado do núcleo populacional, no início do século XX a situação era diferente. Como o crescimento da cidade abarcou a área do cemitério, mais uma vez, a necrópole deveria ser afastada do núcleo urbano. Assim, segundo o relatório,

[...] Florianópolis tem o cemitério do Menino Deus anexo ao hospital de Caridade, onde são sepultados os irmãos da Irmandade e logo atrás, o cemitério para os que falecem no hospital e que são indigentes. O sistema desse cemitério em Catacumbas de tijolos e todos acima do nível do terreno é por demais inconveniente e deve ser abolido. O cemitério público, colocado na entrada da cidade, já está bem cheio e serve a esta capital a muitíssimos anos, já estando ali sepultados mais de 30 mil indivíduos. O solo já está portanto, impregnado e já não há mais razão de existência desse cemitério dentro do coração da cidade, devendo esse ser removido o quanto antes desse local.²³⁷

Em 1897, outro relatório evoca novamente o perigo dos miasmas sobre a cidade. Somando-se à isso estavam ainda as condições climáticas da Ilha:

É sabido que reina constantemente sobre essa Capital os ventos Sul e Nordeste, notando-se alguns de oeste e de leste, vento úmido, favorecendo assim causas de diversas moléstias do aparelho circulatório. O vento nordeste, quente e úmido, o que mais constantemente reina, passa diretamente pelo cemitério, trazendo em sua passagem germes deletérios para a cidade que está próxima. Condições essas que a higiene condena e reconhece como nocivas. É indispensável, pois o quanto antes a mudança do cemitério para local mais conveniente.²³⁸

A criação da nova necrópole é também motivo de debate na imprensa periódica. Em 1894, o Jornal do Comércio publica a seguinte matéria:

Atualmente se agita a questão do estabelecimento de um novo cemitério, por ser absolutamente impossível a continuação de sepultamentos no que existe há mais de 53 anos. Este cemitério já recebeu 22.000 sepulturas e já não dispõe de lugar para catacumbas, nem sepulturas comuns. A inconveniência dos enterros no atual cemitério deve ser reconhecida, não

²³⁶ Relatório da Inspetoria de Higiene enviado ao Presidente da Província, 1876 p. 5.

²³⁷ Relatório da Inspetoria de Higiene enviado ao Presidente da Província, 1876, p. 4

²³⁸ Relatório da Inspetoria de Higiene de Santa Catarina ao Governador do Estado Hercílio Luz, 1897, p. 6.

apenas pela sua localização, mas pelos graves prejuízos causados à saúde pública.²³⁹

Em 1893, o relatório enviado ao Vice-presidente do Estado Elyseu Guilherme da Silva, lembra da importância que representará a transferência da necrópole para o bom estado da saúde pública;

Uma das providências lembradas pela Inspetoria e desde muito reclamada como de suma importância para a saúde pública nesta Capital, é a da mudança do cemitério para local mais distante e menos populoso do que o que se acha presentemente.²⁴⁰

Assim, em 09 de novembro de 1912 foi promulgada a Lei Municipal n 343, autorizando o Superintendente Municipal de Florianópolis a fazer a aquisição de um terreno para a instalação do novo cemitério. O texto declara também, como devem ser regulamentadas as regras de funcionamento do cemitério:

Art. 1 – Fica a Superintendência Municipal autorizada a fazer a aquisição de um terreno que, pela sua topografia, natureza e área se preste a instalação de um cemitério. Uma vez adquirido será ele adaptado ao fim, procedendo-se ao nivelamento, arborização e construção de muros. Art. 2 – As irmandades, confrarias e comunidades possuidoras de terrenos contíguos ao atual cemitério municipal serão concedidas, da área total, espaços suficientes para estabelecerem seus cemitérios, que serão separados por muros ou grades, gozando das prerrogativas que anteriormente tinham em virtude da lei. Tais corporações ficam obrigadas a fazer cessão gratuita temporária ou efetiva aos seus membros de terrenos equivalentes aos que lhes pertencem por motivo de arrendamento ou compra dos antigos cemitérios. A mesma obrigação terá a municipalidade para com os proprietários e arrendatários de terrenos do atual cemitério público, podendo para tal fim fazer construir ao longo dos muros do novo, ou em qualquer lugar que mais convenha, pequenos jazigos.”²⁴¹

A municipalidade adquiriu um terreno localizado no bairro Itacorubi, em uma localidade conhecida como “Três Pontes”. No ano de 1915, tiveram início então, as obras de construção do novo cemitério. No entanto, devido a dois fatores, o estabelecimento da nova necrópole municipal foi adiado alguns anos. A grande distância e os meios precários de ligação dificultavam o transporte dos cadáveres da cidade ao cemitério. O outro fator foi a disponibilidade financeira da administração. Como os recursos para a implementação da nova necrópole não eram suficientes,

²³⁹ Jornal do Comércio, 10.02.1894, p. 2.

²⁴⁰ Relatório apresentado ao Vice-Presidente do Estado Elyseu Guilherme da Silva pelo secretário do governo Eduardo Otto Horn, 1893, p. 7

²⁴¹ Lei Municipal n. 343, Florianópolis, 1912, p. 3.

naquele ano, foi inaugurado apenas um pequeno cemitério que atenderia ao bairro do Itacorubi.

No ano de 1916, um outro pequeno cemitério foi inaugurado no bairro Trindade. O cemitério da Santíssima Trindade, construído junto à atual Igrejinha da UFSC, veio trazer mais uma alternativa de sepultamentos além da necrópole pública. O livro de assentamentos de óbitos trazia as seguintes inscrições:

Servirá este livro para inscrição dos óbitos que se derem no distrito da Trindade e que forem sepultados no cemitério do citado distrito. Contém o número de fichas indicadas no termo de encerramento, todas numeradas por mim, rubricadas com o apelido de Peixoto de que uso. Secretaria da Superintendência Municipal de Florianópolis, 18 de dezembro de 1916.²⁴²

Como foi dito, na criação dessa segunda necrópole, houve a influência das duas correntes teóricas: a miasmática (ou infeccionista) e a microbiológica. Se a localização do terreno considerou a distância da urbe devido aos miasmas, a escolha do terreno vai estar fundamentada nas novas pesquisas sobre o comportamento químico das substâncias. A climatologia telúrica analisava quais eram os melhores solos para o sepultamento, considerando a sua natureza.

Em 1894, a administração municipal designou a comissão encarregada das obras públicas para avaliar o terreno da futura necrópole. O Jornal do Comércio publicou o andamento da pesquisa executada pela comissão:

A comissão de obras públicas lançou suas visitas a chácara pertencente ao cidadão Carlos Guilherme Schmidt e do cidadão Bonfarte Demaria, que se situam no bairro do Itacorubi. Passou a comissão a medir o terreno e verificou que ele tinha 24, 130 metros quadrados. Entrando no trabalho de sondagem do solo, não encontraram nele água, nem pedra, até muito além da profundidade necessária. A comissão reconheceu também que o solo era formado por saibro miúdo e argila vermelha e ferruginosa. Segundo a comissão, o solo oferecia todas as condições para o estabelecimento do novo cemitério, já que o solo oferece permeabilidade suficiente para o acesso ao oxigênio necessário para a combustão lenta e a decomposição dos cadáveres. Também existe a força absorvente da argila que ao mesmo tempo que impede a extrema impermeabilidade, absorve os sucos e gases resultantes da decomposição.²⁴³

²⁴² Livro de Assentamento de Óbitos, Cemitério da Santíssima Trindade, 1916, p. 1.

²⁴³ BRITO, PAULO José Miguel de. **Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1816. Reimpressão da Sociedade Biblioteca Literária Catarinense. Florianópolis, 1932, p. 38. apud COSTA, Sandro Oliveira da. **Ponte Hercílio Luz: mutações de uma cidade insular (1890-1860)** Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC. 2002. p. 14

Mas a criação dessa segunda necrópole pública foi determinada por outras relações além do medo do contágio. No momento em que ela foi estabelecida, o espaço da cidade passava por modificações distintas das ocorridas na primeira metade do século XIX.

No início do povoamento da Ilha, a distribuição geográfica dos elementos urbanos, obedecia aos modelos portugueses. Assim como as demais cidades de colonização lusitana de Santa Catarina, em Desterro também verificava-se a praça central e a Matriz como elementos determinantes da organização do traçado urbano.

Além da praça e da igreja, outro elemento que determinou o traçado original foi a praia, pois, o porto desempenhava importante função na cidade. Segundo o trabalho de Sandro Costa²⁴⁴, a Vila de Desterro apresentava-se na forma de um tabuleiro de xadrez, tendo como norteadores, a praça, a igreja e a praia. Apesar da ocupação posterior não ter seguido um padrão simétrico e ordenado, essa primeira distribuição determinou divisões importantes na ocupação do espaço urbano.



O Tigre.

Fonte: RAMOS, Átila. Memória do Saneamento Desterrense. Florianópolis.

²⁴⁴ Sandro Oliveira da. **Ponte Hercílio Luz**: mutações de uma cidade insular (1890-1860) Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC. 2002. p. 14

Sendo o porto um importante elemento na utilização do espaço, a expansão do núcleo urbano foi orientado pela face leste da praça. Nesta direção surgiram ruas, casas comerciais e moradias que adaptaram-se ao relevo natural da Ilha. Desta forma, operou-se uma divisão na ocupação do espaço urbano. Enquanto na face leste, a cidade se desenvolvia, a face oeste foi escolhida para abrigar práticas e elementos não tão desejáveis na cidade.

Onde antes as chácaras faziam fronteira com núcleo urbano, foi instalada a primeira necrópole da cidade. Uma dessas chácaras foi escolhida para receber um dos problemas da cidade: o cemitério. Ele passou então a delimitar a fronteira oeste da cidade. Mas além da necrópole municipal, outros elementos caracterizaram a face oeste como um espaço menos nobre.

Até o início do século XIX, os dejetos eram despejados nas calçadas, nas imediações do Mercado Público, ou nas praias. Escravos ou empregados eram encarregados do seu transporte nos Tigres até as praias mais próximas. Segundo Átila Ramos:

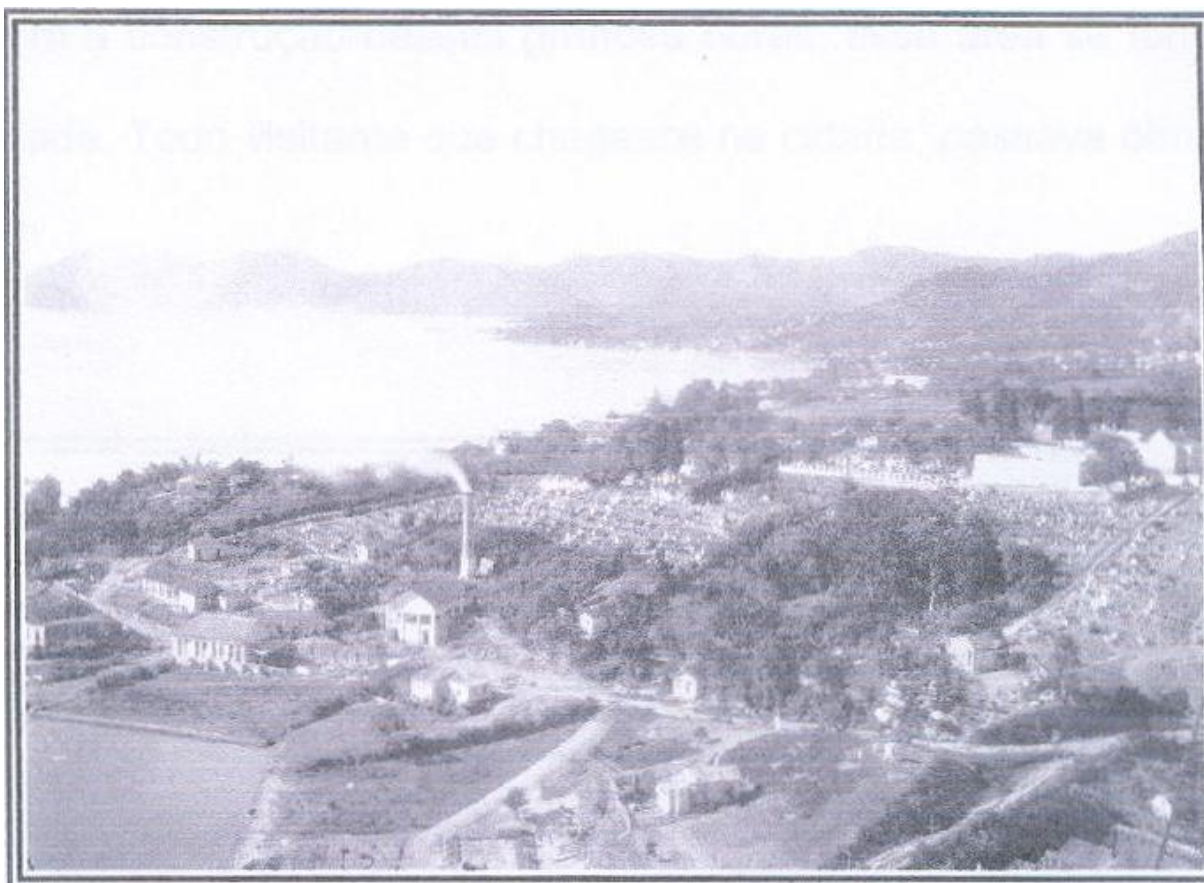
Até o início do século XX, o vento sul era o principal auxiliar do saneamento da cidade de Desterro. A ausência total de instalações sanitárias levava os moradores a despejar os dejetos nas calçadas e nas praias próximas ao atual Mercado Público. Tal situação só era amenizada com a chegada dos grandes temporais que com o vento forte tornava a cidade mais limpa e arejada.²⁴⁵

Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral:

A praia, no século XIX não desfrutava do menor prestígio – e não foi só em Santa Catarina, mas em toda parte. Praia era lugar de despejo, de cachorro morto, de lixo, lugar onde se derramavam as vasilhas de material fecal, para que tudo se diluísse na maré, para que tudo desaparecesse no refluxo.²⁴⁶

²⁴⁵ RAMOS, Átila, **Memória do Saneamento Desterrense**. Florianópolis: CASAN, 1986, 345p., p. 58.

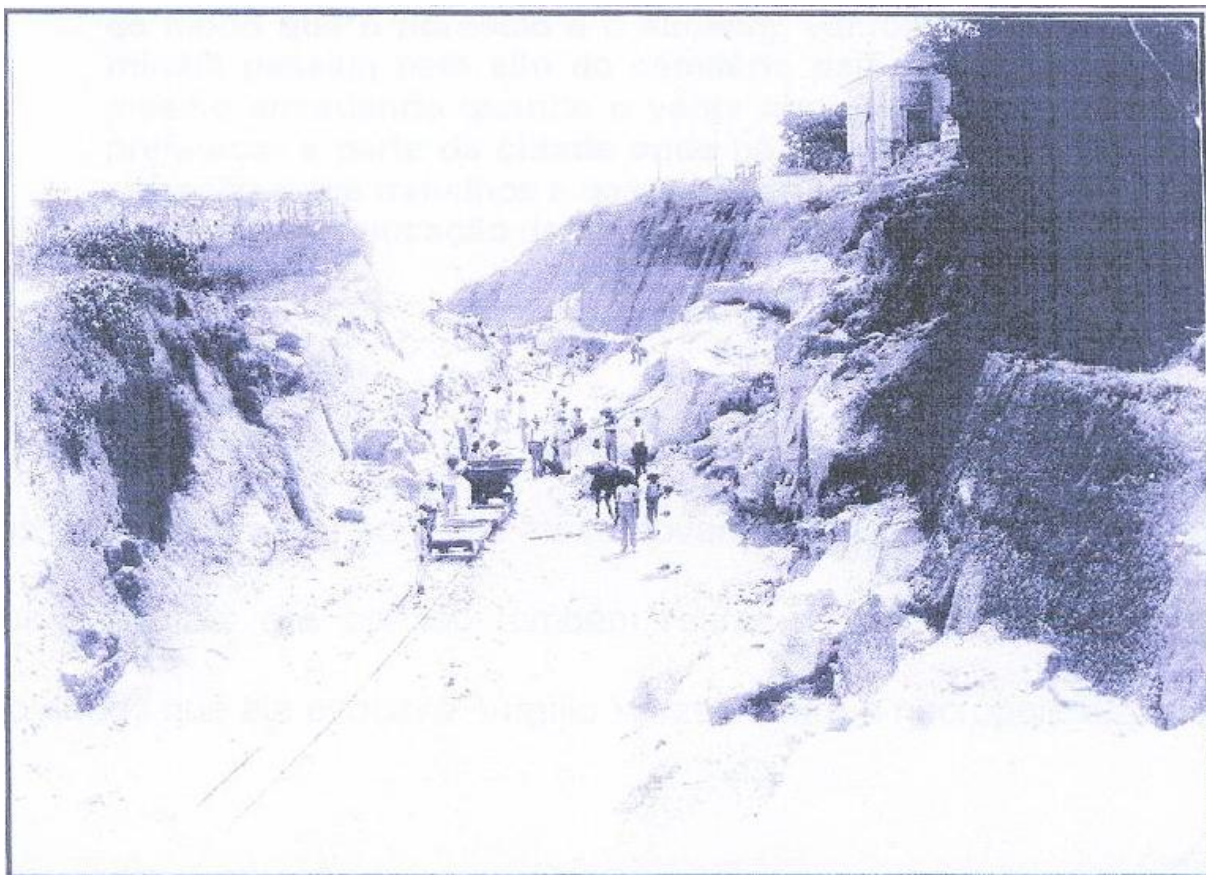
²⁴⁶ CABRAL, 1979, op.cit., p. 407.



Vista do cemitério alemão à esquerda, o forno de lixo em operação e a ETE – Estação de Tratamento de Esgoto.
Data: 1920.

Acervo: Paulo Ricardo Caminha

Em 1910, a administração pública intervêm na prática do despejo de dejetos, construindo um forno incinerador de lixo. E mais uma vez, o lado Oeste da praça foi escolhido para abrigar esse elemento indesejável da urbe. Construído próximo ao Forte de Santana, era feito de tijolos comuns com um canal condutor de fumaça indo desembocar numa chaminé de 40 metros de altura. O lixo da Capital era recolhido todos os dias e transportado por carroças até o forno, para então ser incinerado. Esse sistema permaneceu ativo até 1958, quando se decidiu deslocar o lixo para um local mais afastado da urbe.



Escavações para implantação da avenida em frente à ponte Hercílio Luz. Data 1925
Acervo: Paulo Ricardo Caminha

Além da necrópole e do forno de lixo, a face oeste da praça também abrigou também a ETA – Estação de Tratamento de Água e Esgoto. No caminho entre a praça e a necrópole, localizava-se ainda a rua Conselheiro Mafra, espaço conhecido por ser zona de meretrício. A prostituição também não deveria fazer parte da paisagem urbana, assim, foi mais um dos elementos que caracterizaram a ocupação do espaço ocorrida nesse ponto da cidade.

No entanto, vários fatores fizeram com que no início do século XX, a situação da porção oeste se modificasse. A expansão urbana integrou essa área novamente ao núcleo da cidade, tornando o lixo e a necrópole novamente um problema a ser sanado.

A partir de 1910, várias intervenções urbanas foram operadas na cidade: a remodelação urbana buscava nesse momento não apenas sanear, mas também modernizar a cidade. Assim, à exemplo de cidades como São Paulo, Paris e Rio de Janeiro, foram construídas grandes avenidas, criado o sistema de esgoto e realizada a primeira ligação da Ilha com o continente.

A construção da Avenida Hercílio Luz, a Avenida Adolpho Konder e da Ponte Hercílio Luz, ocupou a área oeste da cidade, tornando esse espaço novamente valorizado. Com a construção dessas grandes obras, essa área se torna a porta de entrada da cidade. Todo visitante que chegasse na cidade, passava obrigatoriamente por lá.

Antes mesmo da construção dessas obras, quando elas ainda estavam no projeto, havia uma preocupação em remodelar esse espaço. Se fazia necessário remover os elementos indesejados para outro local, para criar uma boa impressão a quem chegasse. A presença da necrópole se torna incômoda, não apenas pelo perigo dos miasmas, mas também pelo impacto visual que causa no visitante. Em 1887, o Presidente da Província Francisco José da Rocha comenta em relatório a situação do cemitério, inclusive que a construção neste local, tenha sido um erro.

Impõe-se as sérias cogitações a remoção do cemitério do local em que se acha que é o ponto mais pitoresco da cidade, e seria o mais saudável talvez – por sua situação e elevação. Ao aspecto lúgubre que imprime a Capital, sendo a primeira parte dela que se apresenta ao viajante, ou vinha do norte ou do sul, acrescente o inconveniente de estar colocado de modo que o nordeste e o sudeste, ventos que mais constantemente reinam passam pelo alto do cemitério para difundir-se nessa cidade, o mesmo sucedendo quando o vento norte, e o sul fraco não deixará de prejudicar a parte da cidade onde há as mais apazíveis chácaras. Esta remoção exige trabalhos e despesas de certa ordem, mas é indispensável e urgente. A colocação desse cemitério foi um erro deplorável.²⁴⁷

A associação do cemitério a lembrança da morte, e portanto, a sentimentos negativos, também foi um dos argumentos usados para a transferência. Além dos miasmas, era preciso também retirar do centro urbano a imagem do cemitério e tudo que ele evocava. Virgílio Várzea sobre a necrópole diz que:

O cemitério era e ainda é hoje a única impressão desagradável que recebem os que visitam o Desterro, especialmente quando entram pelo norte, pois o primeiro porto a se avistar daí é justamente esse alto de outeiro, em cuja base uma fita de mar se interpõe separando a Ilha da terra firme. Os antigos, fazendo uso desse lugar, tão bonito pela sua vista e paisagem, a necrópole da capital, não previram o ar fúnebre e sinistro que lhe iam dar, e o que é pior, ignoravam os graves perigos a que expunham a cidade, com os miasmas que sobre ela se espalhariam de certo, durante o verão, quadra em que sopram seguidamente os ventos do quadrante norte, onde está este local.²⁴⁸

²⁴⁷ ROCHA, Francisco José da. Relatório do Presidente da Província, 1887.

²⁴⁸ VÁRZEA, Virgílio. **Santa Catarina: a Ilha**. Florianópolis: Lunardeli, 1985, p. 31. A primeira edição de sua obra data de 1900, apud. COSTA, 2002, op.cit., p. 70.

Em 1897, o Inspetor José Eufrásio da Cunha fala do aspecto triste e lúgubre que os signos da morte conferem a esse porto de entrada da cidade:

Como se não bastassem as condições por sua natureza péssimas, foi escolhido exatamente um dos pontos mais elevados, mais saudáveis e pitorescos da cidade para nele se localizar o cemitério, dando assim o aspecto lúgubre e triste quando apresentado aos olhos do visitante. Logo ao entrar nesta Capital deparam imediatamente na entrada com uma colina rodeada de cruces trêmulas como que indicando ser a necrópole do Estado...é indispensável pois o quanto antes a mudança do cemitério para local mais conveniente. Doloroso, desolador e quiçá fúnebre é esse espetáculo que uma capital civilizada em pleno século das luzes pode oferecer.²⁴⁹

Assim, mais uma vez a necrópole foi transferida para um local mais distante. No entanto, como já foi visto, o cemitério não passou a funcionar no período previsto pelas autoridades. Em 1915, somente o pequeno cemitério do Itacorubi atendia aos óbitos do bairro. E, mesmo após a construção da ponte Hercílio Luz, o primeiro cemitério municipal continuava a receber sepultamentos.

Em Janeiro de 1925, foi aberta a concorrência pública para a realização das obras do cemitério do Itacorubi. O projeto e a execução ficaram ao encargo do Sr. Carlos Nilson, que já havia prestado serviços anteriores à administração da Capital. Como esta obra despenderia uma quantia muito elevada, os custos da construção foram divididos entre o Estado e o Município.²⁵⁰ O Cemitério São Francisco de Assis foi inaugurado então no dia 17 de novembro de 1925.

Com criação do novo cemitério, a primeira necrópole foi desativada sendo feita a transferência de parte dos restos mortais dos que estavam sepultados. Segundo Oswaldo Rodrigues Cabral, parte dos ossos e terra do antigo cemitério serviu para o aterro da Praça da Bandeira e do Largo 13 de Maio.

Além da primeira necrópole, também foi interditado o cemitério pertencente a Irmandade dos Passos. O relatório da Mesa de 1926 diz que é sabido que a inauguração do cemitério São Francisco de Assis vai trazer como consequência a interdição dos antigos cemitérios. Assim, propõe uma última homenagem aos seus irmãos enterrados:

Considerando que a instalação do Cemitério das Três Pontes trará como consequência a interdição do atual cemitério público e talvez dos

²⁴⁹ Relatório da Inspetoria de Higiene de Santa Catarina, enviado pelo Inspetor José Eufrásio da Cunha, 1897, p. 6.

²⁵⁰ VEIGA, op.cit., p. 298, apud. COSTA, 2002, op. cit., p. 71.

particulares existentes em sua proximidade, a Irmandade pensa dever uma última homenagem a todos aqueles que, membros dela foram e exerçam cargos, se achem naquele sepultado, promovendo os seus parentes a transferência para o usuário dos Irmãos, existente em nosso cemitério, independente do pagamento.²⁵¹

A transferência do cemitério para o cemitério do Itacorubi possibilitou a construção da Avenida Adolpho Konder, ampliando as vias de acesso à Ponte. Em 1925, a Lei Municipal n. 539, de 12 de março declarava que ficava

O superintendente Municipal autorizado, dentro das precisas condições de higiene, e de acordo com as deliberações da junta médica nomeada pelo Governo do Estado, em data de hoje e sob a presidência do Diretor de Higiene, a promover a remoção dos despojos sepultados na área do atual Cemitério Público, destinada às obras da rua de acesso à ponte Hercílio Luz, para outro local do mesmo Cemitério e fora da referida área.²⁵²

Com a construção da Ponte e das vias de acesso, o centro da cidade sofreu várias alterações. A principal delas foi o redirecionamento do crescimento urbano da cidade. Se até então a parte Sul e Leste apresentavam um maior número de construções e de ruas, agora a parte oeste também foi integrada a essa expansão urbana. A transferência dos elementos indesejáveis para uma área afastada do núcleo urbano permitiu que essa área fosse novamente valorizada. É interessante observar que em 1958, quando o incinerador de lixo foi desativado, o local escolhido para abrigar o depósito de lixo foi o mesmo da nova necrópole: o bairro do Itacorubi. Assim, com a criação do cemitério do Itacorubi, os cadáveres foram mais uma vez exilados, juntando-se à elementos que não tinham espaço na paisagem urbana.

²⁵¹ Relatório da Irmandade Nosso Senhor dos Passos, 1926-1929, p. 2.

²⁵² Lei Municipal n. 432. Florianópolis, 12.03.1925, p. 2.

6 CONCLUSÃO

Com a realização desse trabalho procurou-se compreender como se deu o processo de normatização dos sepultamentos em Nossa Senhora do Desterro do enterro nas igrejas até o estabelecimento de espaços higiênicos e estruturas de controle.

No decorrer da pesquisa, observamos que a história dos enterros em Desterro assumiu feições bastante singulares, quando comparadas às de outros locais. Se na Bahia, a criação dos cemitérios públicos gerou revolta entre a população e o clero, aqui, os próprios religiosos solicitavam às autoridades que tomassem providências. Entre a população também não houve críticas ao estabelecimento das necrópoles. É bem verdade que durante muito tempo houve resistências quanto ao cumprimento das normas de sepultamento. Mas não se encontrou um só registro desfavorável ao estabelecimento da necrópole.

Também observamos que, nessa adequação das condutas às novas normas, os jornais desempenharam importante função. Não apenas por permitirem a circulação das teorias norteadoras, mas também por se constituírem como um dispositivo de vigilância. Os jornais eram o espaço onde as práticas se tornavam públicas, o que lembrava constantemente a existência de um controle. Na normatização dos enterros em Desterro, essa mudança não foi defendida apenas por autoridades ligadas à área da saúde. Os jornais publicavam críticas de pessoas das mais variadas áreas, como poetas, cronistas, padres e engenheiros.

O processo de normatização dos sepultamentos não ocorreu de forma uniforme: enquanto as mudanças se operaram no núcleo urbano, no interior da Ilha as práticas de sepultamento obedeciam antigas tradições.

Além disso, as medidas de combate ao perigo cadavérico também não seguiram um curso linear. Nos períodos de surtos epidêmicos a administração tornava as medidas mais severas, suavizando-as em momentos menos conturbados. Foi o caso do sudário e do caixão. Constituindo-se como as primeiras formas de isolar o cadáver, a obrigatoriedade do caixão fechado variava conforme as condições sanitária da cidade.

As mesmas variações ocorriam com o tempo entre o óbito e o sepultamento. Em momentos de epidemia, a determinação era de que todo corpo fosse sepultado antes de completadas 24 horas. Porém, se as intervenções da administração variaram conforme o quadro sanitário, a população muitas vezes não adequou a sua conduta as novas normas de enterro. Em muitos casos os habitantes respeitavam o tempo tradicional dos funerais.

O controle do sepultamentos só começou a ser possível com a construção das novas necrópoles. Nelas havia toda uma estrutura que compreendia a arquitetura e a administração. Além de proteger a população dos miasmas, os cemitérios em Desterro fizeram parte da estrutura de controle demográfico populacional. Se antes das necrópoles era quase impossível saber o número total de óbitos, a proibição do enterro fora desse espaço começou a delinear um quadro sanitário-demográfico da Vila. Esses números foram de suma importância para delinear estratégias de combate às doenças. As vacinas, a implantação do sistema de esgoto, a reeducação dos hábitos da população, tiveram como referência os mapas de controle sanitário.

É claro, que o tempo entre o criação dessa estrutura e o seu funcionamento adequado, foi bastante longo. Mesmo quando a população fazia os enterros no espaços permitidos, muitas vezes eram as freguesias e deixavam de enviar corretamente os dados. Assim, até o início do século XX os relatórios da Inspetoria de Higiene, se queixam da falta de envio dos mapas.

O segundo momento das necrópoles em Desterro foi determinado por condições diferenciadas do primeiro cemitério. Não era mais preciso iniciar uma nova prática, pois, o enterro no espaço higiênico já era realizado há 50 anos. Diferentemente do que ocorreu na Europa, em Desterro não houve o movimento de reintegração da necrópole ao meio urbano. No final do século XIX, quando a cidade cresceu e abarcou a área do cemitério, mais uma vez surgiram críticas em relação à sua presença. No entanto, se ainda havia o medo dos miasmas, outros fatores determinaram a sua transferência para o bairro do Itacorubi. A remodelação urbana ocorrida no início do século XX buscou sanear e adequar a cidade aos padrões considerados modernos. Assim, a área em que se encontrava o cemitério, precisou ser modificada, pois foi escolhida para receber grandes obras como a ligação entre o continente e a Ilha. Com a abertura de vias de acesso à ponte, a área leste e oeste da cidade foram interligadas, modificando o direcionamento do crescimento urbano.

Dessa forma, tanto a necrópole, quanto o forno incinerador de lixo precisaram ser transferidos para outro local, pois na paisagem urbana ideal, não havia espaço para esses elementos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ricardo José. **Higiene social**. Porto: Liv. Civilização, 1885.

ARIÉS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981. 2 vol.

_____. **O tempo da história**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

_____. **Sobre a morte no Ocidente desde a Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1975.

_____. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARNAULD, Jules. **Nouveaux elements d'hygiene**. Librairie J. B. Baillière et Fils: Paris, 1889.

BUCHET, C. **L'homme, la santé et la mer**. Actes du Colloque international tenu a l'Institute Catholique de Paris. Lês 55 et 6 Decembre, 1995. Paris: Champion, 1997.

CABRAL, Oswaldo Rodríguez. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

_____. **Medicina, médicos e charlatões do passado**. Florianópolis: IBGE/Depto.

_____. **Povo e tradição em Santa Catarina**. Florianópolis: Edeme, 1971.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito**. Florianópolis: A Irmandade, 1950.

CATROGA, Fernando. **O Céu da Memória**. Cemitério romântico e culto cívico dos mortos em Portugal (1756-1911). Coimbra: Minerva, 1999.

CHALOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores: o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

COSTA, Nilson do Rosário. **Controle sanitário: origem das políticas de saúde no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

COSTA, Jurandir Freire da. **Ordem médica e norma familiar.** 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

COSTA, Sandro Oliveira da. **Ponte Hercílio Luz: mutações de uma cidade insular (1890-1860)** Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC. 2002.

CRESPO, Jorge. **História do Corpo.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DELEUZE, Gilles. **Foucault.** Lisboa: Veja, s.d.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente (1300-1800).** São Paulo: Cia das Letras, 1989.

FERNANDES, Tânia Maria. **Vacina antivariólica (1808-1920).** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

FIGUIER, Louis. **L'anée scientifique.** Paris: Librairie Hachette, 1883.

FILHO, Licurgo Santos. **História da medicina brasileira.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.

FONTES, Henrique da Silva . **A irmandade do Senhor dos Passos e o seu Hospital, e aqueles que os fundaram.** Florianópolis: Ed. do autor, 1965.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. **Microfísica do poder:** organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Arqueologia do saber.** 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

_____. **Em defesa da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 1999. 288p.

FREIRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos.** 12. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2000.

_____. **Sobrados e Mocambos.** 6 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

_____. **Casa grande e senzala.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

GLASER, B. G.; STRAUSS, A. L. **Time for Dying.** Chicago: Aldine, 1968.

GORER, G. **The pornography of death.** Nova Iorque: Doubleday, 1963.

GUEDES, Sandra de Camargo. **A secularização de cemitérios Públicos em São Paulo:** uma Proposta Liberal: São Paulo: Grall, 1987.

HUIZINGA. **L'automne du moyen age.** Paris: Payot, 1975 (trad.).

JULES, Arnauld Jules. **Nouveaux elements d'hygiene.** Paris: J. B. Bailliére et fils, 1889.

KLUG, João. **Imigração e luteranismo em Santa Catarina:** a comunidade alemã de Desterro- Florianópolis: Papa-Livro, 1994, 240 p.

LE GOFF, Jaques. **As doenças em história.** Lisboa: Terramar Lisboa, 1985.

MACHADO, Roberto. **Danação da norma:** medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MICHELET, Jules. **L'insecte.** Paris: Librairie Hachette et Cie, 1873.

MORAES, Laura do Nascimento Rêtole. **Cães, vento sul e urubus:** higienização e cura em Desterro. Florianópolis (1830-1918). Porto Alegre, 1999, 332 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

MORIN, Edgar. **L'homme et la mort devant l'histoire.** Paris: Correa, 1951.

MURYCY, Kátia. **A razão cética**. Machado de Assis e as questões do seu tempo. São Paulo: Cia das letras, 1988, 1985, p. 60.

NOVAES, Fernando (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. **A revolta da vacina**. São Paulo: Scipione, 1998.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha**: assistência aos expostos e remodelação das condutas em desterro (1828-1887). (Dissertação de mestrado em História). São Paulo: PUC, 1990.

OLIVEIRA, Bernardes. **A evolução da medicina até o início do século XX**. São Paulo: Pioneira, 1981.

PAULIER, Armand. **Manuel d'hygiene publique e privée**. Paris, 1879.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Florianópolis: Ed. UFSC, 1994.

PEREIRA, Nereu do Vale. **Memorial histórico da irmandade do Senhor Jesus dos Passos**. Florianópolis: Ministério da Cultura, 1997. 2 v.

PIRES, Denise. **O saber e as práticas de cura no Brasil e sua apropriação pela medicina e pela enfermagem institucionais**. (Dissertação de mestrado em Sociologia Política). Florianópolis: UFSC, 1998.

RAMOS, Átila, **Memória do Saneamento Desterrense**, Florianópolis: CASAN, 1986, 345 p.

REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (3. reimp. 1999).

_____. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAES, Fernando (org.) **História da vida privada no Brasil**. v. 2. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

REVEL, Jackes. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1990.

ROSEN, Geroge. **Da polícia médica à medicina social**: ensaios sobre a história da assistência médica. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgo e filantropos**: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. trad. Sérgio Duarte, Brasília, UNB. 1981.

_____. **Da polícia médica à ordem familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

SANTOS FILHO, Licurgo de Castro. **História geral da medicina brasileira**. v. 1-2. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

SAYAD, Jane Dutra. **Mediar, medicar, remediar**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão**: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978, p. 55.

SEQUEIRA, José de Góes. **Estudos sobre higiene pública**. Bahia: Tipografia constitucional, 1872.

SILVA, Dalton da. **Os serviços funerários na organização do espaço e na qualidade sócio-ambiental urbana**: uma contribuição ao estudo das alternativas para as disposições finais funerárias na Ilha de Santa Catarina (Tese de Doutorado). Florianópolis: UFSC, 2002, p. 47.

SILVEIRA, Urias da. **Terapêutica brasileira**: ou o tesouro do médico prático. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1889.

VIBIERT, C. **Medicine Légale**. Paris: J. B. Baillière et fils, 1893.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história de higiene corporal. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Imagens e imaginário na história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FONTES PESQUISADAS

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL DE SANTA CATARINA, FLORIANÓPOLIS

- Relatório da Inspetoria de Higiene Pública, enviado ao Presidente da Província, 1887.
- Relatório da Inspetoria de Higiene Pública de Santa Catarina, enviado pelo Inspetor José Eufrásio da Cunha ao Governador Hercílio Luz, 1897.
- Relatório enviado ao secretário do Interior e Justiça pelo diretor do departamento de Higiene pública do Estado, Carlos Correa, s.d.
- Relatório da Inspetoria d Saúde Pública enviado ao Presidente da Província, 1876.
- Relatório da Inspetoria de Higiene, enviado ao Presidente da Província 1894.
- Relatório da Inspetoria de Higiene, enviado ao Presidente da Província, 1911.
- Relatório da Inspetoria de Higiene, enviado ao Presidente da Província, 1914.
- Relatório apresentado ao vice-presidente do Estado Elysey Guilherme da Silva, pelo secretário do governo Eduardo Otto Horn, 1893.
- Ofício enviado pelo engenheiro Patrício Sepúlveda ao Presidente da Província, 1840.
- Correspondência enviada pelo Vigário Francisco Xavier ao Presidente da Província, 1823.
- Carta enviada por Anacleto Dias Baptista ao Presidente da Província, 1828.
- Ofício enviado por Felizardo José Sagaz, sub-comissário de Polícia, ao Presidente da Província
- Lei Municipal n. 343. Florianópolis, 09.11.1912
- Lei Municipal n. 432. Florianópolis, 12.03.1925
- Livro de Assentamento de Óbitos, Cemitério da Santíssima Trindade, 1916.

SUB-SETOR DE OBRAS RARAS – SETOR DE SANTA CATARINA –
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA,
FLORIANÓPOLIS

- Regulamento do Cemitério Público de Itajaí, aprovado pela Lei n. 735, de 13 de maio de 1874.
- Regulamento do Cemitério Público de São José, aprovado pela resolução de 21 de março de 1855.
- Regulamento do Cemitério Público de São Francisco, aprovado pela resolução de 5 de abril de 1859.
- Regulamento do Cemitério Público de Nossa Senhora de Desterro, aprovado pela resolução de 03 de março de 1841.
- Coleção de Leis da Província de Santa Catarina, 1835/1889, Desterro: J. J. Lopes.
- Código de Posturas de Nossa Senhora do Desterro, aprovado pela Assembléia Provincial pela resolução de junho de 1835.
- Código de Posturas de Lages, aprovado pela Assembléia Provincial pela resolução de junho de 1836.
- Código de Posturas de Nossa Senhora do Desterro, aprovado pela Assembléia Provincial pela resolução de março de 1838.
- Código de Posturas de Nossa Senhora do Desterro, aprovado pela Assembléia Provincial pela resolução de maio de 1857.
- Código de Posturas de Itajaí, aprovado pela Assembléia Provincial pela resolução de maio de 1868.
- Código de Posturas de São José, aprovado pela Assembléia Provincial pela resolução de junho de 1868.
- Código de Posturas de Joinville, aprovado pela Assembléia Provincial pela resolução de março de 1872.
- Código de Posturas de Blumenau, aprovado pela Assembléia Provincial pela resolução de setembro de 1883.

8.2.2 Periódicos

a) Revistas:

- O Almanach – Revista Literária Ilustrada, outubro de 1910.
- O Almanach – Revista Literária Ilustrada, dezembro de 1911.
- O Crysantemo – Revista Literária Ilustrada, novembro de 1907.

b) Jornais

- Argos, Desterro – 1861, 1862, 1867, 1870
- O Cruzeiro do Sul – Desterro, 1859, 1862
- O Pajaça – Desterro, 1862
- O Constitucional – Desterro, 1855, 1874, 1870
- O Cacique – Desterro, 1871
- O Conciliador – Desterro, 1873
- Gazeta de Joinville, 1877, 1893
- Jornal A Verdade
- Jornal Novo Íris